

Ano IV | Nº 11 | Junho de 2012
Uma publicação da Fundação Lauro Campos

SOCIALISMO e LIBERDADE

EDIÇÃO ESPECIAL

R E V I S T A ECOSSOCIALISTA

Rio+20: Ecosocialismo ou Redução de Danos

por Paulo Piramba

Sociedade contemporânea e crise ecológica: universalismo ou questão de classe?

Por Rodrigo Santaella

Os ecosocialistas e a unidade necessária

Por José Romari Dutra da Fonseca

Entrevista

Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da 'economia verde'

A economia cinzenta pode virar verde?

Por Marcos Arruda e Sandra Quintela

Brasil 2012: diagnóstico de injustiça socioambiental e perspectiva de luta ecossocialista

Por Beto Bannwart e Georgia Mocelin

Os venenos que o capitalismo nos serve

Por Luiz Felipe Bergmann

A hora do veto ao novo Código Florestal

Por Ivan Valente

Entrevista

Osmarino Amâncio

Plano de manejo invade reserva extrativista

O desafio da construção de um mandato municipal ecosocialista

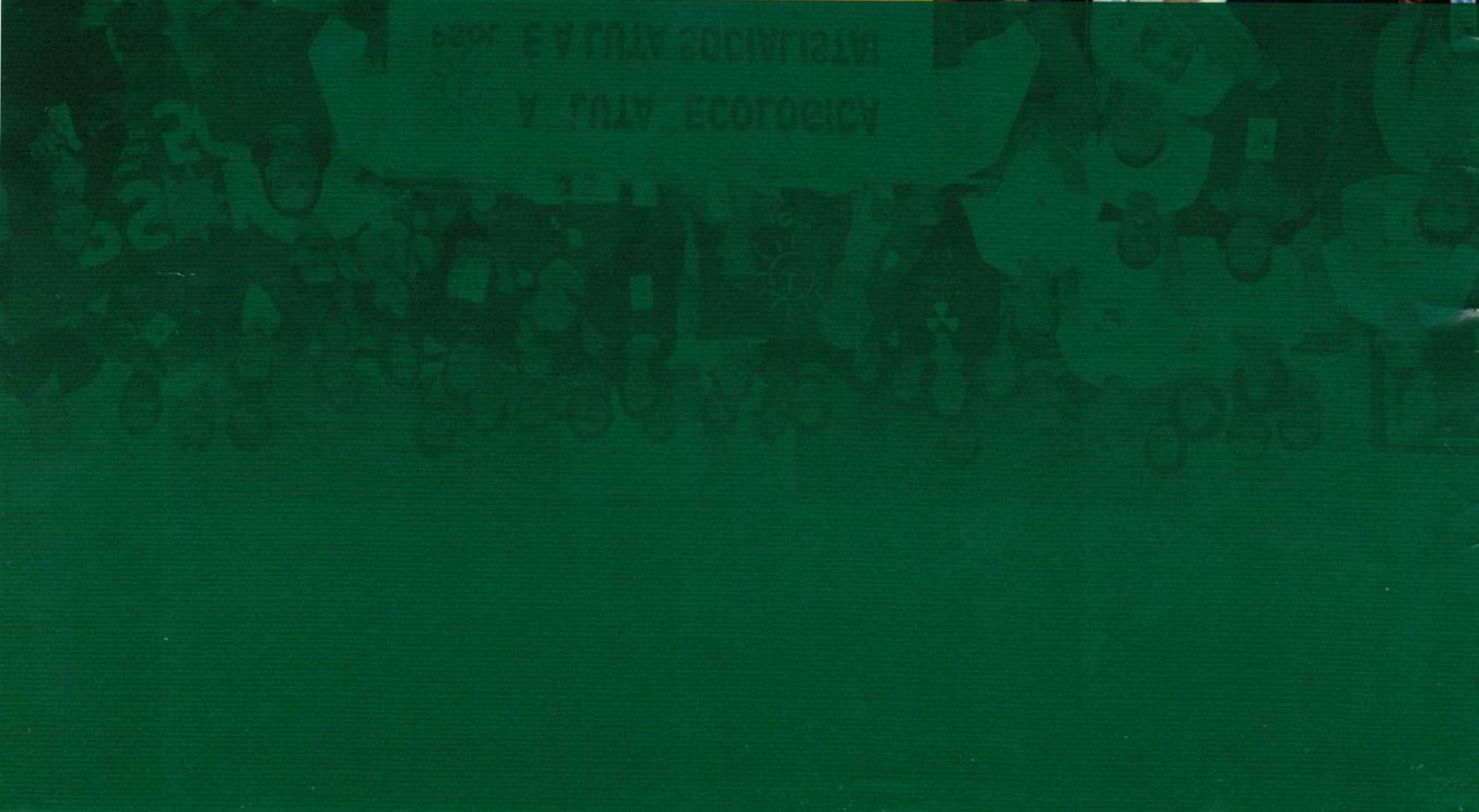
Por João Alfredo Telles Melo



ECOSSOCIALISMO OU BARBÁRIE

Fundação do Setorial Ecosocialista do PSOL

Curitiba, dias 1º, 2 e 3 de abril de 2011



R E V I S T A ECOSSOCIALISTA

Ano IV | Nº 11 | Junho de 2012 Uma publicação da Fundação Lauro Campos

SOCIALISMO @ LIBERDADE

EDIÇÃO ESPECIAL

Enquanto estava sendo impressa esta edição da revista aconteceu o posicionamento oficial do governo da presidente Dilma, ante o qual não poderíamos deixar de apresentar nossa profunda indignação, somando-nos a todas as pessoas que lutam por um mundo mais saudável.

Sumário

Apresentação Revista Ecosocialista:	
Uma ferramenta de luta, um sonho realizado de (e para) Paulo Piramba	4
Rio+20: Ecosocialismo ou Redução de Danos Por Paulo Piramba	6
Sociedade contemporânea e crise ecológica:	
universalismo ou questão de classe? Por Rodrigo Santaella	7
Os ecosocialistas e a unidade necessária Por José Romari Dutra da Fonseca	9
A economia cinzenta pode virar verde? Por Marcos Arruda e Sandra Quintela	11
Entrevista Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da 'economia verde'	13
Brasil 2012: diagnóstico de injustiça socioambiental	
e perspectiva de luta ecosocialista Por Beto Bannwart e Georgia Mocelin	15
A resistência à instalação da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU)	
Por Maria Helena Rauta Ramos, Arthur Moreira e Ricardo Nespoli	17
Os venenos que o capitalismo nos serve Por Luiz Felipe Bergmann	18
A hora do veto ao novo Código Florestal Por Ivan Valente	20
Considerações sobre Rio +20 e Cúpula dos povos Por Jurandir Silva	23
Entrevista Osmarino Amâncio: Plano de manejo invade reserva extrativista	26
Territórios tradicionais Por Ronaldo Freitas Oliveira (Baguinha)	30
O desafio da construção de um mandato municipal ecosocialista	
Por João Alfredo Telles Melo	32
Mudanças climáticas e as cidades Por Alexandre A. Costa	36
Políticas públicas municipais Por Gert Schinke	38
Um programa ecosocialista para as cidades	43
Rio+20, Cúpula dos Povos e ideologia ambiental do capital:	
Um tributo (urgente!) a Paulo Piramba Por Miguel Borba de Sá	45
Fundação do Setorial Ecosocialista do PSOL Carta de Curitiba	48
Não à energia nuclear no Brasil	51
Manifesto Ecosocialista Resolução do 3º Congresso do PSOL	53

Revista Ecosocialista: Uma ferramenta de luta, um sonho realizado de (e para) Paulo Piramba

(*03/10/1956; +23/07/2011)

O Setorial Ecosocialista Paulo Piramba do PSOL presta homenagem, nesta construção a várias mãos, através da Revista Socialismo e Liberdade, ao grande inspirador, articulador e animador deste coletivo. É unânime entre nós o reconhecimento do papel de Piramba na organização dos ecosocialistas do PSOL, daí ter sido unânime também a indicação de seu nome como patrono do setorial nacional.

No 1º Congresso Nacional do PSOL no RJ, Piramba articulou uma reunião de ecosocialistas para debater a viabilidade de um setorial próprio. Em torno de 40 pessoas participaram dela, base para a lista nacional dos ecosocialistas do PSOL, que existe até hoje. Esta reunião ocorreu ao ar livre, à sombra de uma bela mangueira, no intervalo do 1º congresso, na UFRJ Praia Vermelha. Paulo Piramba escreveu um texto lindo sobre esta reunião e postou na lista ecosocialista. Depois disso ficou mais fácil articular o setorial. O resto da história tod@s conhecemos, passamos mais alguns anos tentando construir o setorial, sempre com Piramba à frente, e, finalmente em 2011, ele nasceu no I Encontro de Ecosocialistas do PSOL, em Curitiba, com a apresentação da resolução, pelo próprio Piramba, no Diretório Nacional do PSOL, formalizando o setorial como instância no (e do) partido.

Todo este processo foi testemunhado pela maioria dos que hoje integramos o setorial e sua coordenação nacional, e escrevemos nesta revista; a primeira de uma série – esperamos – de debates sobre a temática ecológica e socialista, que é lançada na Cúpula dos Povos, durante a Rio + 20.

Sabemos da amplitude e do alcance dos temas relacionados à ecologia e ao socialismo ecológico, especialmente, em tempo de crise

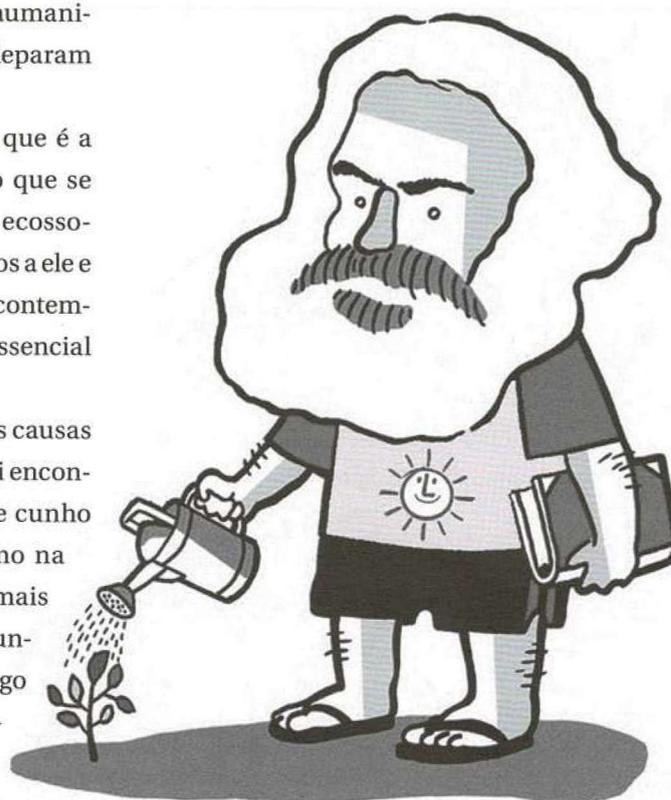
civilizacional planetária, como a que a humanidade – e a natureza, como um todo – se deparam nesta quadra histórica.

Temos, portanto, noção do limite que é a compilação de textos, dado o desafio que se coloca para a sociedade humana e os ecosocialistas, em particular. Mas não fugimos a ele e buscamos – neste mosaico de artigos – contemplar o que, pelo menos, consideramos essencial neste momento.

Assim, o leitor – e militante das boas causas ecológicas, populares e socialistas – vai encontrar nesta revista desde a discussão de cunho mais teórico acerca do ecosocialismo na crítica à civilização do capital, até os temas mais correntes – e prementes – da conjuntura, como o debate sobre o novo Código (Anti)Florestal, os agrotóxicos, a territorialidade e a questão nuclear, dentre outras pautas da luta socioambiental e ecosocialista.

Também presente, na revista, o debate sobre o grande embate (em que pese o trocadilho) acerca da economia verde, novo nome do “desenvolvimento sustentável” do “capitalismo verde” ou “ecocapitalismo” (aquilo que Piramba, há um ano atrás, já nos advertia, acerca de uma mera política de “redução de danos”).

Mas, como boa ferramenta, a revista se propõe também a enfrentar o tema das eleições municipais, com vários artigos voltados para o debate de políticas públicas de cunho ecosocialista para as cidades, tanto no âmbito parlamentar como em sede do executivo. Reconhecemos que é preciso transitar do global para o municipal, entendendo que nossa luta se dá no “quintal” do planeta em que vivemos, que são nossas urbes, nossas comunas, nossa megalópoles.



Portanto, como expresso no título, esta publicação é um sonho realizado de nosso ecocamarada Paulo Piramba; é uma revista dele, vez que suas reflexões sempre estão a nos inspirar, e para ele, nessa homenagem saudosa e dolorida, de uma perda irreparável para a luta ecosocialista, pois @s que lutam sempre são insubstituíveis, como nos ensinava Brecht.

Paulo Piramba era o representante do RJ na coordenação. Função ainda não substituída por outro militante.

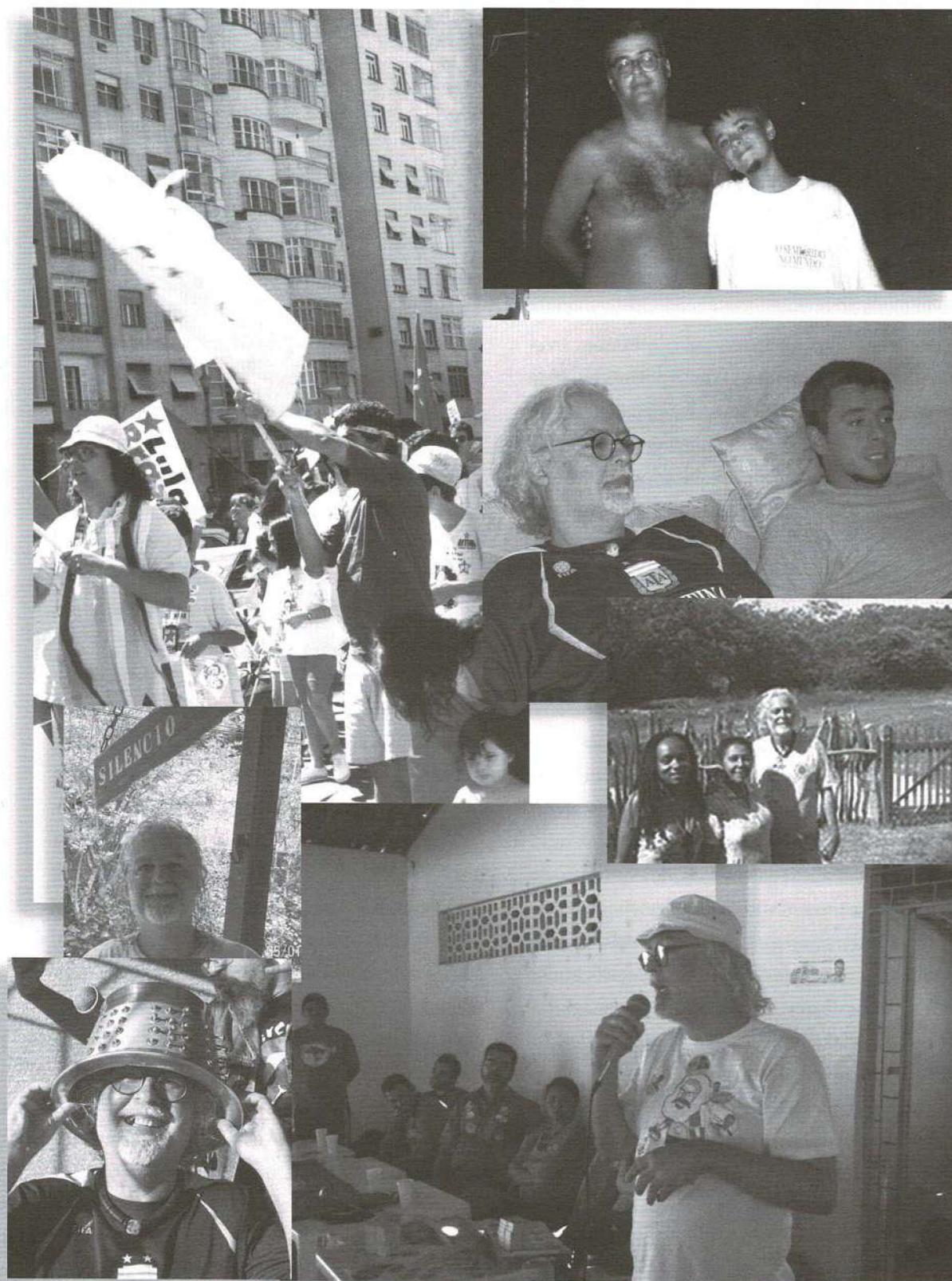
A importância desta sua trajetória se expressa na decisão unânime na reunião do setorial no 3º Congresso do PSOL (que queremos PeSOL – Partido Ecosocialismo e Liberdade) de dar ao setorial seu nome: **SETORIAL ECOSOCIALISTA PAULO PIRAMBA do PSOL.**

Nascido Paulo Roberto Ribeiro Guimarães, Piramba foi militante socialista desde os 14 anos e, nessa época, no movimento estudantil, participou da resistência à ditadura militar. Mais tarde, no final dos anos 70, participou intensamente da mobilização pela fundação do Partido dos Trabalhadores, onde foi filiado e militante até o início de 2003. No PT fez parte da organização do setorial de meio ambiente. Além disso, foi assessor da bancada do partido na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Ecosocialista desde 2001, colaborou na construção do 1º Manifesto Ecosocialista lançado no primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, também em 2001. Ajudou na organização e legalização do PSOL, onde se filiou. Participou da elaboração do programa do partido e das suas plataformas eleitorais. Como membro da Rede Ecosocialista Internacional, cooperou no avanço da discussão ecosocialista em fóruns nacionais e internacionais.

Esta revista tem o sabor de sua coletividade. Vários de seus companheir@s de luta, de militância e de utopia, guerrilheir@s do twitter, do chopp e de samba escrevem – ou são entrevistados – neste número: Michael, de Paris; Osmarino, do Acre; Ivan, Beto, Georgia e Mari de Sampa; Gert, de Floripa; Luiz Felipe, do Paraná; Sandra, do Rio; Baguinha da Bahia; Zé Fonseca, de Porto Alegre; João Alfredo e Alexandre, seus eco-irmãos das Dunas Brancas de Fortaleza (por quem ele era apaixonado, ceiroca da gema, como se definia), além do Santinha; e, também, seu filho-enteado, Miguel Borba (Mig), em cujo artigo encontramos as digitais e genes herdados das palavras e lutas de Piramba.

São textos banhados de sangue, suor e lágrimas: lutas, sambas e alegrias. Assim como foi Piramba. Assim como ficará – sempre – em nossa memória seu inconformismo, seu companheirismo, sua animação e seu humor ácido e sincero.

João Alfredo, Beto e Luciene, em nome da Coordenação Nacional do Setorial Ecosocialista Paulo Piramba do PSOL e de tod@s que acreditam e lutam por uma sociedade política e radicalmente democrática; étnica, cultural e sexualmente diversa; socialmente justa e igualitária, ambientalmente justa e sustentável: a sociedade ecosocialista planetária.



PAULO PIRAMBA: PRESENTE! ATÉ QUANDO: SEMPRE!



Rio+20: Ecosocialismo ou Redução de Danos

Nem bem começaram as articulações da sociedade civil em torno da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, eis que surgem as primeiras divergências entre as organizações, movimentos sociais e outros atores envolvidos. A começar pelo título, que carrega consigo uma armadilha e uma polêmica que se mantém no interior do movimento ambientalista: o assim chamado “desenvolvimento sustentável”.

Cunhada e usada pela primeira vez no Relatório Brundtland, publicado em 1987 e elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, a expressão “desenvolvimento sustentável” foi uma tentativa de criticar o modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico, mesmo sem dizer o seu nome. Nas próprias palavras do Relatório, apontar para “*o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*”.

Contudo, ao não questionar as bases constituintes do capitalismo, promotor do desequilíbrio do Sistema Terra, o conceito de desenvolvimento sustentável acabou por ser apropriado por ele, a ponto de se transformar hoje na senha para identificarmos as iniciativas de quem, pressionado pela magnitude da destruição e das catástrofes ambientais, é levado a assumir aparentemente “responsabilidades ambientais” – para exorcizar outra expressão mentirosa. Tudo isso, é claro, sem alterar os padrões de espoliação e de lucro inerentes ao capitalismo.

Nessa esteira de pequenos sofismas e grandes mentiras podemos incluir o capitalismo verde (ecocapitalismo) e o greenwashing (ecobranqueamento), como tentativas de dar uma aparência ecológica responsável a atividades, produtos e serviços inerentemente devastadores. Neste processo é possível, até, que modos de produção e práticas escandalosamente daninhas ao ambiente sejam substituídas por outras aparentemente mais limpas, mas que, ao serem utilizadas sem que se mexa no cerne do modelo econômico, acabarão também por provocar passivos ambientais.

O centro do debate proposto pela ONU na Rio+20 não é o meio ambiente, mas o desenvolvimento sustentável, ou melhor, avaliar se a agenda proposta na Eco 92 para a construção de um modelo sustentável de desenvolvimento, além dos mecanismos aprovados por ela, como o Protocolo de Kyoto, foram vitoriosos.

Além disso, certamente embalados pela perspectiva de novas fontes de lucro, não faltarão aqueles a proporem novas formas e mecanismos paliativos, com fracasso anunciado semelhante ao do natimorto Protocolo, cujo “mercado regulador de emissões de carbono” nem regulou, nem reduziu as emissões, servindo apenas para dinheiro trocasse de mãos nas asas da especulação.

Dessa forma, é previsível que o sistema ONU, os governos e as grandes corporações tentem, de toda forma, impedir que a Rio+20 seja uma nova COP 15. Lá, na cidade de Copenhague, em 2009, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas embalada pela divulgação do Relatório do IPCC, publicado em 2007, e que pela primeira vez demonstrava a relação entre a escalada do aquecimento global e a ação humana (melhor dizendo, a ação do capitalismo), foi transformada em uma reedição das manifestações ocorridas em Seattle em 1999, quando de uma reunião da Organização Mundial do Comércio.

Mais do que isso, a primeira atividade promovida pela Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, nome provisório do evento da sociedade civil a ser organizado em paralelo à Rio+20, mostrou que, mesmo neste evento alternativo, a disputa vai ser grande. No Seminário realizado no Rio no começo deste mês, a discussão sobre o formato da Cúpula e sobre o seu perfil esteve no centro do debate.

Parte dos presentes defendeu um formato semelhante ao dos Fóruns Sociais Mundiais, isto é, a de uma “feira de idéias” aberta a um espectro mais amplo, desde aqueles que consideram que, dada a hegemonia capitalista, é preciso negociar a redução dos danos que o modo de produção capitalista

provoca no planeta, até os que consideram que sem o questionamento a ele, e a sua superação, é impossível pensar na sobrevivência da biodiversidade e das espécies, entre elas a humana.

Estes últimos, entre os quais nos incluímos, defenderam um formato politicamente mais definido, evidentemente aberto a diversidade de idéias, desde que numa perspectiva crítica e de superação da ação nefasta do capital sobre a natureza, recursos naturais e espécies.

E que o caminho da redução dos danos provocados pela ação do Capital sobre o Sistema Terra, certamente nos levará, em um futuro próximo a, além de sacrificar e extinguir anualmente centenas de espécies como hoje em dia, a abrir mão também de várias centenas de milhões de habitantes do planeta desprovidos de água e alimento, morrendo aos milhares por conta de doenças ligadas à falta de saneamento (6.000 por dia), vivendo e trabalhando em situação altamente precarizada social e ambientalmente.

Defendem também que, neste particular momento onde está em jogo qual o futuro da humanidade, é mais adequado a organização daqueles que “não tem voz”, para darem um sinal claro de que ou mudamos o modelo, ou não haverá futuro virtuoso para a grande maioria da população da Terra.

E, por último, que se a experiência dos Fóruns é importante, e deve ser mantida, é necessário também reconhecer que seu próprio formato, e o amplo perfil dos participantes, impedem quaisquer definições políticas mais claras. E, em contrapartida, organizar uma ação planetária contra esse modelo de desenvolvimento morbidamente sustentável, que sinalize aos filhos de Seattle e Copenhague – ecologistas, feministas, anarquistas, trabalhadores, estudantes, pacifistas, socialistas, etc. – que a Cúpula dos Povos é um chamado à luta.

Postado por **Paulo Piramba** às 12:37 de 20 de julho de 2011 <http://ecossocialismooubarbarie.blogspot.com/2011/07/rio20-ecossocialismo-ou-reducao-de.html>

Sociedade contemporânea e crise ecológica: universalismo ou questão de classe?¹

Por **Rodrigo Santaella**

Além das cada vez mais explícitas demonstrações das tendências ao esgotamento do meio-ambiente em diversos sentidos, o debate do ecossocialismo faz-se urgente também porque grande parte da esquerda marxista se afastou dele e se absteve de fazê-lo por ter acreditado na ideia de que este é um tema pós-material, que não tem relação direta com a contradição capital-trabalho e com o desenvolvimento do capitalismo.

Por outro lado, muitas das organizações que se construíram a partir da questão ambiental acreditam, de fato, que não há relação direta com o modo de produção capitalista, e a tratam de forma separada das questões materiais, do trabalho, e da produção, concentrando-se principalmente nos indivíduos e no fortalecimento de medidas quase que simbólicas por parte de empresas. Este é o caso dos diversos Partidos Verdes pelo mundo, de muitas ONGs, de grandes corporações privadas, ou movimentos que se utilizam desta pauta simplesmente em busca de diferenciar-se de outros setores das classes dominantes do país, como o chamado “movimento Marina Silva” atualmente no Brasil.

Em geral, essas perspectivas estão associadas às correntes de pensamento que sustentam que as mudanças ocorridas no mundo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, criaram um novo modelo de sociedade. As respostas produtivas à crise do sistema dos anos 1970, aliadas à capacidade de pressão das classes trabalhadoras europeias no contexto da Guerra Fria, geraram um crescimento das classes médias e o chamado

Welfare State, que garantia diversas condições materiais de vida nestas sociedades: saúde, segurança, educação, direitos trabalhistas, etc. À luz desses fenômenos e da crise do “socialismo real”, passou-se a questionar a centralidade da contradição capital-trabalho para o desenvolvimento das sociedades.

Desse processo majoritariamente europeu, surgem diversas correntes teóricas – pós-materialismo, teoria dos “novos movimentos sociais”, pós-industrialismo, etc – que influenciaram muito as ciências sociais e a militância política, muito além das fronteiras do velho continente, infelizmente. Apesar das inúmeras diferenças entre elas, todas consideram um declínio das lutas relacionadas ao trabalho, uma cisão entre estas e as ‘novas’ formas de luta, além de compartilharem o pressuposto de que há uma ruptura entre uma forma de sociedade que seria moderna, industrial, ou de valores materialistas, para outro modelo de sociedade, que seria pós-industrial, pós-materialista ou mesmo pós-moderna. Busca-se superar a noção de que a classe é central tanto para a análise das novas formas de luta social, desde uma perspectiva teórica, quanto para a própria mudança social, de uma perspectiva militante.

A realidade dos países periféricos, todo o debate acerca do colonialismo, o neoliberalismo hegemônico no fim do século XX em grande parte do mundo e seu crescimento nos últimos anos na Europa, e a própria crise econômica iniciada em 2008, além dos movimentos recentes dos países árabes e das ocupações de praças na Europa seriam suficientes para derrubar essas perspectivas. Não se trata de nenhum tipo de ruptura com o capitalismo, com a exploração de classe, mas sim do desenvolvimento cada vez mais complexo deste sistema. O mundo que dá origem a esses “novos” movimentos não é pós-industrial ou pós-moderno, mas sim do capitalismo tardio, para usar a expressão de Fredric Jameson, no qual as

mudanças são mais difusas, e o capitalismo se dissolve também na esfera cultural, tornando esta um pilar fundamental de sustentação do sistema². Há inovações, há diferenças, mas a dinâmica do sistema e suas contradições fundamentais não se alteram.

Como mostrava Daniel Bensaïd, continua impossível escapar dos efeitos concretos da subalternidade e da dominação com uma simples mudança de discurso ou de vocabulários, se a correlação de forças na sociedade não for alterada. Ainda hoje há classes subalternas, que compõem grande parte destes novos movimentos, e ainda hoje “o projeto de ‘mudar o mundo’ apoia-se em uma classe particular portadora de universalização concreta”. Dentre as mais diversas novas questões surgidas no último quarto do século XX, a questão ecológica parece entrar aqui como ponto fundamental para contribuir com este debate. Ela carrega consigo um potencial de universalização aparente, mas que parece poder realizar-se apenas se for conduzida e concebida por essa classe particular, portadora do potencial de universalização concreto. Daí a necessidade de debater as origens da crise socioambiental existente atualmente e das nuances da pauta dos movimentos ambientais, para enfatizar a permanência da importância da classe como categoria fundamental para a análise dessas novas questões.

A busca da solução para os problemas socioambientais em alternativas de mercado e a associação do problema com falta de vontade individual ou coletiva em solucioná-lo relaciona-se com a recusa dos setores dominantes em perceber que as origens do problema ecológico estão no modo de produção capitalista. Quando Marx e Engels caracterizaram o proletariado como o sujeito revolucionário no século XIX, além da posição estrutural ocupada por essa classe no sistema produtivo, o fez porque este

era o setor da população, nos países pioneiros do capitalismo mundial, que tinha menos a perder com a derrocada do sistema. No debate acerca das soluções da crise socioambiental atualmente, as classes dominantes do sistema capitalista tem praticamente *tudo* a perder no que diz respeito a privilégios materiais, o que mostra os problemas de considerar-se este debate como sendo responsabilidade de todos, e mais equivocado ainda esperar dos setores dominantes soluções ou participação em acordos plausíveis para a questão.

A crise socioambiental tem origem no modo de produção do sistema capitalista e na sua ânsia infinita por aumentar a mais-valia, e consequentemente o lucro. A mais-valia absoluta cresce no aumento direto do tempo de trabalho humano em relação a seu pagamento, e a mais-valia relativa cresce, aumentando-se o nível de exploração sobre os “recursos” naturais disponíveis, seja na elaboração de máquinas mais eficientes, seja na potencialização da utilização direta da natureza.

Já em 1804, Earl of Lauderdale mostrou que as riquezas individuais podem ser aumentadas com a destruição das riquezas coletivas, produzindo a escassez, e Marx corroborava com suas críticas sobre a relação inversamente proporcional entre riquezas individuais e riquezas públicas. Além disso, Marx sustentava que a natureza, sob um sistema de produção generalizada de mercadorias, era meramente considerada um “presente grátis” – um recurso abundante – ao capital, e consequentemente apropriada por este. Ora, se existe uma parte do trabalho humano que não é paga e é expropriada pelo capitalista, este também é considerado um “presente” para o capitalista. À contradição entre capital e trabalho, portanto, se soma à contradição entre capital e natureza, já que a natureza é apropriada e o trabalho não pago é expropriado pelo capitalista, num mesmo processo de reprodução do capital. A apropriação dos “recursos” naturais se soma à exploração humana, no processo de reprodução indefinida do sistema do capital.³

Se o capitalismo explora os recursos naturais e os trabalhadores indefinidamente, a resposta que deve ser dada à crise ecológica é também uma resposta social. Daí a necessidade de caracterizá-la como crise socioambiental. Só existe

uma resolução da questão ambiental se houver *revolução* na questão ambiental. E esta só é possível, por sua vez, por meio de uma revolução social, na qual as classes subalternas, que vivem do trabalho das mais diversas formas possíveis – e em grande parte das vezes das formas mais degradantes possíveis – a partir das mudanças provenientes do capitalismo tardio, tomem o poder e acabem com a exploração de classe. A partir daí poderia ser possível o estabelecimento de um sistema no qual a relação dos seres humanos com a natureza possa ser estabelecida de forma sustentável e equilibrada. É justamente da necessidade da revolução socialista para a resolução da questão ecológica que vem o termo “ecossocialismo”.

O sujeito das transformações ambientais deve ser justamente formado pelas classes exploradas pelo capitalismo mundial. Todos os mecanismos de autorreprodução do capital, entre eles o de colocar os recursos naturais como potencializadores da exploração dos trabalhadores só podem ser combatidos com uma plena solidariedade de classe. Muito provavelmente, estes setores dos explorados do mundo estão concentrados nos países periféricos, onde a exploração do trabalhador acontece de forma mais intensa e nos muitos casos em que esses países têm abundância de “recursos” naturais, os interesses da burguesia internacional na exploração cada vez menos maquiada de seus ecossistemas e de suas populações em um só processo, tem ficado cada vez mais claros. Os problemas ambientais atingem muito mais diretamente às populações pobres, às classes subalternas, do que às dominantes, o que ressalta ainda mais o caráter de classe da questão ambiental contemporânea.

É impossível pensar a crise socioambiental atual, portanto, sem vinculá-la ao modo de produção capitalista e ao nível quantitativo e qualitativo de consumo que reina sobre esse sistema em larga escala. E não há nada de mais material e vinculado à luta de classes do que a produção e o consumo no sistema capitalista. Este se caracteriza por adequar toda a sua estrutura econômica, política, e de valores culturais à exploração de uma classe sobre outras, materializada no lucro da burguesia. E tanto essa exploração, que em

primeira instância sempre foi a da natureza, quanto a adequação do sistema a ela, são a causa primordial da crise vivida atualmente. Deixar de lado, tratar como menor, considerar um desvio pequeno-burguês ou simplesmente ignorar estas questões, faria do marxismo um método de análise impreciso da realidade, e da ideia socialista um anacronismo na atualidade.

Num período em que se apregoa o abandono da noção de totalidade, o debate ambiental tem o potencial de trazer de volta a realidade para os debates políticos e acadêmicos contemporâneos. A crise socioambiental está intrinsecamente vinculada ao modo de produção capitalista e à manutenção dos interesses das classes dominantes nesse sistema, e atinge mais diretamente justamente as classes oprimidas por este sistema. A contradição entre capital e trabalho continua a se desenvolver, e pode ser apontada como causa principal dos efeitos da crise socioambiental que atinge de forma mais direta as classes subalternas de todo o mundo. Desconsiderar essas questões consiste manter a reprodução de um sistema extremamente opressor em todos os sentidos e, mais do que isso, em colocar em risco a continuidade da sobrevivência de grande parte da humanidade neste planeta.

Notas

- 1 Esta é uma versão reduzida de um texto mais aprofundado que ainda não foi publicado.
- 2 Para um aprofundamento deste debate, ver Fredric Jameson, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- 3 Os debates acerca das conexões entre as contradições capital-trabalho e capital-natureza estão fundamentados principalmente nos textos de Daniel Tanuro, *Ecossocialismo o Barbárie*. Montreal: Les Editions Ecosociété, 2011; John Bellamy Foster, *Why Ecological Revolution?*, Monthly Review, 2010; e nas obras de Marx, principalmente a *Crítica ao Programa de Gotha*, Ridendo Castigat Mores, 1999.

Rodrigo Santaella Gonçalves, ecossocialista, militante do Coletivo Nacional Levante! e da juventude do PSOL-Campinas. Mariliense de nascimento, cearense de coração, atualmente pós-graduando em Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Os ecossocialistas e a unidade necessária

Por **José Romari Dutra da Fonseca**

O passar do tempo tem deixado importantes lições para aqueles que dedicam suas vidas a uma causa coletiva. A principal delas é aquela de experimentar muitas lutas e obter raras e parciais vitórias. É diante dessas experiências avassaladoras em que se apresenta um quadro de derrotas em batalhas ambientais que os ecossocialistas devem se pronunciar. Sobre fracassos, o antropólogo, educador e sociólogo Darcy Ribeiro escreve sobre os seus, dizendo que esses se constituíam em suas vitórias, e que detestaria estar no lugar dos vencedores. Esta afirmativa corresponde à convicção de quem viveu a vida inteira do lado certo, combatendo as injustiças sociais. Entretanto, não é satisfatória a simples resignação a cada derrota sentida.

O Brasil, pela sua condição de ainda se constituir um grande celeiro de recursos naturais é visto, junto com alguns outros países periféricos, como um dos alvos principais de atração da especulação, exploração e depredação de seus ativos naturais, com poucas e frágeis restrições legais e pela facilidade de arranjar parceiros no governo, quase



sempre pronto a entregar os bens naturais. São exploradores capitalistas de todas as estirpes, à espreita em toda parte do mundo por iniciativas e oportunidades propiciadas pelo governo e legisladores dispostos a dilapidar um patrimônio que é de toda uma nação.

Pelo papel ocupado na economia capitalista global, importante alvo da rapinagem, principalmente pelas suas riquezas naturais, há de se eleger o Brasil como o país que os ambientalistas de todo o mundo devem travar aquela que deve ser a mais importante e simbólica batalha planetária em defesa da natureza, e por decorrência em defesa da vida. Pra tanto, é preciso que se tenha um correto diagnóstico do governo brasileiro e suas relações políticas e econômicas, associado com setores do grande capital, sempre ávidos por derrubar leis ou instituir outras, que beneficiem suas atividades destruidoras do meio ambiente e que proporcionem ganhos fáceis aos seus executivos e principalmente aos seus acionistas parasitários.

Com a dispersão e a consequente fragilização daqueles que se dedicam a defesa da natureza, amplos setores do mercado explorador dos recursos naturais, em toda a sua amplitude, se sentem fortalecidos a ousar sem limites. Contratam técnicos a peso de ouro, incluindo cientistas e pesquisadores voltados para o capital, para assumir o ridículo papel de contraditar estudos e pesquisas científicas consolidadas, que dão conta das consequências da ação desastrosa do homem no planeta.

Em sendo verdadeiros os escritos de cem por cento dos cientistas ligados a defesa da natureza, dando conta das consequências da intervenção humana no planeta e do decorrente caos ambiental que comprovadamente estamos presenciando, faz com que esta insuportável situação exija daqueles, em qualquer grau de consciência, que pensem e atuem para romper com esta insana lógica de destruição. O modelo e padrão de desenvolvimento e consumo experimentado nos EEUU, irradiado para outros países como o Brasil, se sustenta na irracionalidade capitalista, onde se incluem as crises econômicas mundiais que pouco

atingem as grandes corporações, detentora de poderes extremos, capazes de produzir o mal de forma globalizada.

A luta ambiental, que é em defesa da vida no sentido lato sensu, onde alguns milhares de homens e mulheres dedicam-se quase que exclusivamente em suas militâncias, tem nos mostrado uma conta onde aparece predominantemente um grande e insofismável acúmulo de derrotas. A avalanche furiosa do desenvolvimento econômico capitalista, com incidência negativa no índice de Desenvolvimento Humano, tem deixado abatido o ânimo de muitos lutadores e desestimulado a presença de outros novos

Aqueles que têm a convicção que a estratégia é ecossocialista, devem responder pela principal tarefa que é a do convencer os demais "caminhantes" a ir até o fim desta longa e dura jornada, fundamentalmente incidindo sobre uma possível maioria de militantes sem definições políticas de caráter estratégico.

atores. Lamentavelmente esse quadro negativo não tem alterado o modo de operar para a obtenção de possíveis e necessárias vitórias. Esta situação sugere que os lutadores ambientalistas, igualmente, estejam mostrando resignação, mesmo em ver o inimigo agigantar-se em sua sanha destruidora, se retroalimentando dessa barbárie. Não se pode admitir que se prolongue esta situação de inércia da sociedade, associada e estimulada pela desinformação, e a fragmentação desordenada de militantes, ONGs e demais organismos sociais. A absoluta ausência de um organismo centralizador dos principais dirigentes e lutadores sociais, em nível nacional, produz por si, uma profunda incapacidade de alteração dessa situação com uma correspondente inalteração na correlação de força. A criação de uma "mesa única" nacional unificando todas as agendas ambientais, compostas por homens e mulheres, ONGs e organismos da sociedade, dispostos a um enfrentamento de novo tipo, poderia se traduzir em uma substantiva mudança nos resultados até então negativos.

Urge que os lutadores da causa ambiental, de todos os matizes, compreendam que a onda destruidora não dá espaço para divisões, mesmo considerando existir respeitáveis diferenças, que vão desde a caracterização da crise ambiental, passando pelo modo de como atacá-la, indo até o fulcro central da questão. O tempo decorrido depõe contra aqueles que buscam motivos ideológicos para não formação de frentes de luta, em vista de quão drástica é a situação. Não se trata de aliança político eleitoral programática. Importa que saibamos com quem podemos trilhar os caminhos em defesa da vida, bem como o possível trajeto que se possa fazer juntos. A opção de se arvorar na máxima sapiência das questões ambientais, bem como se escudando só em argumentos ideológicos, excluindo a companhia de diferentes, certamente determinará que tudo continue exatamente como está. Se a situação ambiental brasileira se apresenta severa e preocupante, incluindo para quem sequer é de esquerda, e se o desenvolvimentismo é meio e fim para todas as ações de governo e seus sócios privados, somos impelidos até por força da necessidade a alterar o modo de operar.

Aqueles que têm a convicção que a estratégia é ecossocialista, devem responder pela principal tarefa que é a do convencer os demais "caminhantes" a ir até o fim desta longa e dura jornada, fundamentalmente incidindo sobre uma possível maioria de militantes sem definições políticas de caráter estratégico. Por fim, há que se afirmar a todos os lutadores e a todas as lutadoras da causa ambiental que, fora de uma sociedade sem classes, onde o povo organizado de posse de plenos poderes, incluindo os meios de produção, em que determine o seu caminho, não haverá solução para os sérios problemas ambientais vividos, e que por certo inviabilizará parte importante da vida em nossa generosa GAIA.

José Romari Dutra da Fonseca – Coord.Nac. Ecossocialista – POA – RS

A economia cinzenta pode virar verde?

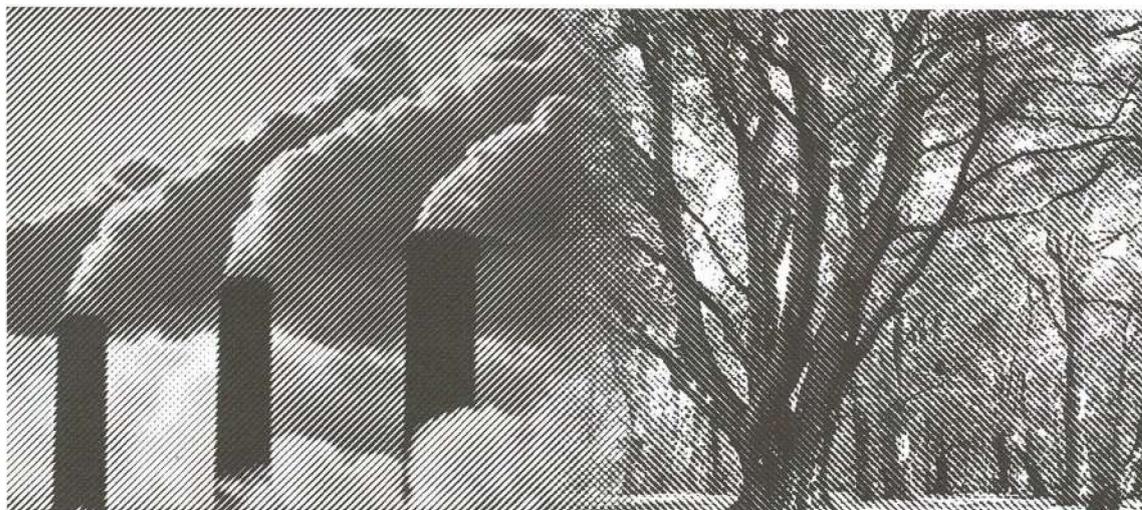
Por **Marcos Arruda e Sandra Quintela**¹

“A Rio+20 será um ponto de partida”, disse Maria Luíza Viotti, embaixadora brasileira nas Nações Unidas, lembrando que as negociações em temas como água, oceanos e segurança alimentar estão partindo quase da estaca zero”.

E isto, vinte anos depois da Rio92...

Este fato sublinha a importância de que a Cúpula Oficial da Rio+20 faça uma avaliação crítica dos resultados práticos de 20 anos de Conferências e acordos internacionais, para identificar os avanços, os retrocessos e as áreas estagnadas, para detectar as causas e definir as estratégias de ação, as metas e as formas de torná-las compulsórias. Nada disso. Os oficialistas (ONU, governos do mundo rico, corporações transnacionais) decidiram cancelar este tema do programa da Cúpula Oficial, deixando dois outros: Economia Verde e um novo órgão de governança ambiental na ONU.

O pretexto é que “é hora de olhar para frente e construir o futuro”... Nada mais hipócrita. Pois o passado foi tecido por três outras Cúpulas do gênero, mais outras Conferências sobre temas sociais e ambientais específicos, e os resultados concretos são predominantemente *fracassos*, que ampliam as ameaças ligadas às mudanças climáticas, ao desmatamento e à consequente savanização e desertificação de regiões antes florestadas, ao degelo das calotas e das geleiras, à escassez crescente de água potável, à expansão da contaminação por agrotóxicos das águas, solos e alimentos, à acelerada redução da biodiversidade.² Em síntese, é a vida no Planeta que está, e vai continuar sob ameaça, sem que os principais responsáveis queiram ir às suas raízes, que estão plantadas no modelo de desenvolvimento centrado no mercado, no lucro e no crescimento econômico ilimitado.



No pouco espaço deste artigo, vamos ao essencial, que é a pergunta do título.

Quem promove a proposta de mudanças na economia mundial sob o nome de Economia Verde são os países ricos, acompanhados pelas elites dos ‘países em desenvolvimento’, inclusive o Brasil. O bloco oficialista, além de cancelar do programa o balanço crítico dos 20 anos de tratados internacionais, substituiu a retórica do Desenvolvimento Sustentável pelo eufemismo Economia Verde. É que Desenvolvimento Sustentável está identificado com aqueles 20 anos de tratados, cujos resultados são fracos, nulos ou negativos. Caso vingue, a Economia Verde imporá à humanidade um ciclo parecido com o da revolução dos agrotóxicos do pós-guerra, que recebeu o nome simpático e enganoso de Revolução Verde.

A premissa desta proposta é que a crise ambiental resulta de a humanidade não tratar a Natureza como capital. A proposta da Economia Verde consiste em completar o triângulo de poder do capitalismo: nos ângulos três mercadorias – o ser humano, as máquinas e agora a Natureza, – e no centro o capital. O objetivo da Economia Verde é, pois, a criação de um ambiente propício para o investimento privado nos bens comuns da Natureza que escaparam de ser privatizados na Rio92: conhecimentos tradicionais, água,

sementes, biodiversidade, oceanos, florestas, atmosfera.³ Esses bens formam a rede de vida de uma sociedade livre. Privatizá-los é condicionar a vida humana e de todo o Planeta a megacorporações cuja motivação é o lucro e a acumulação de capital.

Que mudanças vão ser negociadas na Rio+20 para realizar esse objetivo?

Dar preço a esses bens naturais e aos ‘serviços ambientais’,⁴ dando ao setor privado o controle sobre esses bens e ‘serviços’ a fim de lucrar com eles

Menos que gerar produtos reais, desenvolver um mercado fictício de títulos e certificados financeiros que serão negociados pelos bancos, os mesmos que provocaram a crise financeira de 2008 e que receberam trilhões de dólares de fundos públicos⁵

Desenvolver ‘tecnologias limpas’ e ativá-las antes de serem testadas (Geoengenharia, biologia sintética, nanotecnologia, genômica)

Impor um regime de transferência de tecnologia que submeterá países do sul ao controle monopólico da megaindústria sobre o uso de tecnologias não testadas

Construir um mecanismo de governança ‘verde’ mais centralizado no quadro a ONU, que privilegia o setor privado e as instituições de Bretton Woods, garantindo o controle privado do ambiente, dos bens naturais e das mudanças climáticas, e deixando de lado as populações empobrecidas

Desenvolver, no quadro da ONU, indicadores e medidas que criem as bases para um mercado mundial de “serviços ambientais” e ecossistemas, quantificando, precificando, privatizando e financeirizando as várias funções da Natureza.

Em suma, a economia globalizada, que já é cinzenta pelas desigualdades sociais, pela privação dos direitos da maioria empobrecida do Planeta e pela poluição e destruição ambiental que está ameaçando a vida, tende a ficar ainda mais cinzenta: o verde nominal é uma tentativa de esconder o cinza real.

A Economia cinzenta pode virar verde?

Quando células do organismo desandam a crescer e a se multiplicar desordenadamente, ocorrem tumores que podem ser fatais para a vida do organismo. Na economia não é diferente. No sistema do capital, as grandes empresas industriais, comerciais, de serviços – principalmente os bancos –, e o agronegócio, precisam *crescer sempre* ou desaparecerão. Elas não definem um ponto ótimo a partir do qual produzem e vendem *o suficiente* e usam os excedentes para investir em qualidade e para estimular a criação de outras empresas que fortaleçam a cadeia produtiva, em busca de atender melhor as necessidades humanas. Isto é coisa da Economia Solidária.

As grandes empresas são intensivas no uso de capital, de bens naturais e de energia. A economia comandada por elas visa o lucro para si e por qualquer meio. É isso que explica práticas como a de financiamento de campanhas eleitorais, propinas a políticos para compra de favores, envelhecimento artificial de produtos de consumo para acelerar a demanda por novos produtos, destruição parcial ou total de ecossistemas e biomas, especulação financeira, imobiliária e com produtos agrícolas, e outras. Então surge a necessidade de empresários íntegros promoverem os valores éticos e convocarem a classe do capital a posturas de responsabilidade social e ambiental. Mas esta responsabilidade é um aspecto marginal da atividade empresarial, uma espécie

de ‘política compensatória’. Com uma mão ávida o grande capital se apropria dos bens naturais e do trabalho humano, repassando os custos para os consumidores, às comunidades locais e aos governos. Com a outra mão elas passam algo do seu excedente para obras sociais e melhoras do ambiente. Mas isso não faz parte da sua lógica. Tais benfeitorias são como um aditivo do contrato principal com os acionistas, que é maximizar os ganhos destes e crescer sempre mais⁶.

Sob a forte influência dessas corporações, os Estados nacionais e a ONU renunciam ao seu mandato democrático, protegendo o interesse privado nas tomadas de decisão sobre política econômica, energética, de transporte, saneamento, habitação, etc.⁷ Mantendo o PIB como medida da riqueza da nação, o Estado consagra a economia voltada para o lucro a qualquer preço e para a acumulação de capital como atividade dominante da vida da sociedade.

Que economia pode ser verde?

Em dezembro de 2010, a Conferência dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos da Mãe Terra, com 9 mil delegados e 35 mil participantes, lançou a Declaração dos Direitos da Mãe Terra. Uma Assembleia da ONU aprovou por consenso a expressão Mãe Terra. A Declaração apresenta propostas concretas para um desenvolvimento fundado na soberania dos povos, no reconhecimento do direito destes a desenvolver-se com soberania, justiça social e sustentabilidade ambiental. Entre elas:

- Que os orçamentos militares e de defesa se destinem à preservação da Natureza, a fim de tornar viável uma economia de alta equidade social e vida de qualidade para todos (bem viver), de baixo carbono, de baixa intensidade energética e de baixo uso dos bens naturais comuns;
- Que as dívidas sociais e ecológicas sejam reparadas gerando recursos para esse mesmo fim;
- Que se promova a soberania alimentar em oposição ao agronegócio;

- Que se proíbam a Geoengenharia e os produtos transgênicos, que implicam riscos ainda desconhecidos e geram monopólios corporativos à custa da dependência dos agricultores familiares;
- Que os serviços básicos sejam controlados pelo Estado social e não privatizados;
- Que se respeitem os direitos dos povos tradicionais, incluindo consulta livre, prévia e informada para que não sejam mercantilizadas as florestas, as águas, o solo e o subsolo
- Que o principal sujeito do desenvolvimento e gestor da sustentabilidade sejam as comunidades locais, instrumentadas e educadas para tais fins.

Notas

Matéria publicada no Jornal dos Economistas do Rio de Janeiro – junho de 2012

1 **Marcos Arruda e Sandra Quintela** Socioeconomistas do PACS, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro. Agradecemos a Pablo Solón, da Bolívia e ao Grupo ETC, do Canadá pela inspiração.

2 Ver a Cartilha “Economia Verde: Nova Cara do Capitalismo”, Rede Jubileu Brasil – no prelo.

3 Em 1992, as corporações originárias dos países ricos negociaram o controle de 23,8% de toda a biomassa do planeta.

4 O conceito de ‘serviços ambientais’ é questionável, pois não se trata de serviços realizados por pessoas, e sim bens que a Terra oferece a todos os seres vivos, entre eles os humanos.

5 Já estão em marcha mecanismos como o comércio de créditos de carbono, o REDD (que recompensa florestas conservadas com títulos que são comprados por empresas com recursos do Banco Mundial e negociados nos mercados de capitais) e outros.

6 Ver como ilustração o “Relatório de Insustentabilidade da Vale”, publicado em Junho de 2012 pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, Rio de Janeiro.

7 Ver como ilustração os textos retrógrados e perversos da Câmara e do Senado que visam reformar o Código Florestal Brasileiro em favor dos ruralistas.

Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da 'economia verde'

Em junho, o Brasil sedia a Rio+20, a cúpula mundial de meio ambiente, um dos temas da edição 180 de Caros Amigos, que está nas bancas. A cúpula já divide opiniões, como a do pesquisador Michael Löwy, um dos entrevistados da reportagem publicada na revista. A entrevista é de Bárbara Mengardo.

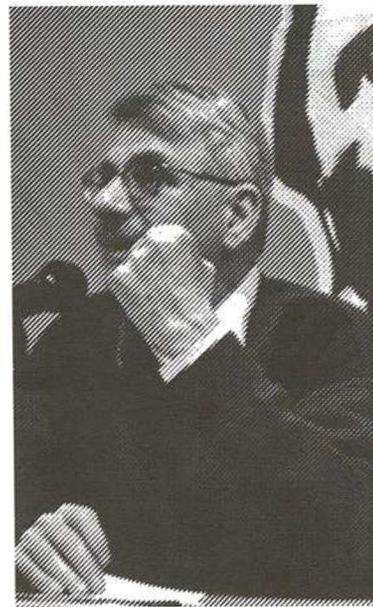
O que você espera da Rio+20, tanto do ponto de vista das discussões quanto da eficácia de possíveis decisões tomadas?

Nada! ou, para ser caridoso, muito pouco, pouquíssimo... As discussões já estão formatadas pelo tal "Draft Zero", que como bem diz (involuntariamente) seu nome, é uma nulidade, um zero à esquerda. E a eficácia, nenhuma, já que não haverá nada de concreto como obrigação internacional. Como nas conferências internacionais sobre o câmbio climático em **Copenhagen, Cancun e Durban**, o mais provável é que a montanha vai parir um rato: vagas promessas, discursos, e, sobretudo, bons negócios 'verdes'. Como dizia **Ban-Ki-Moon**, o secretário das Nações Unidas – que não tem nada de revolucionário – em setembro 2009, "estamos com o pé colado no acelerador e nos precipitamos ao abismo". Discussões e iniciativas interessantes existirão sobretudo nos fóruns Alternativos, na Contra-Conferência organizada pelo **Fórum Social Mundial** e pelos movimentos sociais e ecológicos.

Desde a Eco 92, houve mudanças na maneira como os estados lidam com temas como mudanças climáticas, preservação das florestas, água e ar, fontes energéticas alternativas, etc.? Se sim, o quanto profundas foram essas mudanças?

Mudanças muito superficiais! Enquanto a crise ecológica se agrava, os governos – para começar o dos Estados Unidos e dos demais países

industrializados do Norte, principais responsáveis do desastre ambiental – "lidaram com o tema", desenvolveram, em pequena escala, fontes energéticas alternativas, e introduziram "mecanismos de mercado" perfeitamente ineficazes para controlar as emissões de CO2. No fundo, continua o famoso "business as usual", que, segundo cálculo dos cientistas, nos levará a temperaturas de 4° ou mais graus nas próximas décadas.



Em comparação a 1992, a sociedade está muito mais ciente da necessidade de proteção do meio ambiente. Esse fato poderá influir positivamente nas discussões da Rio+20?

Esta sim é uma mudança positiva! A opinião pública, a "sociedade civil", amplos setores da população, tanto no Norte como no Sul, está cada vez mais consciente de necessidade de proteger o meio ambiente – não para "salvar a Terra" – nosso planeta não está em perigo – mas para salvar a vida humana (e a de muitas outras espécies) nesta Terra. Infelizmente, os governos, empresas e instituições financeiras internacionais representados no **Rio+20** são pouco sensíveis à inquietude da população, que buscam tranquilizar com discursos sobre a pretensa "economia verde". Entre as poucas exceções, o governo boliviano de Evo Morales.

Como a destruição do meio-ambiente relaciona-se com a desigualdade social?

As primeiras vítimas dos desastres ecológicos são as camadas sociais exploradas e oprimidas, os povos do Sul e em particular as comunidades indígenas e camponesas que vêem suas terras, suas florestas e seus rios poluídos, envenenados e devastados pelas multinacionais do petróleo

e das minas, ou pelo agrobusiness da soja, do óleo de palma e do gado. Há alguns anos, **Lawrence Summers**, economista americano, num informe interno para o Banco Mundial, explicava que era lógico, do ponto de vista de uma economia racional, enviar as produções tóxicas e poluidoras para os países pobres, onde a vida humana tem um preço bem inferior: simples questão de cálculo de perdas e lucros.

Por outro lado, o mesmo sistema econômico e social – temos que chamá-lo

por seu nome e apelido: o capitalismo – que destrói o meio-ambiente é responsável pelas brutais desigualdades sociais entre a oligarquia financeira dominante e a massa do "pobretariado". São os dois lados da mesma moeda, expressão de um sistema que não pode existir sem expansão ao infinito, sem acumulação ilimitada – e portanto sem devastar a natureza – e sem produzir e reproduzir a desigualdade entre explorados e exploradores.

Estamos em meio a uma crise do capital. Quais as suas consequências ambientais e qual o papel do ecossocialismo nesse contexto?

A crise financeira internacional tem servido de pretexto aos vários governos ao serviço do sistema de empurrar para "mais tarde" as medidas urgentes necessárias para limitar as emissões de gases com efeito de serra. A urgência do momento – um momento que já dura há alguns anos – é salvar os bancos, pagar a dívida externa (aos mesmos bancos), "restabelecer os equilíbrios contábeis", "reduzir as despesas públicas". Não há dinheiro disponível para investir nas energias alternativas ou para desenvolver os transportes coletivos.

O ecossocialismo é uma resposta radical tanto à crise financeira, quanto à crise ecológica. Ambas são a expressão de um processo mais profundo: a crise do paradigma da civilização capitalista industrial moderna. A alternativa ecossocialista significa que os grandes meios de produção e de crédito são expropriados e colocados a serviço da população. As decisões sobre a produção e o consumo não serão mais tomadas por banqueiros, managers de multinacionais, donos de poços de petróleo e gerentes de supermercados, mas pela própria população, depois de um debate democrático, em função de dois critérios fundamentais: a produção de valores de uso para satisfazer as necessidades sociais e a preservação do meio ambiente.

O “rascunho zero” da Rio+20 cita diversas vezes o termo “economia verde”, mas não traz uma definição para essa expressão. Na sua opinião, o que esse termo pode significar? Seria esse conceito suficiente para deter a destruição do planeta e as mudanças climáticas?

Não é por acaso que os redatores do tal “rascunho” preferem deixar o termo sem definição, bastante vago. A verdade é que não existe “economia” em geral: ou se trata de uma economia capitalista, ou de uma economia não-capitalista. No caso, a “economia verde” do rascunho não é outra coisa do que uma economia capitalista de mercado que busca traduzir em termos de lucro e rentabilidade algumas propostas técnicas “verdes” bastante limitadas. Claro, tanto melhor se alguma empresa trata de desenvolver a energia eólica ou fotovoltaica, mas isto não trará modificações substanciais se não for amplamente subvencionado pelos estados, desviando fundos que agora servem à indústria nuclear, e se não for acompanhado de drásticas reduções no consumo das energias fósseis. Mas nada disto é possível sem romper com a lógica de competição mercantil e rentabilidade do capital. Outras propostas “técnicas” são bem piores: por exemplo, os famigerados “biocombustíveis”, que como bem o diz Frei Betto, deveriam ser chamados “necrocombustíveis”, pois tratam de utilizar os solos férteis para produzir uma pseudo-gasolina

“verde”, para encher os tanques dos carros – em vez de comida para encher o estômago dos famintos da terra.

Quem seriam os principais agentes na luta por uma sociedade mais verde, o governo, a iniciativa privada, ONGs, movimentos sociais, enfim?

Salvo pouquíssimas exceções, não há muito a esperar dos governos e da iniciativa privada: nos últimos 20 anos, desde a Rio-92, demonstraram amplamente sua incapacidade de enfrentar os desafios da crise ecológica. Não se trata só de má-vontade, cupidez, corrupção, ignorância e cegueira: tudo isto existe, mas o problema é mais profundo: é o próprio sistema que é incompatível com as radicais e urgentes transformações necessárias.

A única esperança então são os movimentos sociais e aquelas ONGs que são ligadas a estes movimentos (outras são simples “conselheiros verdes” do capital). O movimento camponês – Via Campesina -, os movimentos indígenas e os movimentos de mulheres estão na primeira linha deste combate; mas também participam, em muitos países, os sindicatos, as redes ecológicas, a juventude escolar, os intelectuais, várias correntes da esquerda. O Fórum Social Mundial é uma das manifestações desta convergência na luta por um “outro mundo possível”, onde o ar, a água, a vida, deixarão de ser mercadorias.

Como você analisa a maneira como a questão ambiental vem sendo tratada pela mídia?

Geralmente de maneira superficial, mas existe um número considerável de jornalistas com sensibilidade ecológica, tanto na mídia dominante como nos meios de comunicação alternativos. Infelizmente uma parte importante da mídia ignora os combates sócio-ecológicos e toda crítica radical ao sistema.

Você acredita que, atualmente, em prol da preservação do meio ambiente é deixada apenas para o cidadão a responsabilidade pela destruição do planeta e não para as empresas? Em São Paulo, por exemplo, temos que comprar sacolinhas plásticas

biodegradáveis, enquanto as empresas se utilizam do fato de serem supostamente “verdes” como ferramenta de marketing.

Concordo com esta crítica. Os responsáveis do desastre ambiental tratam de culpabilizar os cidadãos e criam a ilusão de que bastaria que os indivíduos tivessem comportamentos mais ecológicos para resolver o problema. Com isso tratam de evitar que as pessoas coloquem em questão o sistema capitalista, principal responsável da crise ecológica. Claro, é importante que cada indivíduo aja de forma a reduzir a poluição, por exemplo, preferindo os transportes coletivos ao carro individual. Mas sem transformações macro-econômicas, ao nível do aparelho de produção, não será possível breçar a corrida ao abismo.

Quais as diferenças nas propostas que querem, do ponto de vista ambiental, realizar apenas reformas no capitalismo e as que propõem mudanças estruturais ou mesmo a adoção de medidas mais “verdes” dentro de outro sistema econômico?

O reformismo “verde” aceita as regras da “economia de mercado”, isto é, do capitalismo; busca soluções que seja aceitáveis, ou compatíveis, com os interesses de rentabilidade, lucro rápido, competitividade no mercado e “crescimento” ilimitado das oligarquias capitalistas. Isto não quer dizer que os partidários de uma alternativa radical, como o ecossocialismo, não lutam por reformas que permitam limitar o estrago: proibição dos transgênicos, abandono da energia nuclear, desenvolvimento das energias alternativas, defesa de uma floresta tropical contra multinacionais do petróleo (**Parque Yasuni!**), expansão e gratuidade dos transportes coletivos, transferência do transporte de mercadorias do caminhão para o trem, etc. O objetivo do ecossocialismo é o de uma transformação radical, a transição para um novo modelo de civilização, baseado em valores de solidariedade, democracia participativa, preservação do meio ambiente. Mas a luta pelo ecossocialismo começa aqui e agora, em todas as lutas sócio-ecológicas concretas que se enfrentam, de uma forma ou de outra, com o sistema. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508288-michael-loewycritica-rio20eapropagandadaeconomiaverde>

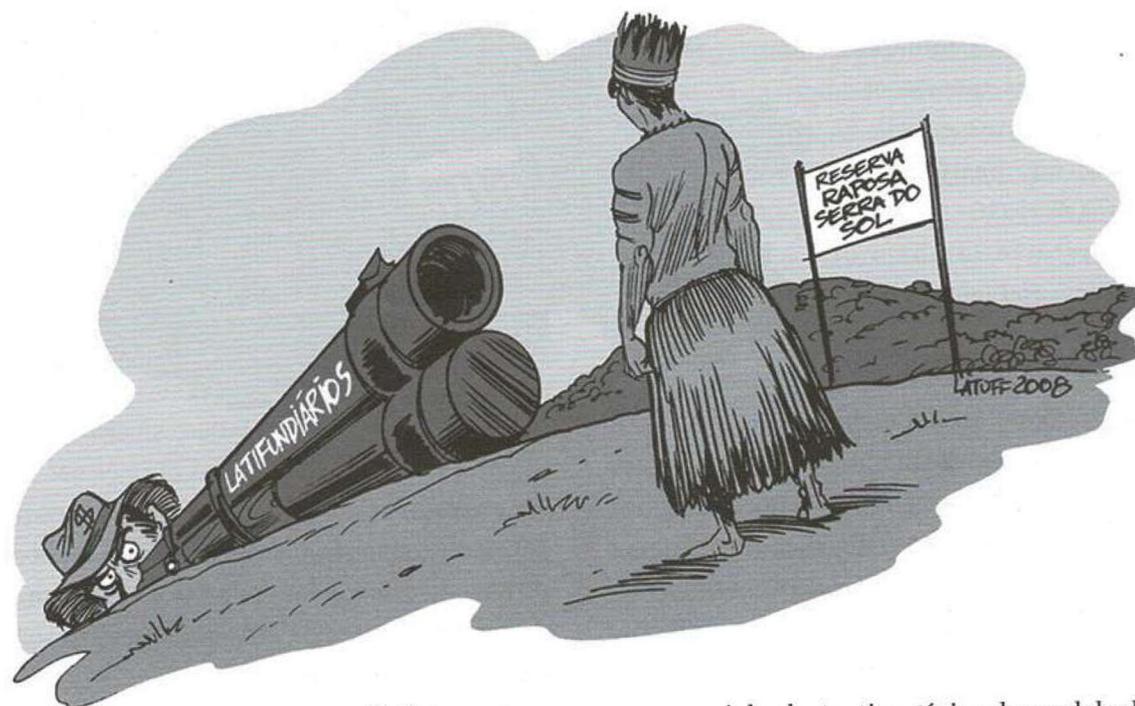
Brasil 2012: diagnóstico de injustiça socioambiental e perspectiva de luta ecossocialista

Por **Beto Bannwart e Georgia Mocelin**

A Rio+20 é um evento da Organização das Nações Unidas – ONU, que marca uma série de Conferências Mundiais sobre Meio Ambiente, desde Estocolmo em 1972, Rio em 1992, Quioto em 1997, entre tantas outras. O Brasil, sede do Encontro, continua sendo um país de profundas desigualdades sociais, extremamente vulnerável aos desafios ecológicos da atualidade, e institucionalmente, na contramão de um modelo de desenvolvimento que se sustente, pois é incontestável o retrocesso do governo nas questões ambientais, com a flexibilização de leis e o desmonte dos órgãos e mecanismos de controle e fiscalização do Estado.

O país dá sinais de estar sendo afetado pela conjuntura global da crise, que se apresenta de forma sistêmica, civilizatória, e se manifesta de maneira complementar em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e ecológicos.

Concretamente, avança uma compreensão difusa das questões socioambientais. Eventos catastróficos recentes, como Fukushima e a Região Serrana do Rio de Janeiro, legitimam a luta dos movimentos sociais, as denúncias de ambientalistas, da comunidade científica e de relatórios periódicos da ONU, e evidenciam os impactos das mudanças climáticas, assim como uma percepção generalizada do processo de fragilização em nossas condições de existência material.



De fato, aumenta a consciência da importância do equilíbrio ecológico na preservação da vida no planeta Terra, e a convicção de que fazemos parte do Todo, ser humano e natureza.

O neodesenvolvimentismo ruralista

No entanto, contraditoriamente, o que se apresenta, na prática, ainda é mais do mesmo.

O governo democrático popular de Dilma-Lula, que faz uma década, revela-se uma forma de social-liberalismo expansionista e subimperialista, um modelo de acumulação e expansão constante, excludente e destrutivo, em que a natureza é vista como entrave ou recurso, e o ser humano, como mão de obra barata.

Nos meandros da governabilidade brasileira triunfam vigorosos os interesses do capital, principalmente do sistema financeiro, dos ruralistas, das empreiteiras, da especulação imobiliária e das grandes multinacionais, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

Uma espécie de neodesenvolvimentismo, com a gana ultraproductivista de crescimento

exponencial e destrutivo, típico do modelo de décadas passadas, mas bastante reforçado pelo avanço do sistema financeiro e tecnológico.

De fato, a política do governo é para sermos um potente e barato fornecedor mundial de *commodities*, matérias primas com baixo valor agregado e com preços instáveis, mas de forte rentabilidade para a burguesia, o que impulsiona as forças do capital a se deslocar degradando áreas, expulsando comunidades e comprometendo a base de recursos naturais da qual dependemos todos. Esse processo produtivo de reprimarização da economia é impulsionado principalmente pela bancada ruralista, que é a representação dos latifundiários do agronegócio no Congresso Nacional.

Avançam as privatizações, com extrema concentração de terra, renda e poder, impondo direitos de propriedade e cobrando *royalties* sobre os elementos da natureza. Decisões estratégicas sobre o uso dos espaços e recursos obedecem principalmente os interesses econômicos, a lógica do capital que privilegia o lucro em detrimento à vida.

Injustiças socioambientais

Esse modelo capitalista gera injustiça socioambiental: muita riqueza para poucos e riscos e impactos negativos que afetam o coletivo, mas em diferente intensidade, pois no contexto em que exclusão social e degradação ecológica se entrelaçam, os mais atingidos são as populações vulneráveis, marginalizadas, que vivem em péssimas condições, nas periferias e áreas de risco.

Trata-se também de racismo ambiental, pois a exploração e a opressão são direcionadas a comunidades específicas, etnias e classes que são propositalmente afetadas pela sua fragilidade: a classe trabalhadora em geral, e os pobres, negros, indígenas, ribeirinhos e quilombolas, em particular, com consequentes impactos diretos e nefastos em suas condições de vida, saúde, moradia e trabalho.

Denunciamos a concentração de poder, terra e recursos nas mãos da classe dominante; a imposição brutal de deslocamentos populacionais para construção de barragens, megaobras, megaeventos, ou para a especulação imobiliária; a implantação de monoculturas, ou pastagens para gado; a contaminação por agrotóxicos e/ou indústrias poluentes; a apropriação indevida de conhecimentos tradicionais para patenteamento, enfim, combatemos a mercantilização da vida.

Perspectiva de luta ecossocialista

O ano de 2011 ficou marcado pela ascensão de movimentos sociais e revolucionários mundo afora, e no Brasil, particularmente, a questão ecológica dominou a pauta de inúmeras manifestações, principalmente contra o projeto de alteração do Código Florestal (PL 1.876/99) e a construção de hidrelétricas, como Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, entre outras, que avançam destrutivamente.

Essas bandeiras, somadas à luta contra usinas nucleares, a transposição do Rio São



Francisco, e pela defesa de uma matriz energética diversificada, fizeram parte dos debates no encontro de fundação do Setorial Nacional de Ecossocialistas do PSOL, que se realizou em Curitiba, em abril de 2011.

De lá pra cá, seguimos avançando e ocupando importantes espaços com essa perspectiva de luta, partindo do princípio que um dos grandes desafios é renovar e atualizar o pensamento da esquerda, na construção de uma crítica anticapitalista radical, que busque redefinir a trajetória e os objetivos do socialismo em um contexto ecológico. Buscamos reorientar o modelo de desenvolvimento, os meios de produção e consumo, de forma a manter a capacidade de suporte do planeta, ou seja, os fluxos de matéria e energia na natureza, preservando todas as formas de vida em prol das futuras gerações.

Entendemos que a raiz da degradação ambiental é a mesma da exclusão social: é o sistema capitalista!

Militamos, portanto, pelo Ecossocialismo, teoria política libertária, de vanguarda, síntese entre o socialismo e a ecologia, resposta de superação e alternativa ao capitalismo, esse sistema predatório que faz um duplo movimento de opressão e exploração, do ser humano e da natureza.

Assim sendo, a problemática ecológica não pode ser apenas uma questão tática, pontual e setorializada, mas sim tem de ser compreendida como estratégica, global, sistêmica e interdependente, pois se trata da continuidade de nossa existência na Terra.

É urgente uma ruptura radical com a ideologia produtivista, de crescimento ilimitado e de progresso linear, típica da lógica do mercado, do lucro como fim em si mesmo.

A ecologia se mostra um campo em disputa, onde avaliamos como insuficientes as propostas ecocapitalistas, que se satisfazem ao tentar humanizar e dar uma maquiagem verde ao sistema.

Na superação do sistema capitalista, a transição ao ecossocialismo se dá com planificação democrática, socialista e ecológica, com políticas públicas participativas em que todas as áreas, programas e projetos sejam repensados pelo viés socioambiental.

Uma de nossas tarefas militantes é a de mapear os conflitos socioambientais de nossas realidades locais, na elaboração de um programa político de realidade concreta, para combater o caos urbano e as injustiças no uso da terra e recursos, com a canalização de indignações e a convergência de projetos, na construção de um movimento de massas, com verdadeiro potencial transformador.

Estamos engajados em ecologizar o debate, em demonstrar a importância e a compreensão estratégica da ecologia política do ecossocialismo ao PSOL, aos militantes de esquerda e aos movimentos populares. Em paralelo, atuamos para politizar, ideologizar as questões ambientais e debater o socialismo junto aos ecologistas, no convencimento de que a luta ecológica, para ser consequente, tem de enfrentar e buscar superar o sistema capitalista.

A luta ecológica é radical e anticapitalista!

A alternativa é ecossocialista!

Beto Bannwart – Membro da Coordenação Nacional do Setorial Ecossocialista Paulo Piramba e do Núcleo Ecossocialista PSOL/SP

Georgia Mocelin – Militante do Setorial Ecossocialista e do Núcleo Ecossocialista PSOL/SP



A resistência à instalação da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU)

Por **Maria Helena Rauta Ramos, Arthur Moreira e Ricardo Nespoli**

A luta contra mais um “grande projeto”

Se acreditássemos na grande mídia e nos órgãos públicos de política ambiental, tudo seria uma maravilha. Afinal, são 20 mil empregos prometidos, mais desenvolvimento para a cidade e para a região e uma oportunidade única de “atrair investimentos”. Essa é a propaganda feita pela Vale para defender o desastre socioambiental que ela está prestes a patrocinar em Ubu, município Anchieta-ES.

A cidade já sofre os efeitos da presença da Samarco, outra grande mineradora. O ar, segundo relatório do Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA) quando da proposta de instalação da siderúrgica chinesa Baosteel (também em parceria com a Vale), já encontra-se na máxima saturação de partículas em suspensão. O porto de Ubu, um dos motivos da instalação da CSU no local, é dragado a cada dois anos, devastando a vida marinha do local, destruindo corais (únicos animais que contribuem para a redução do efeito estufa), prejudicando a pesca artesanal da região, que já sofre com a alteração da rota dos cardumes, devida ao movimento de navios, e com a contaminação das espécies marinhas devida aos frequentes derramamentos de óleo. Contraditoriamente, a instalação da primeira poluidora pretende servir de justificativa para a instalação de uma segunda – que, pasmem, ainda pretende lançar seus detritos no mar, segundo o próprio projeto.

Outra grande ameaça sofrida pela população é quanto ao abastecimento de água. Indústria de intensiva exploração hídrica, a CSU pretende usar para seu processo produtivo a bacia do

Rio Benevente, que hoje abastece a população de municípios da região. Isso sem considerar a população que migrará desordenadamente atrás dos empregos, o que aumentará ainda mais a demanda. Como se trata de uma indústria altamente poluidora, ainda agrava a poluição da água da região com metais pesados (já causada pela mineradora Samarco).

Esta é outra preocupação trazida pelo projeto de instalação da CSU. Um crescimento populacional repentino e sem planejamento, que nas estimativas da empresa mais do que dobrará a população, tende a dar péssimas condições aos migrantes e ampliar a desigualdade socioeconômica no local.

Essa apropriação privada de um dos litorais mais belos do Espírito Santo por empresas de capital estrangeiro começou na Ditadura Militar, sem qualquer consulta à população capixaba. Desse tempo para os dias atuais, a empresa justifica novos empreendimentos, isso porque, dada a lógica própria do capital, “[...] a acumulação não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente. O círculo em que se move a reprodução simples muda, então, sua forma e transforma-se [...] em espiral” (1987, p. 677). E, valendo-se da “vocaçao do município”, tornada por ela mesma “própria para a indústria de mineração e siderurgia”; e em nome dos empregos que oferece a população local, argumentos que são assumidos também pelos demais atores capitalistas do ramo, e por seus aliados que ocupam o Estado (IEMA e IBAMA). Mas não é bem isso. As atividades tradicionais do município são a agricultura familiar e orgânica, pesca artesanal, turismo sustentável com suas belas praias e montanhas, onde residem descendentes de imigrantes italianos.

Este processo, porém, não está ocorrendo sem crítica e resistência. Várias entidades da sociedade civil e movimentos sociais perceberam o desastre socioambiental que está por vir com a instalação deste “grande projeto”. A Associação de Moradores de Chapada do Á, o

Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (GAMA), a Associação de Pescadores de Ubu e Parati, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo, outras entidades e militantes da causa socioambiental se engajaram na defesa da população e do meio ambiente de Anchieta.

A Chapada do Á, área em que pretende instalar-se a siderúrgica, hoje é ocupada por uma comunidade tradicional descendente de indígenas. São cerca de cem famílias que não querem sair de onde cresceram, mas têm enfrentado o acintoso assédio da empresa, que quer comprar as terras a qualquer custo. Para apoiar seu “parceiro”, o Governo já decretou, sem fundamento legal, que as terras seriam de utilidade pública.

A nossa luta é grande e buscamos aliados que nos apoiem impedindo o avanço das forças destrutivas do capital, que por onde passa deixa atrás de si populações no limite de pobreza máxima um quadro de doenças, e situações de calamidade social que somos incapazes de estimar. Caso essa onda de “desenvolvimento e de criação de empregos” continue, os seus efeitos nocivos serão cada vez mais visíveis. Isso só torna mais necessária nossa árdua tarefa de dizer não aos “grandes projetos” e lutar por uma outra sociedade que seja radicalmente democrática, ambientalmente justa e livre de todas as opressões. Uma sociedade ecossocialista!

“Grande projeto” foi uma expressão criada para definir os empreendimentos que causaram grandes impactos socioambientais e, como foram instalados na época da ditadura civil-militar, tiveram apoio do governo.

Maria Helena Rauta Ramos Doutora em Serviço Social pela PUC-SP e militante do P-SOL Anchieta
Arthur Moreira Advogado sindical e membro do Diretório Estadual do P-SOL ES

Ricardo Nespoli Bancário e Secretário de Formação Política do P-SOL Vitória-ES

Os venenos que o capitalismo nos serve

A produção de alimentos à base de agrotóxicos e o debate de alternativas

Por **Luiz Felipe Bergmann**

Maior consumidor de agrotóxicos do mundo é mais um dos títulos indesejáveis que o Brasil ostenta. Nada mais adequado para um país que tem nas monoculturas de soja, milho e cana-de-açúcar e na criação de bovinos o carro chefe da economia.

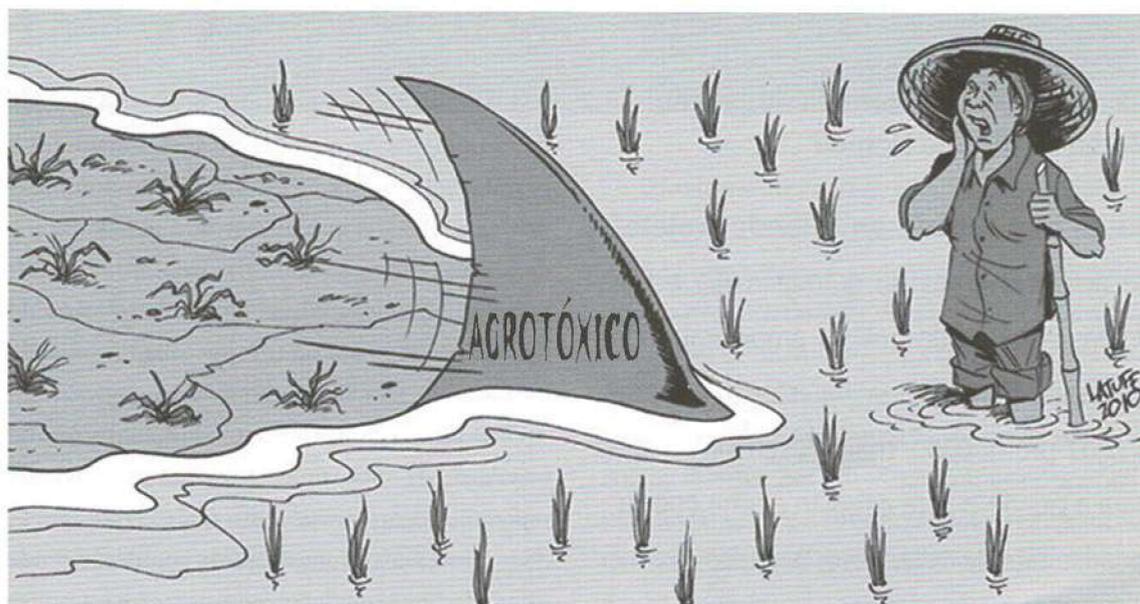
O agronegócio é a forma que o capitalismo assume no campo, com concentração de capitais e necessidade de expansão constante, com a exploração intensiva da terra, o aumento da fronteira agrícola e a busca do aumento da produtividade a qualquer custo. A missão do agronegócio é produzir mercadorias, e não alimentos. E como todo investimento capitalista, exige-se previsibilidade e certeza de retorno. Para evitar que as pragas e os fungos destruam a fonte dos lucros, recorre-se a venenos, ou agrotóxicos.

A compreensão da organização e do funcionamento do capitalismo no campo, as suas técnicas, e as consequências para o meio ambiente, para a saúde humana e os impactos na economia, é de fundamental importância para aqueles que se colocam a perspectiva da construção de uma sociedade politicamente democrática, socialmente justa e ecologicamente sustentável, ou seja, uma sociedade ecossocialista.

A dimensão do problema

A monocultura e o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos andam lado a lado. De 2002 para 2011 o consumo de fertilizantes no Brasil passou de 4.910 milhões de quilos para 6.743 milhões de quilos, e o de agrotóxicos de 599,5 milhões de litros para 852,8 milhões de litros. O agronegócio usa 936 mil toneladas de veneno por ano, o que representa praticamente 20% do consumo mundial.

O Estado assume seu papel de “gerente dos negócios da burguesia” ao estimular o



uso desses produtos, seja através da isenção de impostos, seja ao condicionar o financiamento de lavouras no sistema convencional ao uso de agrotóxicos e adubos químicos. Para a safra 2011/2012 o governo federal destinou 107 bilhões de reais para o agronegócio e apenas 16 bilhões de reais para a agricultura familiar e orgânica, privilegiando esse modelo de produção, que destrói a saúde e o meio ambiente.

Os efeitos deste modelo de agricultura para a saúde humana são trágicos: acidentes de trabalho na aplicação de venenos, intoxicações de populações inteiras quando da pulverização de lavouras, neoplasias e malformações, dentre outros. Inúmeros estudos científicos apontam que há uma relação direta entre o uso de venenos e o aumento das doenças.

Os custos sociais do uso dos agrotóxicos, especialmente aqueles com as intoxicações e o tratamento das enfermidades daí decorrentes, bem como os danos ambientais (contaminação do solo, do lençol freático, dos rios e lagos, extermínio de predadores naturais), segundo Soares, não são contabilizados no processo produtivo. Nem os preços dos agrotóxicos refletem esses custos, tampouco os preços dos produtos agrícolas colocados à venda no

mercado trazem-nos embutidos. É um custo assumido por toda a sociedade, mas que não é diretamente percebido pela mesma.

A solução agroecológica

Em contraposição à agricultura convencional tem se desenvolvido a agricultura agroecológica. O objetivo da agroecologia é, partindo da realidade social e dos aspectos culturais, desenvolver uma agricultura que preserve o meio ambiente, para a obtenção de resultados socioeconômicos, com a participação política dos agricultores.

É uma ciência que procura fornecer princípios ecológicos para a relação entre homem e natureza, buscando a produtividade agrícola, a inclusão social e a preservação da natureza. É importante reconhecer que estamos falando de uma ciência, posto que o discurso capitalista tenta passar a ideia de que só a agricultura convencional apóia-se na ciência e na técnica, enquanto a agroecologia seria um modo atrasado e primitivo de produzir. E mais, o discurso de que as técnicas agrícolas baseadas no monocultivo, no uso de venenos e adubos químicos, são fundamentais para produzir os alimentos que a humanidade precisa não

condiz com a realidade. Depois de 60 anos da chamada “revolução verde”, o mundo ainda tem um bilhão de famintos.

Sem dúvidas, a produção de alimentos no sistema agroecológico é melhor para a saúde humana. Os empecilhos que se colocam para a generalização do consumo é o seu preço mais elevado e a produtividade, que historicamente foi menor em comparação à produção convencional.

Entretanto, a questão da produtividade da agroecologia já consegue resolver. Por exemplo: Na Bahia, em 2005, a produção de cebola orgânica obteve 38 toneladas por hectare, enquanto a produzida no sistema convencional rendeu 20 toneladas. O tomate orgânico produzido na região de Araraquara já alcançou os mesmos índices de produtividade daquele do sistema convencional. O feijão, em produção experimental da ESALQ, de Piracicaba, atingiu 3.500 quilos por hectare, quando uma boa safra considera 2.500 kg por hectare.

Os preços mais elevados representam um estímulo ao agricultor. Em dezembro de 2005 o saco de 20 Kg de cebola orgânica era vendido a R\$ 36,00, enquanto o da convencional era comercializado por R\$ 8,00. O tomate orgânico apresentou preço 73% superior ao produzido com venenos.

O Censo Agropecuário de 2006 comprova a importância da agricultura familiar, produtora da maior parte dos alimentos, e a que produz os orgânicos, sendo responsável por 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Esses dados mostram que, mais do que possível, é necessário partir para a adoção de um modelo de produção agrícola que privilegie o cultivo de alimentos saudáveis, em detrimento, do uso das terras agricultáveis para a produção



de energia, como é o caso da soja, milho e cana-de-açúcar. Com isso se evitará também o desmatamento e destruição de biomas como a Amazônia e o cerrado.

O modelo de produção agroecológico, fazendo uso intensivo de mão de obra e se mostrando mais viável em pequenas propriedades, pode contribuir decisivamente para a solução dos problemas sociais no campo e ser um fator estimulador da reforma agrária. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam a sua importância, pois é o que produz a absoluta maioria dos alimentos como, por exemplo, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Algumas propostas

Para os socialistas é questão das mais importantes o combate à produção convencional e a defesa da produção agroecológica.

Devemos exigir do Estado o compromisso de desenvolver iniciativas políticas que fortaleçam a produção agroecológica, inclusive como meio de evitar inúmeros e graves problemas à saúde humana. Alguns dos instrumentos que

podem viabilizar essa política são: 1) inverter a balança dos financiamentos, aplicando a maior parte do orçamento público destinado à produção agrícola à agricultura familiar e à produção agroecológica; 2) subsidiar fortemente os produtos agroecológicos à custa da taxa dos produtos convencionais; 3) imposição dos custos dos problemas de saúde provocados pelos agrotóxicos à indústria química, para que esses se expressem no preço final do produto, o que torna os preços dos agroecológicos mais atrativos e economiza orçamento público gasto no tratamento às vítimas dos venenos; 4) o Estado, especialmente na esfera municipal, deve privilegiar a compra de produtos agroecológicos, por exemplo, para merenda

escolar e restaurantes populares, o que estimula os produtores do entorno das cidades.

Com a defesa dessas medidas, dentre outras, daremos uma contribuição importante na luta pelo ecossocialismo.

Luiz Felipe Bergmann – militante ecossocialista do PSOL Paraná

Fontes

SOARES, Wagner Lopes – “Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura”

<http://www.organicnet.com.br/2011/05/agricultura-agroecologica-pode-dobrar-producao-de-alimentos-em-dez-anos/>

<http://www.cpsa.embrapa.br/imprensa/noticias/producao-organica-supera-a-productividade-da-cebola-convencional/>

http://www.ufrgs.br/agroecologiabr/conceitos_de_agroecologia.htm

<http://www.agrisustentavel.com/san/tomato.htm>

<http://mundoorgnico.blogspot.com.br/2009/04/feijao-organico-tem-productividade-acima.html>

www.embrapa.gov.br

<http://www.abrasco.org.br/>

A hora do veto ao novo Código Florestal

Por **Ivan Valente**

A bancada ruralista, financiada e composta por representantes do agronegócio, conseguiu aprovar no Congresso Nacional, no final de abril, um texto para o novo Código Florestal que provocará o maior retrocesso em termos de preservação ambiental da história do Brasil. Contrariando a já recuada posição do governo federal e literalmente passando o trator por cima das minoritárias preocupações ambientalistas que se manifestaram no Parlamento brasileiro, os ruralistas comprovaram sua sanha incontrolável pelo lucro imediatista. E mais, deixaram claro quais os interesses que falam mais alto no Congresso Nacional.

Além de manter a anistia para aqueles que desmataram ilegalmente até 2008, o texto do relatório do deputado Paulo Piau (PMDB-MG), que saiu vitorioso, tem eixos estruturantes que ampliam significativamente o impacto ambiental do novo Código e colocam o direito à propriedade como máxima inquestionável pelo poder público.

A primeira linha mestra do novo Código reduz as Áreas de Preservação Permanente (APPs) que, desmatadas ilegalmente, devem ser recuperadas. A versão do Senado já era recuada, cancelando as multas dos desmatadores e liberando a recuperação para propriedades de até quatro módulos fiscais. Mas agora a regra é a impunidade geral, com total flexibilização para as chamadas “áreas consolidadas”, em todo tipo de propriedade.

Entre as APPs que não precisarão mais ser recuperadas estão os topos de morro usados para pecuária. O texto do Senado, por exemplo, considerava como área consolidada, liberada de

recuperação, somente os topos de morro usados na produção de lenhosas (uvas, maçãs, etc).

Outra mudança feita, que explicitamente homenageia os ruralistas, foi retirar do texto do Senado a observação de que devastações em Áreas de Preservação Permanente localizadas dentro de Unidades de Conservação não podem, em hipótese alguma, serem consideradas áreas consolidadas. Ou seja, o Senado obrigava a recuperação dessas áreas em qualquer caso. Ao retirar essa observação do texto, a bancada ruralista anistiou de outra forma os desmatamentos em áreas consideradas prioritárias para o meio ambiente – e, justamente por isso, consideradas Unidades de Conservação.

Segundo levantamentos de especialistas, essa mudança acerca da recuperação das áreas consolidadas deixará de reflorestar 330 mil quilômetros de APPs desmatados no país. Assim, todo este território irá deixar de ser considerado passivo ambiental.

As áreas de apicuns e salgados – regiões no entorno dos manguezais, ocupadas para a produção de camarão – também deixaram de ser consideradas APPs. O texto do Senado, que trazia um capítulo inteiro sobre o uso sustentável dos apicuns e salgados, limitando sua ocupação em 10% na região amazônica e em 35% no restante dos mangues, se transformou em um único artigo dentro do capítulo de “área de uso restrito”. O texto aprovado, que atendeu ao *lobby* dos produtores de camarão, diz que os apicuns e salgados podem ser totalmente ocupados, desde que se faça o Zoneamento Econômico e Ecológico da região.

A decisão deixa de lado os avisos da comunidade científica de que a carcinicultura nessas áreas seria responsável por inúmeros impactos ambientais sobre os manguezais, causando desmatamento e bloqueio dos fluxos das águas para essa zona, além da contaminação do lençol freático das áreas onde se realiza o cultivo, matando peixes e caranguejos e inutilizando a água para o consumo humano. O impacto nos mangues será brutal.

Descentralização administrativa ambiental

Outra linha estruturante do novo Código Florestal é a que devolve aos Estados o poder de definição sobre a necessidade de recuperação das APPs. A medida enfraquece a normatização e a fiscalização nacional, além de comprometer toda a lógica do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente). A ideia é que cada estado avalie suas “peculiaridades” e defina se determinada área degradada deve ou não ser recuperada, independentemente de os biomas atravessarem as fronteiras administrativas da federação. Assim, chegaremos ao absurdo de as margens de um determinado rio serem recuperadas numa certa medida dentro de um estado e, em outra, no estado vizinho.

Deixar para os estados resolverem essa questão significa, na prática, fortalecer a defesa da autonomia do proprietário rural para definir como ocupar o solo da porteira de sua fazenda pra dentro, como se isso não tivesse qualquer consequência do ponto de vista da preservação ambiental do conjunto daquele bioma ou região. É uma lógica que favorece o descontrole do poder público e privilegia o vale-tudo da propriedade privada, ignorando a previsão constitucional de respeito à função social da propriedade.

A proposta também pode levar a uma “corrida fiscal ambiental”, onde Estados ofereçam melhores condições de desmatamento com o objetivo de atrair empresas para suas regiões. Uma legislação de âmbito estadual também está mais suscetível a pressões políticas e econômicas de segmentos locais (fazendeiros e especulação imobiliária), com enormes prejuízos ao meio ambiente e a toda a sociedade.

A cereja do bolo deste aspecto veio com a aprovação de um destaque, apresentado pelos ruralistas, que impedirá que o Cadastro Ambiental Rural seja disponibilizado na internet, bloqueando a transparência e fiscalização das propriedades pelo poder público.

Por fim, outra medida estruturante do texto aprovado é quebrar a relação, prevista na



versão do Senado, entre o tempo de recuperação ambiental e o direito a crédito e incentivos do governo para esta recuperação. Antes, só teria direito a acessar esses recursos públicos o proprietário que fizesse o Cadastro Ambiental Rural e apresentasse um cronograma de recuperação no Plano de Regularização Ambiental. Agora, basta assinar um documento de intenções que os recursos serão liberados.

Lógica predatória imediatista

Trata-se de uma lógica totalmente irresponsável e antipedagógica, que passa uma mensagem muito clara de impunidade para o país. Nós, ambientalistas, já não tínhamos acordo com o texto do Senado, que anistiava os desmatadores e permitia novas derrubadas através de uma série de flexibilizações no Código até então em vigor. Mas era um texto que reduzia alguns

impactos do relatório original de Aldo Rebelo e havia sido pactuado dentro do governo.

De volta à Câmara, a bancada ruralista, suprapartidária, retomou seu radicalismo, enfrentou o governo e desacatou a Presidência da República, rasgando os acordos feitos no Senado. O novo relator do projeto na Câmara, que é da base do governo e membro da Frente

Parlamentar da Agropecuária, incumbiu-se de elaboração de um texto que permitisse a volta de medidas ainda mais predatórias ao texto do Código Florestal, deixando claro que os objetivos da bancada ruralista não admitiriam qualquer possibilidade de freio à expansão do agronegócio.

O recado foi dado ao governo de maneira bem direta: a bancada ameaçou votar contra

a Lei Geral da Copa, de interesse direto do Planalto, caso o novo Código Florestal, com as alterações propostas por Piau, não fosse aprovado. A ameaça ocorreu no momento em que o governo considerava o adiamento da votação para depois da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que acontecerá em junho deste ano no Rio de Janeiro. Para o governo, o adiamento da votação permitiria evitar o constrangimento de explicar publicamente como pretende manter seu compromisso internacional de redução de 38% na emissão de CO2 até 2020 aprovando medidas de flexibilização da legislação ambiental, que ampliam o desmatamento e reduzem a recomposição da cobertura florestal no país.

Mas a pauta da Rio+20 não faz parte das preocupações dos ruralistas. E para provar até que ponto estava preparada para o confronto com o governo, a bancada valeu-se de uma aliança com membros da bancada evangélica e de partidos da oposição para, na mesma semana, aprovar na Comissão de Constituição e Justiça a PEC 215, uma emenda constitucional que transfere do Executivo para o Congresso a competência sobre a demarcação e a homologação de terras indígenas e quilombolas.

A aprovação da PEC 215, que coloca em risco a sobrevivência de diversas populações e acirra o conflito fundiário já existente, é a expressão da força e da intenção do movimento que a bancada ruralista começa a colocar em prática: os constrangimentos legais ao crescimento do agronegócio devem desaparecer, e as questões ambientais, sociais, culturais e mesmo diplomáticas, terão que ficar para um segundo plano.

Agenda ruralista

A mudança do Código Florestal é apenas o primeiro passo para uma ampla reforma da legislação, que também inclui a PEC 215, a formulação de um Código de Mineração – que deverá expandir a área extrativista no Brasil –, a reforma da Lei das Águas, a alteração do conceito de “trabalho degradante” no Brasil, entre outras iniciativas que buscam colocar

um pretensão desenvolvimento econômico acima das condições de vida e do equilíbrio sócio-ambiental.

Frente a esse movimento, o governo ficou de mãos atadas. Ao apostar e sustentar um modelo econômico fundado na atividade agroexportadora, o governo tornou-se refém dos desmandos dos ruralistas. Por trás do discurso de apoio ao pequeno agricultor e à agricultura familiar, quem saiu ganhando mais uma vez foram os nefastos interesses em prol da exploração acelerada dos recursos naturais. Interesses estes que, há anos no país, via incentivos e privilégios governamentais ao agronegócio, já tem provocado desastrosas consequências ambientais nas regiões de expansão da fronteira agrícola, sobretudo na Amazônia.

O projeto aprovado no Congresso simboliza, assim, um retrocesso ambiental não somente pelas mudanças previstas pela atual reforma do Código Florestal. Tal como colocado no Congresso, a aprovação do projeto do Deputado Piau também consolida uma incapacidade crônica do governo de colocar limites à bancada ruralista e abre a porteira para novas propostas de fragilização da proteção ambiental no Brasil.

Vale lembrar que a anistia aos desmatadores não apareceu apenas nessa última versão do texto aprovada na Câmara. A proposta do Senado já anistiava os desmatadores ao perdoar as multas, eliminar a recomposição de Reserva Legal para propriedades de até 4 módulos e criar conceitos vagos e amplos de áreas consolidadas. Assim, a anistia não está apenas na indefinição das APPs, ela é parte estruturante de todo o novo Código Florestal, que veio à tona justamente para regularizar aqueles que descumpriram a lei. Levantamento recente da imprensa revelou que 15 deputados e 3 senadores tem multas aplicadas pelo IBAMA e serão beneficiários pela anistia aprovada no novo Código.

A preocupação maior da gestão Dilma, portanto, manifestada no voto contrário do PT ao relatório de Paulo Piau, não foi garantir a preservação ambiental e eliminar a anistia do texto, mas sim criar um discurso que ajude a

evitar maiores desgastes internacionais diante do aumento do desmatamento que as mudanças do texto trarão.

Mudanças no Código Florestal deveriam caminhar no sentido de modernizá-lo e aperfeiçoá-lo à luz dos avanços científicos acerca da preservação da natureza, da questão climática e das funções institucionais das APPs e Reservas Legais; de ampliar a educação ambiental dos produtores e da população em geral. Mas o que foi aprovado é um convite à impunidade e representa uma drástica flexibilização da lei ambiental.

Veta, Dilma!

Para barrar as alterações aprovadas na Câmara e no Senado, o único caminho é a mobilização e a pressão popular pelo veto integral ao projeto. Um veto parcial servirá apenas para criar uma cortina de fumaça e uma aparência de equilíbrio e amenização dos danos criados pela nova Lei. Não há como combinar preservação e desmatamento. Nessa disputa, é preciso ter lado.

Às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ocorrerá no Rio de Janeiro em junho deste ano, a Presidenta Dilma deve ser lembrada de seus compromissos, assumidos em campanha e em agenda oficial internacional, contra a ampliação do desmatamento e pela redução da emissão de gases de efeito estufa. Não queremos ser um país a serviço dos interesses de uma elite agrária-exportadora. Nossa prioridade deve ser a vida, e a vida pede o veto ao novo Código Florestal.

A entrega de nossas florestas ao agronegócio não pode passar despercebida. A Rio+20 e as mobilizações da Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns são a oportunidade de mostrarmos que o povo brasileiro não quer essa mudança do Código Florestal e que a verdadeira defesa da soberania nacional está na luta contra a submissão da nação aos interesses do agronegócio.

Ivan Valente é deputado federal, membro da Frente Parlamentar Ambientalista e presidente nacional do PSOL

Considerações sobre Rio +20 e Cúpula dos povos

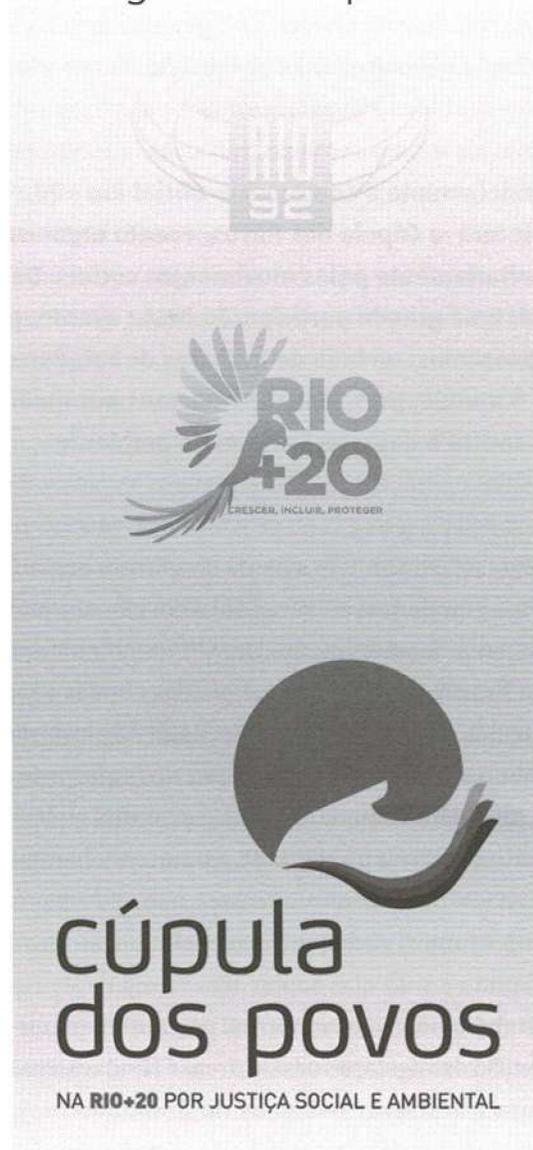
No mês de junho o Brasil sediará um grande evento. Será a Conferência Rio +20. No ano de 1992 nosso país havia sediado a Conferência “ECO-92”. À época, o objetivo oficial do Encontro era debater os problemas ambientais gerados pelo modelo capitalista de produção e consumo, construindo uma estratégia oficial para minimização de danos.

Por **Jurandir Silva**

Passados 20 anos, o Brasil sediará mais um evento mundial de debate sobre os problemas ambientais. Durante estes 20 anos, por um lado cresceram as preocupações mundiais em relação ao meio ambiente e às catástrofes naturais, por outro, mantêm-se níveis de produção e consumo insustentáveis para o planeta Terra. Em todos os encontros e conferências realizadas durante este período, pouco ou nada se avançou em medidas concretas de combate aos danos ambientais, como a redução na emissão de gases tóxicos por parte do setor industrial ou a redução do uso de agrotóxicos na produção agropecuária. Da mesma forma, pouco se avançou em medidas reais de promoção de desenvolvimento sustentável, como mudanças de matriz energética, como o aproveitamento de energia solar, ou no fortalecimento de pesquisas e incentivos reais à produção agroecológica.

É plenamente possível dizer inclusive que em nível internacional observamos diversos fracassos e retrocessos nesse campo. Como os fracassos para a adesão de muitas nações industrializadas ao Protocolo de Kyoto – que estipula a diminuição da emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa – ou o novo fracasso de negociações na Conferência Mundial do Clima (COP-15), em Copenhague, no ano de 2009.

Em nosso país, os retrocessos são ainda mais visíveis. Em nossa história, já fomos espoliados



em quase todos os recursos naturais presentes em nosso território. Os colonizadores exploraram de maneira totalmente insustentável madeira e minério. Atualmente, o recurso natural que é brutalmente explorado é a terra.

As terras em nosso país continuam distribuídas de maneira absurdamente desigual. 1% dos proprietários rurais, latifundiários, ocupam 40% das terras agriculturáveis no país, sendo responsáveis pela produção de menos da metade dos alimentos consumidos na mesa dos brasileiros. O latifúndio é o local de atuação do agronegócio exportador, um dos setores que mais lucrou no país nos últimos anos. Esse mesmo setor recebe absolutamente mais benefícios governamentais do que a agricultura familiar ou a reforma agrária em seu conjunto. Ou seja, os governos brasileiros dos últimos anos privilegiam o agronegócio exportador em detrimento dos camponeses.

Além de ter sua produção majoritariamente voltada para a exportação e não para a alimentação dos milhões de famintos do país, o agronegócio brasileiro é responsável por profundos processos de poluição e degradação ambiental. Desde 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e é o país do mundo que mais utiliza agrotóxicos, sendo que 19% de todo o agrotóxico utilizado no mundo é depositado no país. Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), 1/3 dos alimentos consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos.

O agronegócio brasileiro é diretamente responsável pela contaminação dos alimentos, dos consumidores e dos trabalhadores rurais que manuseiam esses produtos. Além disso, é no latifúndio que se verificam os mais altos índices

de erosão hídrica e eólica. O desmatamento de grandes áreas e a monocultura são responsáveis por esses processos. Ainda assim, os defensores do latifúndio e do agronegócio exportador não se calam. Fazem questão de propalar a produção agrícola crescente e a geração de empregos. Esquecem-se de todos os males gerados pelo latifúndio e da estimativa de inúmeros institutos de pesquisa de que para cada 1 emprego gerado pelo latifúndio, para a mesma área, a agricultura familiar gera 10 empregos.

O novo Código Florestal

Nem o avanço do latifúndio em detrimento da agricultura familiar, nem os impactos ambientais gerados pelo agronegócio exportador, nem a crescente preocupação nacional com o meio ambiente e com a produção de alimentos saudáveis fizeram com que os governos no Brasil recuassem em suas medidas pró-latifúndio.

A mais recente e devastadora destas medidas é a alteração do Código Florestal. É uma medida do governo, amplamente apoiada por sua base aliada e diretamente aplicada pelo PCdoB – partido do relator do projeto – para satisfazer os anseios deste setor da economia nacional.

Antes de entrarmos na discussão sobre as alterações no código, vejamos os conceitos de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente.

Reserva Legal: Área dentro da propriedade rural que deve ser destinada à manutenção do bioma, ou seja, não pode ser explorada com fins agrícolas.

Área de Preservação Permanente (APP): Áreas próximas de rios e lagos, topos de morros e encostas que deve ser preservada permanentemente, pois o desmatamento nessas áreas pode gerar riscos.

A Reserva Legal cumpre o papel de manutenção da biodiversidade dentro de uma propriedade rural ou agroecossistema. Não permite que determinado produtor rural implante monocultura em todo o seu território. A manutenção da biodiversidade permite que espécies vegetais e animais importantes para o ecossistema, mas que

não são objeto imediato de exploração, tenham um “espaço” dentro de cada propriedade rural. De acordo com o velho código, o tamanho da reserva legal depende da região. Na Amazônia, a reserva legal tem que ser de 80%; no Cerrado, dentro da Amazônia Legal, tem que ser de 35%; e, nas demais regiões, tem que ser de 20%.

A APP cumpre um papel fundamental. Temos visto no Brasil e no Mundo uma série de catástrofes naturais que ocorrem devido ao desrespeito às APPs. A manutenção de vegetação no entorno de rios e lagos é fundamental pois protege essas áreas da erosão. As plantas presentes na APP dos rios permitem uma maior estabilidade física do solo, evitando ou minimizando o efeito de chuvas e escoamento de água dos rios com relação a erosão. Áreas no entorno de rios sem

...paralelamente à Conferência Oficial Rio +20, acontecerá a Cúpula dos Povos, evento organizado majoritariamente pelos movimentos sociais. Devemos buscar uma grande participação neste evento, para que possamos, ao lado de milhares de lutadores de todo o mundo, pressionar os governos por medidas reais contra a devastação do meio ambiente

vegetação permitem a perda de solo por erosão. Uma grande área envolvendo vários rios, na qual ocorreu desmatamento da APP (algo comum no Brasil), permite que a água das chuvas gere intensos processos de erosão, além da perda de solo, que a água se concentre nos rios e que possa atingir determinadas regiões com muita violência e em grande quantidade, gerando enchentes. As APPs de morros e encostas não são menos importantes, visto que a mesma interação entre plantas e solo que ocorre nas margens de rio também ocorre nos morros, portanto a manutenção de vegetação nessas áreas é fundamental para minimizar os riscos de deslizamentos, extremamente perigosos para as comunidades que vivem próximas dessas áreas.

As mais importantes mudanças no Código que foram aprovadas pela Câmara no mês passado dizem respeito às Reservas Legais, às APPs e à Anistia aos desmatadores.

Em relação às APPs, foi retirada do texto a determinação do tamanho das mesmas. O relatório deixa a cargo do Executivo a definição das faixas que terão de ser recuperadas, por meio de um Programa de Regularização Ambiental que ainda deve ser implantado. As diretrizes gerais do programa serão determinadas pelo Executivo Federal, mas a definição de detalhes e pontos específicos será feita pelos Executivos Estaduais. Dessa forma, a exigência de reflorestamento ao longo de cursos d'água e as faixas de vegetação nativa que devem ser respeitadas para a regularização de propriedades ficam temporariamente indefinidas.

Além disso, abre-se a brecha para que o tamanho da APP seja inserido dentro do cálculo da Reserva Legal, o que, na prática, permite uma menor área de preservação ambiental e manutenção da biodiversidade dentro de cada propriedade.

Em relação à anistia aos desmatadores, o novo código não aponta nenhum tipo de punição a quem desmatou APPs até 2008. Ou seja, quem desmatou indiscriminadamente antes de 2008, não vai receber nenhum tipo de punição, multa ou repreensão, podendo inclusive os desmatadores continuarem acessando créditos agrícolas. Essa era uma das maiores exigências dos latifundiários, grandes responsáveis pelo desmatamento na história do Brasil. Além disso, no texto da Câmara, foi retirado o ponto que exigia a manutenção de 20 metros quadrados de área verde em novas expansões urbanas.

Luta ambiental, Rio+20 e Cúpula dos Povos

Como já dissemos, vivemos uma etapa de preocupação social crescente com o meio ambiente. Uma parcela cada vez maior da população acompanha atentamente as posições de governos, empresas e partidos em relação ao tema.

Os governos de plantão precisam dar uma resposta a essas preocupações. A realização da Conferência Rio+20 no mês de junho faz parte dessa perspectiva. Infelizmente, a absoluta maioria dos governos é agente dos grandes empresários. Vivemos um momento de capitalismo

em crise e os capitalistas não vão querer produzir menos e lucrar menos para responder a preocupações ambientais.

Nesse sentido, é possível afirmar que há uma enorme tendência de que a Conferência oficial Rio+20 seja um novo fracasso em negociações concretas para mudanças ambientais reais. Os Governos vão tentar cumprir seu papel, aparecendo bem aos olhos de quem defende o meio ambiente. Os empresários, por sua vez, vão tratar de tentar manter seus níveis produtivos, com sua consequente poluição, bem como vão tentar atingir com mais força o “mercado verde” que vem crescendo devido às preocupações ambientais de uma parcela cada vez maior de consumidores.

Ocorre que, paralelamente à Conferência Oficial Rio +20, acontecerá a Cúpula dos Povos, evento organizado majoritariamente pelos movimentos sociais. Devemos buscar uma grande participação neste evento, para que possamos, ao lado de milhares de lutadores de todo o mundo, pressionar os governos por medidas reais contra a devastação do meio ambiente e debater ações concretas e medidas importantes em direção à sustentabilidade.

Precisamos ter muito claro entre nós que o sistema capitalista é historicamente o responsável pela devastação ambiental. O capitalismo sempre precisou e continua precisando espoliar profundamente os recursos naturais em todo o planeta Terra para que os mais ricos, o 1% da população mundial, continuem lucrando em detrimento dos outros 99%, que sofrem os efeitos das catástrofes ambientais, vivem do seu próprio suor ou estão em condições miseráveis.

Ocorre que não nos basta identificar que o capitalismo é o responsável pelos problemas ambientais. Esta é uma avaliação e a partir dela temos que ter uma política. Parte desta política é exigir dos governos e poderosos que parem com a exploração ambiental predatória em todos os níveis, que diminuam a geração de gases de efeito estufa, que tomem medidas reais para cessar o desmatamento, a poluição das águas e a destruição da biodiversidade.

Outra parte de nossa política – e na Cúpula do Povos temos espaço para desenvolvê-la – é

debater e apresentar soluções reais para os problemas ambientais. Não precisamos apenas criticar o modelo atual de produção e consumo, podemos também apresentar sugestões de como a sociedade poderia se organizar para buscar a sustentabilidade.

Nesse sentido, podemos trabalhar amplamente com a ideia de diversificação da matriz energética. Embora tenhamos algumas alternativas em crescimento, a principal fonte energética utilizada no mundo é o combustível fóssil petróleo. A utilização indiscriminada de petróleo nos processos produtivos gera impacto ambiental, a partir da queima deste combustível nos motores, mas gera também uma extrema dependência econômica das atividades vitais em relação às empresas que controlam a

...devemos defender a utilização integrada e sustentável de energia a partir de biocombustíveis, eólica, hídrica ou solar, dando maior ênfase para esta última.

produção, a distribuição e a comercialização deste combustível. Além disso, há ainda muitas dúvidas referentes aos danos ambientais que podem ser causados pela extração de petróleo, por exemplo, na camada do pré-sal.

Devemos trabalhar com a ideia de que há inúmeras fontes de energia disponíveis e que devem ser utilizadas diversificadamente. Ou seja, devemos defender a utilização integrada e sustentável de energia a partir de biocombustíveis, eólica, hídrica ou solar, dando maior ênfase para esta última, que tem potencial para democratizar o acesso à energia em todo o mundo.

No que se refere à produção primária – agricultura – devemos fazer uma firme defesa da produção de alimentos para consumo local, a partir da agricultura familiar de base ecológica, privilegiando alimentos saudáveis e baratos.

A defesa de um sistema de transporte coletivo eficiente e ecologicamente correto também deve ser uma bandeira de todos. Atualmente temos em praticamente todo o Brasil máfias de empresários que controlam os transportes,

prestando um serviço caro, e rentável apenas para os empresários e os governos. Devemos realizar uma defesa eficaz do transporte coletivo público e de qualidade, para reduzirmos assim a quantidade de carros nas ruas, diminuindo a poluição e possibilitando que as pessoas que utilizam apenas o transporte coletivo – a maioria da população – sejam tratadas dignamente.

Podemos ter uma política ousada de defesa da construção de políticas públicas eficazes para o uso maciço de bicicletas. Aproveitando os exemplos de cidades como Buenos Aires, na Argentina, ou diversas capitais europeias, nas quais há inúmeras ciclovias que permitem o trânsito de ciclistas, políticas de troca de vale-transporte dos servidores públicos por bicicletas, integração real entre transporte coletivo e bicicletas, nova educação no trânsito, entre outras medidas.

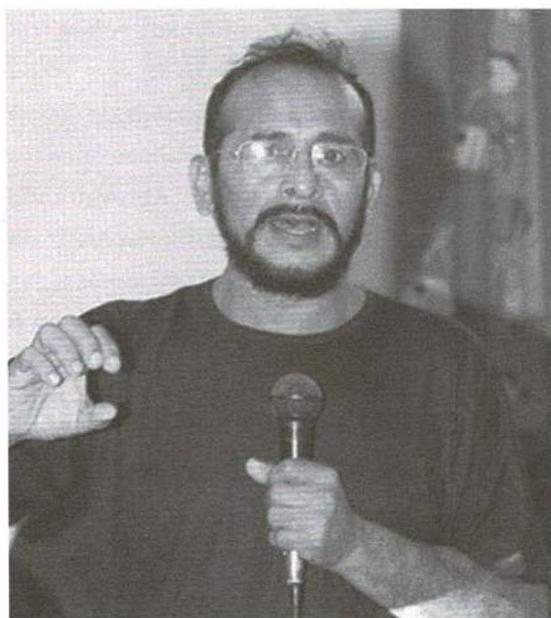
Outro aspecto que podemos debater é em relação à geração e destino do lixo urbano. Sabidamente, esse é um grave problema, principalmente nos grandes centros urbanos. O modelo de sociedade consumista que o capitalismo impõe, faz com que milhares de toneladas de lixo sejam geradas diariamente e não há, por parte da ampla maioria dos governos, nenhum tipo de política eficiente de coleta seletiva de lixo, com reciclagem e reutilização, gerando-se assim um passivo ambiental enorme para o conjunto da sociedade. Devemos defender modificações no próprio processo produtivo que permitam uma menor geração de resíduos e uma ousada política de reciclagem, tanto de lixo seco quanto de lixo orgânico, para a produção de adubos ou biocombustíveis.

Temos muito ainda o que pensar e debater em relação a propostas eficazes de desenvolvimento sustentável. Aqui apresentamos apenas algumas ideias que podem e devem ser debatidas e ampliadas por toda a militância.

Jurandir Silva, secretário-geral do PSOL Pelotas, membro da Direção Estadual do PSOL-RS, Engenheiro Agrônomo, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar.

Plano de manejo invade reserva extrativista

Entrevista especial com Osmarino Amâncio



“Nós, que sempre trabalhamos preservando a floresta, estamos sendo criminalizados; somos vítimas de uma política de extermínio”, denuncia o seringueiro.

A proposta de sustentabilidade defendida por Osmarino Amâncio e Chico Mendes, de gerar riquezas através da produção diversificada sem ameaçar a floresta, está sendo substituída pelo plano de manejo da madeira, que avança nos estados do Acre, Pará e Amazonas. De acordo com Osmarino, somente no Acre já existem quase 200 planos de manejo distribuídos em um milhão de hectares da floresta. “As

madeiras não estão respeitando sequer a técnica da extração do plano de manejo. De acordo com a regra, não é permitido retirar nenhuma árvore com menos de 40 cm de diâmetro. Hoje, eles estão tirando as varinhas finas e fazendo corte raso. Então, milhões de metros cúbicos estão saindo de forma legal e ilegal”, afirma.

Nessa entrevista, ele conta que a maioria dos seringueiros se opõe ao manejo da madeira, mas acaba aderindo ao projeto por causa da pressão governamental. “Quando um seringueiro não aceita participar do manejo, ele tem dificuldade de vender seu produto, de escoar sua produção”, informa. Os seringueiros que participam do manejo da madeira recebem um auxílio financeiro, o chamado programa Bolsa Verde, para não extraírem recursos da floresta. Somente em Brasileia, no Acre, mais de cem famílias já assinaram o Bolsa Verde. “Querem que os seringueiros e os índios se conformem com este programa. (...). No estado do Amazonas, a cada trimestre os seringueiros recebem 340 reais de bolsa e, no Acre, eles recebem 300 reais. Ou seja, cada um recebe em média 100 reais por mês para não interferir na floresta, não matar mais a nossa caça, não tirar mais a madeira para construir uma casa”, ressalta.

Ele também critica a Lei de Florestas Públicas, sancionada em 2006, quando Marina Silva era ministra do Meio Ambiente. “A Lei de Florestas Públicas está privatizando a floresta, porque mais de 50 milhões de hectares de áreas florestais são utilizadas para abastecer o mercado da economia verde através do manejo madeireiro, do REED, do mercado de carbono”, aponta.

Osmarino Amâncio nasceu no Seringal Bela Flor e há mais de cinquenta anos vive no Acre defendendo a preservação das reservas

extrativistas. Colega de Chico Mendes, que foi assassinado em 1988, ele fala sobre a amizade com o seringueiro e das dificuldades enfrentadas por conta da defesa do meio ambiente. “Nós sonhávamos com educação de qualidade para o nosso povo, com o desenvolvimento de pesquisas para desenvolver os biomas. Mas nós fomos traídos por esse pessoal. Hoje, vamos ter que começar tudo de novo, mas agora o confronto é contra aqueles que criaram leis que criminalizam o nosso movimento, e que exportam os nossos meios de sobrevivência”, desabafa.

Confira a entrevista.

Qual a situação das reservas extrativistas? O que tem impedido a preservação delas?

Osmarino Amâncio – Hoje, a situação das reservas extrativistas é muito complicada por causa da nova política de economia verde implantada pelos governos do Acre, Amazonas e Pará. O grande projeto de extração de madeira no Acre é um dos principais empecilhos para que as reservas extrativistas possam se consolidar, já que o governo fez grandes empréstimos com bancos mundiais.

De acordo com esta política de economia verde, todos os produtos têm que ter selo de exportação, o chamado selo FSC, que foi criado através do Sistema Nacional de Unidade de Conservação e incentivado no ministério sob o comando de Marina Silva, quando ela criou a lei de Florestas Públicas. Essa lei dá uma concessão de uso de determinada área florestal por um período de 40 anos. No caso do Acre, se a pessoa pegar uma área de terra para fazer o manejo sustentável de 500 mil hectares, ela recebe uma concessão por 40 anos. Depois desse período, a concessão pode ser renovada por mais 30 anos. Então, a Lei de Florestas Públicas está privatizando a floresta, porque

mais de 50 milhões de hectares de áreas florestais são utilizadas para abastecer o mercado da economia verde através do manejo madeireiro, do REED, do mercado de carbono.

Querem que os seringueiros e os índios se conformem com o Bolsa Verde. O seringueiro sempre viveu da pesca, da caça, e tira a madeira para a sua sobrevivência. Nós, que sempre trabalhamos preservando a floresta, estamos sendo criminalizados; somos vítimas de uma política de extermínio. No estado do Amazonas, a cada trimestre os seringueiros recebem 340 reais de bolsa e, no Acre, eles recebem 300 reais. Ou seja, cada um recebe em média 100 reais por mês para não interferir na floresta, não matar mais a nossa caça, não tirar mais a madeira para construir uma casa. A região da Amazônia virou um marketing, uma propaganda de exportação dos meios naturais. Já estão até vendendo o ar que respiramos.

Como avalia a atuação da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em relação às questões ambientais, considerando sua trajetória nos seringais?

Osmarino Amâncio – A Marina não só assinou a Lei das Florestas Públicas, mas também tentaram assinar a Lei dos Transgênicos na ocasião de sua gestão do Ministério do Meio Ambiente. A Lei de Florestas Públicas aprovou o plantio de monocultura para toda a nossa região e aprovou a soja transgênica. O Ministério do Meio Ambiente, junto com o governo Lula, institucionalizou e privatizou todo o potencial natural daquela região com as novas leis organizadas pelo agronegócio, pela Monsanto, pela Aracruz e pelo grande capital. É complicado, porque esse pessoal (Lula e Marina) veio do seio da luta operária. Marina entregou todo o patrimônio para ser detonado pelas multinacionais e por uma série de ONGs que, na época do conflito estavam do nosso lado, mas hoje brigam para oficializar o selo FSC para a exportação dos produtos. Todos os que estavam do nosso lado contra a depredação da Amazônia hoje entraram no mercado para mercantilizar o potencial da floresta, onde está o maior banco genético e biológico do planeta.

Que porcentagem da área de unidade de conservação já foi desmatada no Acre?

Osmarino Amâncio – Hoje, no Acre, um milhão de hectares da floresta está sofrendo o impacto do manejo madeireiro e já existem quase 200 planos de manejo. A política de mercado proposta pela economia verde é a principal responsável por essa situação, porque ela é fundamentada nos interesses das madeiras, das barragens, do etanol, dos transgênicos.

Como está sendo feito o manejo comunitário?

Osmarino Amâncio – Ele é organizado pelo governo estadual, que credencia as madeiras que vão comprar madeira. É o governo que determina para onde a madeira é exportada. Recentemente o governo do estado organizou setenta grandes marceneiros que fizeram parte de uma comitiva; ela foi para a Itália fazer uma turnê comercial para vender madeira brasileira na Europa. Tudo em nome do manejo sustentável.

Algum seringueiro participa desse manejo?

Osmarino Amâncio – Alguns participam. O governo deu cargo comissionado para parentes do Chico Mendes apoiarem o discurso do manejo sustentável. Mas a maioria dos seringueiros não aceita o manejo sustentável. Ninguém sabe até quando a nossa pressão será possível, porque eles estão nos privando de uma série de direitos humanos. Quando um seringueiro não aceita participar do manejo, ele tem dificuldade de vender seu produto, de escoar sua produção.

Fora das reservas existem os planos de assentamento extrativista, onde o governo implantou manejo em áreas que estão devolutas e são consideradas dos fazendeiros. Então, os fazendeiros retiram a madeira e, depois, fazem a fazenda, a pastagem.

Como os seringueiros de Brasileia têm se posicionado em relação à extração da madeira orientada pelo governo estadual?

Osmarino Amâncio – Muitos seringueiros estão aderindo ao plano de manejo, porque o

governo diz que duzentas famílias da reserva extrativista terão de fazer o plano de manejo ou perderão a concessão. Como nós não temos nenhuma assistência técnica para fazer o plano de manejo, o governo quer nos convencer a conceder a nossa concessão para as madeiras. Assim, elas ficariam responsáveis pelo manejo. Apesar de haver uma resistência muito grande, seringueiros desinformados assinam o Bolsa Verde. No município onde eu moro, mais de cem famílias assinaram o termo do programa Bolsa Verde. Esse documento determina que, a partir desse ano, ninguém poderá fazer um roçado, ninguém poderá pescar sem ter permissão, ninguém poderá derrubar uma árvore. Ocorre que, de acordo com o documento, o Bolsa Verde será distribuído somente durante dois anos, e os seringueiros não têm direitos adquiridos. Teremos de cumprir várias determinações, mas nós nunca cometemos crimes ambientais; basta ver que a floresta está de pé. O seringueiro resistiu e foi contra a destruição da floresta. Quando criamos a reserva extrativista, determinamos que ninguém poderia desmatar mais do que 10% daquela área. Então, o estado do Acre só tem 90% das florestas em pé por conta dessa determinação. Quando fizeram o manejo madeireiro, nós perdemos o controle da floresta, porque não temos mais o direito de entrar na área. Quando percebemos, já era um deserto o que antes foi floresta. Os engenheiros florestais argumentam que a floresta se recompõe em 30 anos. Recentemente um pessoal foi à floresta medir a idade das árvores, e a árvore mais nova tem duzentos anos de existência. Nós já encontramos um Cumarú Ferro que tem mil anos de existência. A Engenharia Florestal está confundindo a ciência com a disciplina educacional, está arriscando. Eu perguntei para um técnico se ele acreditava nessa questão da sustentabilidade com a mercantilização da natureza, e ele disse que era um risco, mas que precisávamos arriscar. Temos que nos opor a essa política de mercado, porque todo o potencial da floresta está sendo leiloado pelas empresas que hoje se instalam ao longo da estrada do Pacífico¹.

Em que consiste a política de reservas extrativistas que o senhor ajudou a elaborar junto com o Chico Mendes?

Osmarino Amâncio – Nossa proposta era reaproveitar a madeira que caía por causa do vento. Nosso objetivo era desenvolver pesquisas e tecnologias que pudessem modernizar o processo produtivo. No Brasil, ainda exportamos a castanha porque não existem usinas desse tipo. Já foram feitos mais de vinte estudos com a castanha, e se comprovou que os nutrientes de três castanhas equivalem a um bife de 300 gramas. Entretanto, não existe um trabalho para introduzir a castanha na merenda escolar, por exemplo. Nós comemos qualquer porcaria e deixamos de comer um alimento saudável, sem agrotóxicos, totalmente orgânico. 95% do açaí é perdido porque não tem uma tecnologia para aproveitar as polpas da fruta. O açaí combate o colesterol e uma série de doenças. Assim como a castanha e o açaí, existem mais de cem produtos que podem ser comercializados sem risco de ameaçar as fontes de renda e sem ameaçar as gerações futuras. Mas esse projeto não é implantado pelo governo. Como não dá lucro para o grande empresário, não é viável. Antes de morrer, Chico Mendes escreveu um sonho dizendo que em 2020 iríamos comemorar o aniversário da primeira Revolução Socialista Mundial. Nessa sociedade não iria existir explorados nem exploradores; ninguém destruiria o grande potencial natural; todos seriam solidários e companheiros. Ele encerrou o texto dizendo: “Vocês me desculpem, pois eu estava sonhando quando escrevi esses acontecimentos que eu mesmo não verei, mas tenho o prazer de ter sonhado”. Ele escreveu isso quando ajudamos a fundar o PT, quando tinha a esperança de que o governo Lula chegaria ao governo e faria a reforma agrária e lutaria para que a Amazônia não fosse privatizada. Nós sonhávamos com educação de qualidade para o nosso povo, com o desenvolvimento de pesquisas para desenvolver os biomas. Mas nós



fomos traídos por esse pessoal. Hoje, vamos ter que começar tudo de novo. Mas agora o confronto é contra aqueles que criaram leis que criminalizam o nosso movimento e que exportam os nossos meios de sobrevivência.

Qual a situação da reserva extrativista Chico Mendes?

Osmarino Amâncio – De um milhão de hectares da reserva extrativista Chico Mendes, 3% foi desmatado. Nós tínhamos o direito de desmatar 10%, de acordo com o plano de utilização. Hoje, se as 600 famílias aderirem ao plano de manejo, vivendo com 100 reais por mês, não podemos afirmar que percentual da floresta irá ser mantido em pé. Estou sendo condenado pelo ICMBio a pagar uma multa de 63 mil reais, porque retirei madeira para fazer uma casa para eu morar. Para você ter uma ideia, eu tenho mil e duzentos hectares de floresta, e as árvores têm mais de cem anos. Conheço pessoas que estão com noventa anos e ocupam aquela área muito antes de mim. Eu

vivo da castanha, do látex, da caça, dos produtos que vendo. Não preciso desmatar a área para sobreviver. Se eu vivo de ovos, por que vou matar a galinha? Sustentabilidade é isso: diversificar a produção de uma região, fazer ela gerar riqueza, gerar economia sem ameaçar a fonte de renda. Só que o manejo da madeira e a construção das hidrelétricas estão destruindo a fonte de renda de muitas pessoas e ameaçando a vida de gerações futuras.

Como vêm acontecendo a exploração da madeira e o avanço do agronegócio na cidade de Brasília, onde o senhor vive?

Osmarino Amâncio – O agronegócio precisa continuar destruindo a floresta para plantar cana-de-açúcar e produzir etanol. Hoje, a China já comprou 500 mil hectares para trabalhar a soja não transgênica em terras brasileiras. Ora, eles já são donos de quatro milhões de hectares na Amazônia! Para piorar a situação,

ainda existem projetos como o de Carajás, que visa a exploração mineral nessa área.

Todos os projetos voltados para a Amazônia, como a construção das barragens, o avanço das madeireiras, da mineração, o projeto de agricultura, vão acabar com os recursos naturais.

Quantas toneladas de madeira saem ilegalmente do Acre? Como os governos federal e estadual se manifestam diante da exploração ilegal de madeira na região?

Osmarino Amâncio – Eles oficializam o que é ilegal. Até dez anos atrás era ilegal retirar a madeira da floresta. Então, o que o governo fez? Criou um selo. Quem o compra pode retirar a madeira de qualquer forma. As madeireiras não estão respeitando sequer a técnica da extração do plano de manejo. De acordo com a regra, não é permitido retirar nenhuma árvore com menos de 40 cm de diâmetro. Eles estão tirando as varinhas finas e fazendo corte raso. Então, milhões de metros cúbicos estão saindo de forma legal e ilegal.

Quem fiscaliza esse processo é o governo. O correto seria ter uma fiscalização independente, pois o governo não vai punir ele próprio. O pior é que não sabemos para onde está indo o dinheiro dessa madeira. Além de haver um processo de corrupção, há desvio de dinheiro. Outro problema é que, hoje, o governo não está mais criando reserva extrativista, porque encontram dificuldades de implantar o plano de manejo. Por isso investem em outras modalidades, como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, criam florestas nacionais e estaduais. O bioma extrativista é a única área que não é desmatada, porque o seringueiro e o índio não destroem a floresta, visto que precisam dela e estão acostumados a conviver na sombra.

No ano passado, o governo deu dinheiro para as pessoas comprarem arame e gado. Então, é difícil tentar manter uma cultura quando o agronegócio vem com tudo, dizendo que a saída é o criame de gado, plantação da soja transgênica, a produção de etanol, a exportação da madeira. Temos que responsabilizar o Estado por esses crimes ambientais.

Nesse sentido, a Rio+20 apenas irá consolidar o mercado da economia verde na floresta. Temos de participar do evento para denunciar todas essas questões e para dizer que as agências financiadoras estão contribuindo com seus subsídios para o aquecimento global, para a destruição de culturas que têm o potencial de curar várias doenças, como o câncer.

O senhor já sofreu três atentados e sua casa já foi incendiada cinco vezes. Como se sente em relação à segurança por conta desta luta, considerando que vários líderes que reivindicam melhorias no campo e denunciaram irregularidades já foram assassinados?

Osmarino Amâncio – O seringueiro não tem outra opção. Ele tem que criar um mecanismo de sobrevivência e é isso o que fazemos. Quando viajo, fico tenso, porque não sei o que vai acontecer com a minha família, com a minha casa. Os agressores fazem terrorismo psicológico. Eu já sofri pressão psicológica

durante muito tempo. Já tive seguranças da Polícia Federal por mais de dois anos. Consegui sobreviver a tudo isso, mas alguns companheiros não conseguiram, como o Chico Mendes e Wilson Pinheiro.

Não consigo sobreviver num centro urbano. Já recebi propostas para sair do Acre, mas só sou feliz se ficar lá. Minha mãe está sempre angustiada. Eu saí de casa com quatorze anos de idade para evitar que meus familiares fossem agredidos, para evitar que eles sofressem qualquer problema. Entretanto, temos que lutar, mesmo sabendo das consequências. Todo mundo que foi assassinado naquela região tinha consciência do perigo que estava sofrendo. A Ir. Dorothy Stang sabia que isso iria acontecer com ela, o Chico Mendes sabia, e eu sei que pode acontecer comigo. Agora, o que vou fazer? Entrar num mosteiro, virar um monge e ficar orando? Eu tenho que ajudar a mobilizar os meus companheiros, as minhas companheiras e tentar ver se criamos condições de fazer uma aliança entre os moradores do campo e da cidade, já que agora a responsabilidade é de todos.

O senhor sempre morou no seringal?

Osmarino Amâncio – Eu nasci e me criei na floresta; nasci no Seringal Bela Flor e cresci na colocação Revolta. Atualmente moro no Seringal Humaitá, na colocação Pega Fogo. Estou com 54 anos e, se eu pudesse, nunca tinha me encontrado com essa tal de civilização.

Pode nos falar sobre sua convivência com o Chico Mendes?

Osmarino Amâncio – Para mim é muito forte falar da minha convivência com o Chico Mendes, porque eu ficava na casa dele em Xapuri, no Acre. Ele foi o primeiro secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Éramos tão amigos que se eu namorava uma menina do Seringal e o Chico Mendes namorava com a irmã dela.

Ele tinha uma sabedoria ímpar. Era um dirigente que nasceu para organizar as pessoas, para analisar a conjuntura. Falar do Chico Mendes é como falar da minha vida. Lá no Acre temos um

ditado que é utilizado para falar de uma pessoa muito amiga. Chama-se de txai, que quer dizer “o que me completa”, “a outra metade”. Então, o Chico Mendes era um tipo de “outra metade”, o movimento sabia disso. Todos os amigos que perdemos tinham qualidades, e um complementava a qualidade do outro.

O Chico Mendes foi uma árvore frondosa, como Wilson Pinheiro, como a Ir. Dorothy, que morreram pela nossa causa. Mesmo sem ter uma formação catedrática, essas pessoas tinham uma sensibilidade, eram humildes. Hoje sinto o Chico Mendes junto comigo, sinto Wilson Pinheiro, sinto todo esse pessoal. Para mim eles não morreram; estão nas coisas que defendenderam, estão nas nossas conquistas.

Quais são hoje as principais lutas dos seringueiros?

Osmarino Amâncio – Hoje, gostaríamos de ter uma educação de qualidade no seringal, porque lá as pessoas só terminam a quarta série do ensino fundamental. Gostaríamos de ter um projeto educacional para que as pessoas compreendessem a importância daquele potencial biológico. Uma das nossas principais lutas é conseguir instalar uma escola de Ensino Fundamental completo dentro da floresta.

Outro objetivo é tentar interromper o manejo madeireiro daquela região. Precisamos organizar as oposições sindicais, porque hoje o movimento sindical na área rural é coordenado pela CUT, que vive em “lua de mel” com o governo e esquece que a função do movimento sindical é reivindicar investimentos do governo.

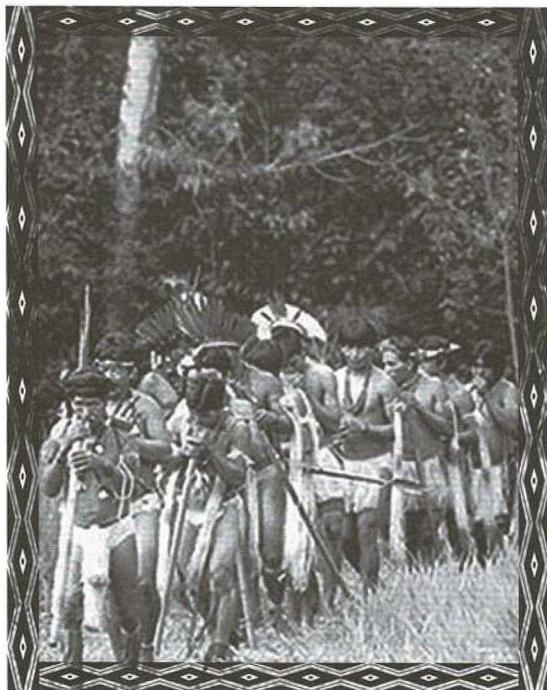
Nota

1 Estrada do Pacífico ou Rodovia Interoceânica é uma estrada binacional que liga o noroeste do Brasil ao litoral sul do Peru através do estado brasileiro do Acre. A parte da Estrada do Pacífico que fica dentro do território brasileiro é identificada como BR-317, enquanto no Peru é chamada apenas de Carretera Interoceánica (em espanhol).

Entrevista concedida à IHU on line <http://www.ihu.unisinos.br>

Territórios tradicionais

“O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo, e ele precisa manter com ela um diálogo continuado para não morrer” Karl Marx



Por **Ronaldo Freitas Oliveira (Baguinha)**

Territórios Tradicionais: uma luta necessária

A luta ecossocialista que esta revista vem saudar e apresentar, tem como fundamento a construção de uma sociedade global baseada no respeito à sociobiodiversidade e na valorização de uma relação sustentável com os outros elementos da natureza, na certeza de que nós somos também, parte desta.

Nesse sentido, é parte central de nossa tarefa a defesa dos diversos modelos culturais de relação com a natureza que apresentam um forte respeito para com a “mãe-terra”, termo defendido pelos povos andinos. Assim, a defesa dos territórios tradicionais, sejam indígenas, quilombolas, extrativistas etc., constitui-se pauta permanente da agenda ecossocialista.

Esses povos, com suas práticas milenares ou seculares, muito têm a nos dizer. Abandonados e oprimidos pelo sistema do lucro e seus governos, que comumente os enxerga como entraves aos seus projetos, é fácil notar como as áreas que

ainda apresentam grande riqueza ecológica, são justamente aquelas em que esses povos e comunidades estão presentes.

Aliada a essa imensa diversidade sociocultural e ecológica do Brasil, temos uma extraordinária diversidade fundiária, até recentemente pouco conhecida e, mais ainda, pouco reconhecida pelo Estado, que aponta que a questão fundiária vai além da mera distribuição de terras, pois está centrada na forma de ocupação e na afirmação territorial. Dentro do marco legal, é necessário o ordenamento e reconhecimento territorial, especialmente quanto à homologação de terras indígenas, à titulação de quilombos, à criação de Reservas Extrativistas, além da implantação de “assentamentos de reforma agrária”, na verdade é uma outra Reforma Agrária, mais ampla. Essa luta é pela reafirmação do tão propagandeado “Brasil Plural”.

Territórios e territorialidades

O território, além da dimensão biológica, *habitat*, é o lugar onde certas práticas e determinados comportamentos corporificados emprestam sentido à vida, onde os corpos carregam seus ritmos e valores, até porque só se apropria daquilo que tem/faz sentido, *habitus*. Assim, território é o lugar de vizinhança, de amizades e inimizades, de parentesco, de proteção, enfim, de vida.

Território é o espaço apropriado, logo, é uma construção histórico-social, sendo o reconhecimento alheio a garantia da soberania sobre determinada área. Assim, Território não é algo que “contém” a sociedade que o criou, são partes de um só relacional. Toda sociedade ao instituir-se, institui, no mesmo movimento, o seu espaço.

O Território comporta diversas posições, os lugares de onde cada um vê, o outro ou a si mesmo, onde é visto. Os processos de territorialização, possibilitam alterações tanto de limites quanto de modos de relação internos. O que pode vir à tona, inclusive, de forma violenta.

Há duas formas contraditórias de se relacionar com a diversidade: a Tolerância, que não é ignorar os conflitos, mas compreendê-los como necessários, e a Dominação, que busca acabar com o conflito anulando o outro, atitude que tem a ver com a lógica do ‘des’envolvimento.

Termo muito apropriado, visto que tirando o “envolvimento”, rompe-se com a lógica de um lugar onde ocorrem relações próprias. ‘Des’envolvimento é o discurso do “outro”, que chega para que o “envolvimento” seja do seu modo.

Essa é a forma da ordem capitalista, que é a territorialidade dominante, que procura se legitimar como “moderna”, desqualificando qualquer outra. Elemento central é a sobreposição do valor de troca sobre valor de uso, tudo passa ser medido pelo preço, não mais pela sua efetiva função e necessidade. Assim, quem tem o dinheiro exerce o poder.

Mas é a cultura que dá significado à natureza, portanto, é evidente que a globalização econômica a desvaloriza quando desenraiza a cultura. Nesse sentido é fundamental o combate severo à lógica desenvolvimentista dominante, inclusive nesse governo, que é a favor dessa lógica, das grandes corporações do campo e da cidade, em especial o agronegócio e os bancos.

Lembramos então do filósofo Jean-Jacques Rousseau, que afirmou que “a origem da desigualdade entre os homens foi quando o primeiro cercou um pedaço de terra, disse ser dele e houve idiotas suficientes para acreditá-lo”, e disse mais, “quantos crimes, quantas desgraças e horrores teria poupado aquele que, arrancando as estacas, tivesse gritado: não ouçam esse impostor; estais perdidos se vos esqueceis de que os frutos da terra pertencem igualmente a todos nós, e de que a própria terra é de ninguém!”. Assim, ele afirma que a questão da territorialidade e do acesso aos recursos naturais (a terra principalmente), está na base dos problemas sociais.

Imposição territorial do lucro

Há vários projetos de mundo, cada qual se relacionando com o espaço a seu modo. Porém, nosso planeta é limitado e o projeto hegemônico, que domina tanto pela imposição ideológica quanto pela força, pressupõe o crescimento, sem limites, de suas fronteiras. É uma necessidade crucial ao sistema capitalista que, para manter seu nível de vida, que é cada vez mais consumidor de recursos naturais e produtor de resíduos, necessita do uso de outras áreas, essas comumente ocupadas há muito, por outras culturas, geralmente em relação de convivência sustentável com os recursos naturais.

São impostas, assim, aos diversos povos e comunidades, em particular às tradicionais, diversas formas de uso do espaço, que não raramente, exigem sua expulsão, tendo que abandonar os locais onde construíram suas histórias, suas subjetividades e onde sempre estiveram seus ancestrais.

Vários são os novos envolvimento, geralmente levados com grande carga de propaganda positiva. Entre os mais comuns podemos citar a mineração, a criação de lagos artificiais, a deposição de lixo, a produção em larga escala, seja agropastoril, industrial, ou outra qualquer, instalação de áreas de lazer e outros empreendimentos. Mas também a imposição de Unidades de Conservação, quando não considerem a existência de um modo de vida que contribuiu com a manutenção daquela riqueza ecológica a ser protegida.

Para tanto, fazem uso de recursos retóricos, para impor-se ante culturas diferentes. São ideias que vão impondo-se como VERDADE, atingindo até mesmo membros dos grupos oprimidos. Mitos como raça, vazios demográficos, preguiça natural, entre outras são usados para difundir uma hierarquia que lhes assegure superioridade. Natureza e povo são degradados em nome de uma cultura, um modo de viver, dito superior. Nós, ecossocialistas, reclamamos: **nenhuma diferença autoriza hierarquia.**

São diversos os exemplos afetando povos negros, indígenas, comunidades de pesca e mariscagem artesanais e de agricultores familiares, periferias, favelas etc., ocorrendo tanto no meio



rural quanto no urbano. Essas ações vêm sempre aliadas a um elemento comum para garantir essa lógica dominante, que é o discurso do progresso, tão fácil de difusão quanto vazio de significado.

É a imposição de uma territorialidade sobre outras. Afinal território é construído e conhece alterações a partir da correlação de forças e do grau de poder de coerção exercido pelos antagonistas. E como sabemos que a distribuição de poder em nossa sociedade é nada democrática, é fácil perceber o quanto saem prejudicados esses povos e comunidades.

A luta por territórios tradicionais

Porém, a situação não é tão tranquila como desejam os opressores, a luta popular vem engravando, aproveitando as fissuras desse mesmo Estado, instrumentos de resistência contra-hegemônica, sendo o melhor exemplo o reconhecimento legal dos territórios tradicionais.

Nesse sentido, a identidade étnica e tradicional tem se apresentado como uma fronteira política materializada a fim de reafirmar direitos. A identidade coletiva é fundada tanto na autodefinição, quanto em práticas político-organizativas, em sistemas produtivos intrínsecos (unidade de trabalho familiar, critérios ecológicos) e em símbolos próprios que podem inclusive evocar uma ancestralidade legítima, mas que marcam sobretudo, uma política de diferenças face a outros grupos e uma relação conflitiva com as estruturas de poder do Estado.

Essa luta trás no seu seio, além da própria questão da posse da terra, questionamentos a dois outros temas fundamentais ao

sistema capitalista: a propriedade e o uso comum da terra, que fere o conceito base do sistema que hoje impera que é a propriedade privada dos meios de produção, e o deslocamento para esses grupos do poder de decidir sobre a forma mais adequada aos costumes de se apropriar de seu território.

Porém, é preciso ter evidente que a territorialidade hegemônica avança sobre nossas mentes, passamos a defender suas ideias, especialmente a propriedade privada, o poder das

cercas, a força da grana. Compreender que forma e conteúdo são interligados, que fins e meios são inseparáveis é fundamental. A passagem de determinada condição a uma identidade político-cultural não é automática, as diferenças só se mostram nas lutas concretas.

E eis que se apresenta o papel dos movimentos sociais: recusar o lugar socialmente “im”posto, contrapor o POSSÍVEL ao PROVÁVEL, assumir o papel de “des”ordeiro, ou seja, opor-se ao futuro que já está inscrito na ordem estabelecida pelos “outros”, ser portador de uma nova ordem. Recolocando em pauta, como tema obrigatório da agenda do campo de poder, não apenas a garantia de livre acesso aos recursos naturais básicos, mas, sobretudo, o reconhecimento formal de suas identidades coletivas, de seus territórios e das normas estabelecidas pelos costumes tradicionais, quase sempre não escritas, e atos cotidianos que disciplinam as relações comuns com e no território, a territorialidade tradicional.

Assim, o setorial ecossocialista do PSOL, apresenta essa garantia dos territórios aos povos e comunidades tradicionais como parte fundamental das necessárias e urgentes Reformas Urbana e Agrária, que devem aliar à redistribuição dos espaços o efetivo cumprimento de seus papéis social e ambiental.

Ronaldo Oliveira (Baguinha) – PSOL Prado/BA, membro da Coordenação Nacional dos Ecossocialistas do PSOL; apoiador do Movimento dos Pescadores e Pescadoras – MPP; Membro da Coordenação do Instituto Búzios e servidor do ICMBio, lotado na RESEX Corumbau/BA.



Do Global para a Cidade:

O desafio da construção de um mandato municipal ecossocialista

“É necessário participar de todas as lutas [...]; como por exemplo, [...] a defesa de uma parte da natureza que esteja ameaçada por um projeto comercial destrutivo. É importante ir construindo a relação entre as lutas sociais e as ambientais, pois elas tendem a concordar, unidas ao redor de objetivos comuns” (Michael Löwy, “Ecologia e Socialismo”).

1. A Crise Global

Não há dúvidas de que o mundo está imerso em uma crise socioambiental planetária de proporções ainda não vividas pela sociedade humana. Sua face mais visível, mas não única, são o superaquecimento da Terra e as mudanças climáticas. A divulgação, em fevereiro de 2007,

do 4º. Relatório de Avaliação das Mudanças Climáticas do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, em sua sigla em inglês), causou um grande impacto, dadas suas gravíssimas conclusões, ao observar, sobre as mudanças no clima e seus efeitos, que o aquecimento do sistema climático é inequívoco e que suas causas, ligadas à emissão de gases do efeito estufa (GEEs), são antropogênicas e não naturais e que seus impactos sobre a natureza e a sociedade já se fazem sentir (disponível em: http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/syt/en/spm.htm).

Não há um dia em que não se observe a ocorrência em qualquer parte do mundo de algum fenômeno climático-ambiental extremo: secas, tufões, enchentes etc., fenômenos que têm sido cada vez mais intensos e recorrentes, a ponto de um termo do vocabulário de guerra ter sido adaptado para o repertório ecológico: o “refugiado climático” ou “refugiado ambiental”, que já se conta em milhões no planeta. A Cruz Vermelha Internacional, que publicou, em 2001, o “Relatório Mundial de Desastres”, estima a existência de 25 milhões de refugiados climáticos atualmente, com uma projeção de mais de 200 milhões em 2050 (acesso em: <http://www.ifrc.org/publicat/wdr2001/>).

Na verdade, o aquecimento global e as mudanças climáticas são apenas a face mais visível

de uma crise maior, que se relaciona à atual configuração do modo de produção capitalista, com seu modelo de desenvolvimento, a um só tempo fossilista e produtivista-consumista, e um modo de vida das elites econômicas mundiais baseado no consumo perdulário, que são, a um só tempo, ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos; não só em escala regional ou nacional, mas em nível planetário.

John Bellamy Foster, autor do clássico “A Ecologia de Marx: materialismo e natureza”, em um instigante artigo, intitulado “Organizar a Revolução Ecológica” (disponível em http://resistir.info/mreview/revolucao_ecologica.html), lista os sinais de advertência da crise ambiental global, a demonstrar a insustentabilidade do percurso da humanidade nestes tempos atuais, dentre os quais se destacam, além do aquecimento global, os que se seguem:

“O planeta está a enfrentar escassez de água global devido à extração de aquíferos insubstituíveis, os quais constituem a maior parte do abastecimento de água fresca do mundo. Isto coloca uma ameaça à agricultura global, a qual tornou-se uma economia bolha baseada na exploração insustentável das águas subterrâneas. Uma em cada quatro pessoas no mundo de hoje não tem acesso a água potável (Bill McKibben, *New York Review of Books*, 25/Setembro/2003).

[...] “A extinção de espécies é a mais elevada em 65 milhões de anos, com a perspectiva de extinções progressivas



à medida que forem removidos os últimos remanescentes dos ecossistemas intactos. A taxa de extinção já está a aproximar-se 1000 vezes da “referência” (“benchmark”) ou taxa natural (*Scientific American*, Setembro/2005). [...]

De acordo com um estudo publicado em 2002 pela National Academy of Sciences, a economia mundial excedeu a capacidade regenerativa da terra em 1980 e em 1999 ultrapassou-a em 20 por cento. Isto significa, segundo os autores do estudo, que “seriam precisas 1,2 terras, ou uma terra por cada 1,2 anos, para regenerar o que a humanidade utilizou em 1999” (Matthis Wackernagel, et. al, “Tracking the Ecological Overshoot of the Human Economy,” *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 09/Julho/2002”).

O que ocorre é que, como adverte um manifesto que foi assinado por 29 cientistas mundiais e que foi publicado na revista *Nature*, de 24.09.2009 (conforme notícia Rogério Tuma, na Carta Capital do dia seguinte, em sugestivo artigo intitulado “Antropoceno, a era da destruição”), “as atividades diárias dos 6 bilhões de humanos resultam por si em uma força geofísica capaz de mudar completamente a Terra, equivalente às grandes forças da natureza” (acessível em <http://www.cartacapital.com.br/app/materia.jsp?a=2&a2=6&i=5132>).

Edgar Morin e Anne-Brigitte Kern, no belo “Terra-Pátria” (2005, p. 94), ainda na década de 90, do século passado, ao analisar a “agonia planetária” conceituam o estado da arte da “Terra-Pátria” e da “Humanidade-comunidade de destino” como “policrise” ou “conjunto policrístico”, num entrelaçamento das crises do desenvolvimento, da modernidade e das sociedades; uma crise civilizatória, portanto.

Configurada a crise (“policrise”), que é social, ambiental e planetária, é preciso que se advirta, por oportuno, que há uma disputa de natureza ideológica – ideologia aqui como “visão de mundo” – sobre o entendimento das causas dessa crise, que confronta, em matizes diferenciados, capitalistas “verdes” versus

“ecossocialistas”, ou seja, a disputa sobre projetos de sociedade (e de civilização, portanto), o que terá impactos sobre a superestrutura jurídica, como se verá adiante

A compreensão dos que se reivindicam herdeiros da utopia (no sentido positivo do termo) igualitária do Século XIX, à qual se agrega o ecologismo da contemporaneidade, é a de que, nas precisas palavras do Manifesto Ecossocialista Internacional, “o atual sistema capitalista não pode regular, muito menos superar, as crises que deflagrou. Ele não pode resolver a crise ecológica porque fazê-lo implica em colocar limites ao processo de acumulação – uma opção inaceitável para um sistema baseado na regra ‘cresça ou morra’” (Michael Löwy, *Ecologia e Socialismo*, 2005, p. 86).

Trata-se, portanto, não só de uma crise ambiental e social, mas uma crise da própria civilização do capital, de sua lógica econômica, de seu modelo de desenvolvimento, de seu modo de vida e de seus valores, que engendram, a um só tempo, uma desigualdade social cada vez mais abissal entre uma “oligarquia global” (cuja renda de seus 500 mais ricos supera a dos 416 milhões mais pobres) e os mais de 1 bilhão de humanos que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia, e a destruição acelerada das bases naturais que sustentam a vida em nosso planeta (Hervé Kempf, *Como os Ricos Destroem o Planeta*, 2010, p. 65). Crise essa que se manifesta, evidentemente, nas grandes metrópoles e, em especial, em Fortaleza.

2. A cidade e sua gestão

A cidade de Fortaleza, com seus 2,5 milhões de habitantes, é a capital de maior densidade demográfica do país (8.001 hab/km²), sendo

o 10º PIB Nacional. Detém o 7º maior poder de compra do país, sendo o primeiro destino turístico do Nordeste. No entanto, ostenta índices sociais vergonhosos, como o fato de apenas 46% da população ser beneficiada com serviço de esgoto, tendo a cidade caído – entre 2003 e 2009 – do 5º para o 32º lugar no país em saneamento básico, conforme o Diário do Nordeste de 27.09.2011 (<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1047970>).

Do ponto de vista do ambiente natural, dois dados chamam atenção, segundo o Inventário Ambiental de Fortaleza: o fato de que a cidade detém apenas 7% aproximadamente de cobertura vegetal e de que se tem menos de 4m² por habitante de área verde. Aliás, é o Blog do Inventário que observa que “um dos aspectos que mais nos destaca, além das dimensões urbana, ambiental, econômica, social e populacional, se refere a ausência de um Sistema de Planejamento e Gestão, que configura a nossa própria imperícia quanto a ordenar e estruturar o territorial municipal e assim planejar nosso futuro” (<http://inventarioambientalfortaleza.blogspot.com.br/2011/06/minh.html>).

Diz mais, sobre Fortaleza: “somos a única grande cidade em todo o Brasil, no presente, que não possui um contexto de planejamento urbano e gestão, embora há 30 anos atrás com a consolidação do IPLAM/ Instituto de Planejamento Municipal e instituição do Fórum Adolfo Herbster para debates dos problemas urbanos, fossemos considerados pioneiros e uma das principais referências nacionais” (idem). Só no apagar das luzes de seu segundo mandato, é que a Prefeita Luizianne apresenta proposta de criação de um novo órgão de planejamento, o IPLANFOR.

Pode-se afirmar que a política urbano-ambiental do governo petista de Luizianne Lins (que se encerra neste ano) só fez agravar esses



problemas estruturais. À falta de planejamento (o Plano Diretor, aprovado há mais de três anos, nunca foi regulamentado), soma-se uma postura extremamente permissiva da Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM), na concessão de autorizações para as obras de construção civil, onde o exemplo mais emblemático é a licença para a Torre do Iguatemi, às margens do Rio Cocó, em área de preservação permanente e nos limites do Parque Ecológico do mesmo Rio.

Obras nas dunas da Praia do Futuro, investigadas pela Operação Marambaia, desencadeada pela Polícia Federal; doação de área verde de loteamento na Água Fria, para a construção do prédio do TRE; autorização para o aterramento de uma lagoa na Serrinha, para a construção do Carrefour em frente ao Aeroporto Pinto Martins; destruição da Praça 31 de março, com a retirada de quase quarenta árvores, para a instalação temporária do *Cirque du Soleil*; autorizações para supressão de árvores em vias públicas e em bosques particulares (calcula-se que se perdem 300 árvores por mês em Fortaleza) são outros péssimos exemplos da má gestão ambiental de Fortaleza, para não falar no abandono de praças, parques e jardins. A recuperação do Passeio Público e do Parque Rio Branco são exceções em meio ao descaso com o ambiente natural e cultural.

Nessa gestão que se encerra, apenas uma área em Fortaleza foi decretada para fins de preservação, por parte do Executivo Municipal (já que a Área de Relevante Interesse Ecológico das Dunas do Cocó foi criada pelo legislativo): a de Sabiaguaba, com a criação do Parque das Dunas e de uma APA (Área de Proteção Ambiental) no seu entorno.

Além de não ter uma política de proteção

das áreas verdes, Fortaleza não possui um planejamento de tráfego que seja viável, do ponto de vista da mobilidade, e sustentável, no aspecto ambiental. A ausência de ciclovias e ciclofaixas planejadas e interligadas (apesar da lei do Sistema Ciclovitário ter sido aprovada pela Câmara) e a falta de prioridade ao transporte público têm transformado a cidade em um verdadeiro caos urbano.

A questão dos resíduos sólidos é outro modelo do descaso. Não se criou ainda, um processo de coleta seletiva e sequer um decreto, para determinar a separação dos resíduos sólidos nas repartições municipais, foi assinado pela prefeita, como solicita, há anos, o movimento dos catadores. Tem-se apenas, um pequeno e dedicado trabalho, nessa área de resíduos, que tem sobrevivido muito mais pela persistência de servidores municipais do que propriamente por ser uma política pública de toda a gestão.

Por último, até mesmo uma conquista importante do movimento popular, que foi a criação das chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), se encontra ameaçada: a falta de sua regulamentação, grandes projetos impactantes – como a proposta da construção de um grande aquário na Praia de Iracema – ameaçam a moradia de comunidades seculares da cidade, como é o Poço da Draga.

Aliás, o impacto das chamadas obras da Copa do Mundo de Futebol de 2014 já se faz sentir em outras comunidades pobres de Fortaleza, como as que estão às margens da linha de ferro que sai do Porto de Mucuripe, ameaçadas que estão



de remoção sem que haja uma política municipal que respeite, minimamente, os direitos humanos, em especial, o direito de moradia das milhares de famílias que

ali residem há décadas.

É nesse quadro de profundas injustiças socioambientais e de uma gestão voltada para os interesses do capital, em especial, o imobiliário, que se insere o mandato de vereador do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), iniciado em 1º de janeiro de 2009.

3. Buscando construir um mandato ecológico, popular e socialista

A visão que orienta o mandato parlamentar “Ecos da Cidade”, do PSOL, em Fortaleza, é a de que – como já afirmado – a humanidade está na esquina de uma crise de fundo civilizacional, manifestada, em seu aspecto socioambiental, por um lado, pelo aquecimento global e as mudanças climáticas daí decorrentes, e, por outro, pela fome e pela miséria humana. Fenômenos causados pelo mesmo modo de produção capitalista que ameaça a vida – em todas as suas formas – neste pequeno planeta azul. Traduzir essa compreensão em atos de um mandato especificamente municipal daria a oportunidade de atualizar, numa perspectiva ecossocialista, a consigna: pensar globalmente, agir localmente.

A essa visão ecológica e socialista, agregou-se – a partir do programa de governo apresentado por Renato Roseno em 2008 – a luta pela defesa e ampliação dos direitos e o alargamento da participação popular; exemplo disso é a proposta apresentada de realização de um plebiscito para que a população de Fortaleza decida



sobre a construção do polêmico “Acquario Ceará”, que consumirá 250 milhões de reais dos cofres públicos estaduais.

Assim é que, ainda que nos marcos do município e com as limitações de um mandato parlamentar de oposição pela esquerda, procurou-se confrontar – na ação parlamentar – a crise socioambiental com o domínio do capital. Do global para o local e do local para o global, no entendimento sistêmico de que tudo está relacionado e em movimento.

Enfrentar – e derrotar – o capital imobiliário, para assegurar às atuais e futuras gerações a preservação de 15 hectares das milenares dunas vegetadas às margens do rio Cocó (por meio da criação, de forma inédita, por Projeto de Lei, da Área de Relevante Interesse Ecológico, a ARIE das Dunas do Cocó), significou a materialização desse discurso, através de um processo de mobilização que reuniu intelectuais, pesquisadores, jovens, moradores do bairro e movimentos ecológicos e sociais, cuja pressão sobre os vereadores foi fundamental para vencer o lobby da especulação imobiliária, tanto na Câmara, como no Judiciário (onde os especuladores procuraram abrigo).

A vitória da ARIE das Dunas do Cocó (ainda que os inimigos do verde estejam no Judiciário tentando anulá-la) estimulou professores universitários a apresentarem ao mandato a proposta – de pronto acolhida – de criação de uma unidade de conservação semelhante para proteger a “matinha do Pici”, que fica no entorno do Açude Santo Anastácio, no campus da Universidade Federal do Ceará; projeto esse ainda em tramitação.

A parceria com movimentos sociais e ONGs rendeu ainda, a apresentação de um projeto de lei que declara como patrimônio natural de Fortaleza os botos-cinza, cuja pequena

população de 40 indivíduos se encontra ameaçada pelas grandes obras de aterros hidráulicos nas Praias de Iracema e da Beira-Mar.

Em conjunto com o movimento de catadores (as), conseguiu-se aprovar três projetos – infelizmente, ainda não cumpridos (com exceção, em parte, do Legislativo) que tratam da coleta seletiva e da destinação dos resíduos sólidos de condomínios, da administração pública, aqui inclusa a Câmara Municipal, para associações e cooperativas, através do Projeto Câmara Ambiental.

Para garantir uma educação efetivamente cidadã, foi proposta – e aprovada – a criação de semanas temáticas no calendário escolar municipal para tratar do meio ambiente, dos direitos humanos e da diversidade sexual, cujas patron@s escolhid@s para nomear essas datas foram, respectivamente, Chico Mendes, Frei Tito e Janaína Dutra.

Para combater os engarrafamentos e lutar por uma mobilidade urbana ecológica, alcançou-se a aprovação (ainda que com alguns vetos municipais) da criação, em Fortaleza, de um sistema cicloviário (integrado por cicloviárias, ciclofaixas e bicicletários, além da educação para o trânsito). Afinal, são pelo menos 150 mil trabalhadores (as) que se transportam por meio ciclístico, em uma cidade que lhes nega os mínimos direitos de segurança e apoio para o tráfego. Foi criada a campanha “Por um Trânsito Gentil e Sustentável” (“Sou bom/boa motorista, respeito pedestre e ciclista”).

Na defesa por moradia, o mandato tem procurado se solidarizar ativamente com todas as comunidades que lutam pela criação

Salve Cocó



o rio, as dunas, o parque... a vida

– ou regulamentação – das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), como a do Lagamar, apreensiva com as obras para a Copa do Mundo, e a do Serviluz, cuja comunidade foi vitoriosa na luta pela preservação da praia do Titanzinho, ameaçada pela construção de um grande estaleiro que forneceria navios para a Petrobrás.

Tudo isso, sem esquecer de estar presente e apoiar todas as greves e mobilizações dos servidores municipais – aí incluídos o(a)s professore(a)s (protagonistas de jornadas de lutas heroicas) –, que conseguiram arrancar importantes conquistas salariais, através da realização de audiências públicas e da participação em comissões de mediação junto à administração.

O mandato tem consciência de que essas vitórias não teriam sido possíveis se não tivesse se articulado com os diversos movimentos sociais da cidade, se não tivesse sabido utilizar dos mecanismos de participação popular do próprio legislativo (especialmente, as audiências públicas), se não tivesse uma assessoria técnica, política e militante que soube interagir com todos esses movimentos.

Afinal, um mandato parlamentar é um instrumento de uma luta bem maior, pela realização de uma nova sociabilidade, que possa vir a ser, a um só tempo, ecologicamente sustentável; socialmente justa e igualitária; cultural, de orientação sexual e etnicamente diversa; política e radicalmente democrática: a sociedade ecossocialista.

João Alfredo Telles Melo Advogado, Professor de Direito Ambiental da Faculdade 7 de Setembro, Mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará, Vereador pelo PSOL em Fortaleza e membro da Coordenação do Setorial Ecossocialista do partido

Mudanças climáticas e as cidades

Por **Alexandre A. Costa**

Como tenho afirmado em diversos textos, a questão climática põe em evidência, como poucas, a desigualdade em escala mundial. Os capitalistas, os ricos, dos países centrais são historicamente aqueles que emitem gases de efeito estufa em grande escala. O habitante médio de países como os EUA, o Canadá e a Austrália apresenta uma “pegada” de carbono mais de 100 vezes maior do que a média dos habitantes de Moçambique, Somália, Afeganistão, Mali, Etiópia... E de maneira cruel, os impactos das mudanças climáticas tendem a incidir de forma muito mais intensa precisamente sobre os pobres dos países pobres; sobre aqueles que não se beneficiaram do “desenvolvimento” proporcionado pelo desvario fóssil.

A relação entre o clima e os assentamentos humanos é multifacetado e mesmo a variabilidade natural do clima já é suficiente para trazer impactos importantes sobre as cidades. A ocorrência de eventos extremos de precipitação – bem mais relevantes sobre as cidades localizadas nos trópicos, como Fortaleza do que variações de temperatura – geralmente evidencia os típicos problemas dos assentamentos urbanos, ao colocar em risco as vidas de moradores de áreas próximas a rios, morros e encostas, ao amplificar o caos no transporte, ao criar condições para proliferação de vetores associados a doenças epidêmicas. Outro aspecto importante a ser considerado são as migrações decorrentes de eventos climáticos como grandes secas e enchentes que hoje e no passado, levam ao deslocamento de pessoas, não raro de áreas remotas, para os grandes assentamentos urbanos. Evidentemente, alterações nos padrões climáticos podem potencializar esses impactos e introduzir outros novos.

Neste ponto, cabe assinalar que a relação entre as mudanças climáticas e as cidades é uma via de mão dupla, que envolve, além dos impactos mencionados, o papel central que as próprias cidades cumprem nas alterações do clima (o que inclui a escala local, mas que é fundamentalmente relevante para a escala global).

Daí, o primeiro aspecto que consideraremos é a contribuição urbana para as emissões de gases



de efeito estufa (com destaque para o dióxido de carbono, mas incluindo também o metano, o óxido nítrico e outros).

Cerca de metade da humanidade vive em cidades. Isso por si só já é um indicativo da grande contribuição que os assentamentos urbanos trazem para a emissão de gases de efeito estufa. Mas a contribuição dos centros urbanos para a elevação da concentração desses gases não pode ser tratada de forma linear. Por exemplo, nas cidades se concentra o consumo e, portanto, a geração de resíduos sólidos, que leva a emissões elevadas de metano.

O setor de transportes, seja interno às próprias cidades, seja na forma de ligação entre estas e as áreas mais remotas também é relevante. Globalmente, ele responde por mais de um quarto das emissões antrópicas de gases de efeito estufa. Neste aspecto, cabe destacar o peso do automóvel nas emissões. Estimativas mundiais dão conta que veículos leves respondem por 44,5% da energia utilizada no setor de transporte, quase o dobro dos

caminhões (leves e pesados), o quádruplo do setor aéreo e mais de sete vezes a dos ônibus. Apesar de haver diferenças entre os rendimentos dos motores de veículos de diferentes naturezas, isso já dá uma ideia da importância do transporte particular nas emissões globais, o que impõe que se repense ime-

diatamente a questão da mobilidade urbana. O transporte coletivo, as cicloviárias, etc. devem ser incentivados, em detrimento do transporte indi-

vidual, especialmente os carros de luxo e de mais alta cilindrada. A radical coletivização do processo de transporte, enfim, precisa ser acompanhada de uma ainda mais radical descarbonização, ou seja, a substituição da fonte energética tanto do transporte individual quanto coletivo. Nesse contexto, uma variedade de outras tecnologias, ou mais provavelmente uma combinação delas, pode se candidatar a substituir os combustíveis fósseis. Na verdade, o uso limitado e combinado de agrocombustíveis, biomassa, hidrogênio, veículos elétricos, etc., junto à coletivização e racionalização do transporte pode levar a cortes gigantescos nas emissões.

Nas cidades, uma fração não desprezível de emissões, particularmente se a fonte de geração for fóssil (isto é, via termelétricas a carvão, petróleo ou gás), está associada ao uso de energia elétrica. É preciso atentar para o fato de que quantidades perdulárias de energia são gastas para iluminação e ambientação (no caso brasileiro e, obviamente, de Fortaleza, resfriamento),

quando soluções arquitetônicas permitiriam o uso de luz e ventilação naturais, levando à redução do consumo de energia elétrica, o que seria um óbvio co-benefício. Na verdade, em geral, muitas emissões poderiam ser evitadas com base num uso racional e eficiente de energia elétrica desde residências a prédios comerciais. Este pode perfeitamente ser ampliado através de políticas de incentivo, junto com sanções ao perdularismo energético.

Ainda no que diz respeito à questão energética, apostando-se na possibilidade de que os custos se reduzam com a produção em escala, um caminho viável pode ser o de que as cidades mesmas gerem parte expressiva da energia que consomem, através de painéis solares e aerogeradores de pequeno porte sobre os tetos de construções de diversas naturezas.

Outro aspecto não menos importante é o das áreas verdes e corpos d'água no interior das cidades. Ambos têm propriedades interessantes para a mitigação do efeito de microescala da "ilha urbana de calor" (isto é, o aquecimento maior da cidade em relação às vizinhanças), além de se constituírem em pequenos estoques de carbono. Uma política de defesa da manutenção, preservação e ampliação dessas áreas traz uma série de co-benefícios com implicações diretas na qualidade de vida da população habitante de assentamentos urbanos.

O segundo aspecto diz respeito aos impactos, e estes se manifestam de diversas formas, sendo as mais diretas migrações, saúde, conforto térmico, poluição, eventos extremos, além de outras indiretas, indo da segurança alimentar à geração de energias por fontes renováveis, sensíveis à mudança climática (com destaque para a hidroeletricidade que depende dos estoques hídricos nos reservatórios que, por sua vez, são função da vazão afluente – isto é, da água que chega – e, portanto, em última instância, das chuvas).

Como frisado de início, a migração populacional é uma possível consequência de mudanças climáticas no campo e na zona costeira. Sabe-se que a elevação na temperatura e mudanças nos padrões de precipitação e evapotranspiração podem levar à inviabilização de culturas tradicionais (o milho, no semiárido nordestino,

por exemplo, é possivelmente uma cultura a merecer atenção nesse sentido), tornando crítico o sustento de populações no campo. Ainda que projeções possam apontar até para um aumento da precipitação sobre o Nordeste Brasileiro (há na verdade grande espalhamento e, portanto, forte incerteza, nessas projeções), não há garantias de melhores condições para a agricultura tradicional, dado que esta depende não só do total médio de chuvas, mas de sua distribuição no espaço e no tempo (esta pode se concentrar em poucos eventos severos), da variabilidade interanual (alternância de anos secos e chuvosos), da evapotranspiração, que é função de outras variáveis climáticas, etc.

Ao mesmo tempo, a elevação do nível dos oceanos e sua acidificação podem trazer consequências gravíssimas sobre atividades como a pesca artesanal, a coleta de moluscos e crustáceos, etc. Para se ter uma ideia, dois dos principais suportes ao ecossistema marinho, no caso os recifes de coral e os manguezais – que juntos funcionam como uma espécie de rede de restaurantes, motéis e berçários – estão entre os mais criticamente atingidos pelas alterações de grande escala nos oceanos. A produção do exoesqueleto pelos corais é fortemente comprometida em águas mais ácidas (resultado da dissolução de CO_2) e o manguezal é empurrado para dentro do continente pela alteração na salinidade e pela própria elevação do nível do mar eventualmente deparando-se, além da dificuldade natural de migração de um ecossistema inteiro em curtas escalas de tempo, com a própria ocupação humana. Em nosso caso, é preciso estar atento para os impactos sobre os habitantes do semiárido e das cidades do interior, além dos moradores da zona costeira, particularmente os que dependem da pesca. Um aumento da pressão migratória sobre a região metropolitana de Fortaleza pode surgir como consequência inexorável da eventual inviabilização da manutenção do modo de vida tradicional dessas comunidades. A elevação do nível dos oceanos também pressionará os habitantes da orla marítima em cidades litorâneas como Fortaleza.

Como bem coloca o quarto relatório do IPCC, os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde humana são complexos, pois envolvem aspectos

que vão do estresse térmico à proliferação de vetores de doenças como dengue e leishmaniose, ao aparecimento de condições propícias para a difusão de doenças possivelmente influenciadas por alterações no ciclo hidrológico, como o cólera.

Por fim, mas longe de menos importante, é preciso mencionar a questão dos eventos extremos. Uma atmosfera mais aquecida é capaz de armazenar mais vapor d'água o que, além de amplificar o efeito estufa, deixa mais matéria prima disponível para a formação de grandes tempestades. O uso de modelos de resolução mais fina nas projeções climáticas, além da análise de observações do final do século XX e início do século XXI corroboram com a ideia de que um planeta mais aquecido também será um planeta com mais tempestades severas. Inundações, alagamentos, deslizamentos deverão ser mais frequentes, atingindo em cheio as populações vulneráveis dos centros urbanos. Novamente, a face cruel da contradição entre o fato de os benefícios do desenvolvimento movido a combustíveis fósseis serem apropriados por uns – uma minoria – e os impactos, sofridos por outros – uma maioria.

É sob essa ótica, portanto, de mitigação das emissões locais, de luta pela redução das emissões globais e de uma política de adaptação com ênfase na proteção aos de baixo, que devemos pensar a política das cidades para o clima. O princípio-base é a justiça climática, isto é, quem se beneficiou das emissões, que arque com os custos da mitigação e adaptação; quem é mais vulnerável e foi excluído desse processo que receba proteção prioritária ante os impactos. Daí, que se possa desdobrar esse princípio em propostas de políticas públicas.

Alexandre A. Costa – Físico, Doutor em Ciências Atmosféricas pela Colorado State University, com Pós-Doutorado pela Universidade de Yale. Professor Titular da Universidade Estadual do Ceará, Pesquisador do CNPq Nível 2, Integrante do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Autor de dezenas de artigos em periódicos científicos (incluindo Science, Atmospheric Research, Journal of the Atmospheric Sciences, Monthly Weather Review, Meteorology and Atmospheric Physics e Revista Brasileira de Meteorologia).-

Políticas públicas municipais

Por **Gert Schinke**

A ótica dos ecossocialistas, inexoravelmente provoca sobre as “políticas públicas municipais” um ponto de vista muito particular, absolutamente conflitante com a visão desenvolvimentista do capitalismo brasileiro que, sob a batuta do lulo petismo, enveredou nos últimos anos para um viés ainda mais acentuado na rapina dos recursos naturais, comparada às duas décadas anteriores. Ainda assim, embora em campo bem definido, o “olhar ecossocialista” apresenta uma miríade de alternativas que os inúmeros cenários nos apresentam no cotidiano da cidade, do bairro, da vila, da comunidade local. Não se trata aqui, pois, de apresentar um receituário de políticas públicas, mas sim, de enumerar observações fruto da minha militância comunitária, à luz desse particular “olhar ecossocialista”, sempre sujeito, por pressuposto, às adaptações necessárias da realidade que se apresenta em cada local. De outra parte, uma coisa é “teoria”, especialmente aquela gerada na academia com propósitos meramente acadêmicos. Outra coisa é “prática”, proposta concreta, voltada à realidade fática, material, que exige criação, adaptação da teoria. Há, pois, que se propor coisa viável, inteligível para o povo leigo em técnicas, em legislações, avesso que é a “doutores” e iluminados de todo tipo.

Outro aspecto que deve ser dosado nesse molho é o discernimento quanto a bandeiras “estratégicas”, daquelas tomadas como “táticas”, que se colocam no horizonte de curto prazo, quando não “para ontem”. É destas, as “para ontem e hoje”, que tratamos aqui, justo aquelas que estão no limite das possibilidades



concretas do capitalismo de pronto atender, como o concretiza em outras regiões mundo afora. Essas propostas conformarão, com as devidas adaptações, nossa plataforma eleitoral nas eleições municipais que se aproximam.

A clientela política

O “clientelismo”, chaga política centenária forjada pela estrutura de dominação social e política burguesa, é o esquema mental que pavimenta o caminho tradicional para o encaminhamento da maior parte das políticas públicas no âmbito local, do bairro, da cidade, da região. Na maioria dos casos ele é operado através de um intermediário, que suga o poder de mobilização do “cliente”, subtraindo-lhe a cidadania, poder de reivindicação direta diante das autoridades nas três esferas do poder, e, o que é pior, ao mesmo tempo esvazia a organização coletiva em torno das entidades locais de pressão - as associações

comunitárias, conselhos, entidades ecológicas e tantas outras. É a ante-sala da corrupção, porquanto dificulta o controle social sobre o Estado e os representantes dos movimentos sociais, ao final, todos os agentes envolvidos no processo político. “Não dê o peixe, mas o canicho para pescar.”

Não por acaso, na era lulo-petista, as entidades locais de todos os movimentos sociais foram esvaziadas no seu poder de pressão política, fenômeno que caminha de mãos dadas com as políticas públicas emanadas pelo governo federal, quando implementa uma série de políticas tipicamente clientelistas – as “bolsas” de todo tipo, objetivando ampliar seu eleitorado com vistas a perpetuar-se no poder ad infinitum. Essa corrente é muito difícil de quebrar, pois fortemente arraigada na tradição política nacional. O lulo-petismo, antes baluarte do protesto, guardião da moralidade e tutor da reserva crítica aos governos burgueses e ao Estado, hoje se alimenta daquilo que antes combatia e pratica uma forma de governança que não deixa nada a desejar aos anteriores. Até o faz com mais esmero.

Vejamos, pois, o que acontece no meio dos pescadores artesanais. Um barco = um registro na Zona de Pesca = uma “parelha”. Uma parelha = quatro a oito embarcados, ou mais, dependendo do tamanho do barco. Cada tripulante, um registro de “pescador artesanal” no Sindicato local. Qual é o tamanho do barco? A “parelha” realmente é formada por pescadores artesanais? O tempo de filiação ao sindicato antes de receber o “defeso” por parte do Ministério da Pesca está



correto? Nesse obscuro mundo criou-se uma sofisticada “indústria do defeso” que se vale de “atravessadores”, agenciadores de amigos, parentes, fantasmas, que lhes vendem “inscrições

de pesca artesanal” em aberto conluio com os dirigentes sindicais e com funcionários do Ministério da Pesca, em corrente que arregimenta falsos pescadores artesanais aos milhares país afora, pessoas que estão de bem com o mundo e com o governo lula-dilma, por receberem uma verbinha que lhes não é de direito. No anzol do defeso, voto certo para quem também mama no Estado, assim como o funcionário de alto escalão que não trabalha e assim mesmo ganha às de todo povo.

O clientilismo também gera o perverso ritual da bajulação e do “puxa-saquismo” em relação às autoridades, exacerbando ainda mais a hipocrisia que ronda o “fazer política”, ao criar um mundo de ilusões em torno de reivindicações que jamais serão cumpridas, e cujo resultado mais palpável é o total descrédito da POLÍTICA, que sempre deveria ser escrita com letras maiúsculas. Aqui a filosofia se apresenta como pano de fundo da boa política e que sempre está presente até mesmo nas relações mais rastaquëras que se apresentam no dia a dia da vida pessoal e da luta de classes, ainda que às vezes de forma dissimulada.

O ponto de partida

O “olhar ecossocialista” funde dois caminhos que já andaram, mas que por um bom tempo não andam mais separados – a luta pelo socialismo democrático (ainda julgo necessário justapor esse adjetivo virtualmente redundante) e o ecologismo, visão de mundo particular que parte de premissas bem definidas: recursos naturais finitos no planeta; o convívio e respeito a todas as demais espécies vivas no mesmo; o respeito à forma de funcionamento da ecosfera em toda a sua plenitude; a conservação da energia, dentre outros. Essa combinação político-filosófica conspira frontalmente com o modo de reprodução capitalista que, por sua vez, exige constante crescimento e consumo, daí o porquê das propostas de “decrecimento econômico”, de

limitações compulsórias de consumo, entre outras coisas, em nossas plataformas políticas gerais. Mas como essas “bandeiras genéricas” se espelham em políticas públicas que os governos podem (digo “poderiam”, caso quisessem) implementar nas cidades? Como trazer o horizonte estratégico para olhar próximo, traduzi-lo do genérico distante para o específico na atualidade? É um verdadeiro desafio que exige constante análise, perseverança e muita, muita criatividade.

Dilemas do Capitalismo Selvagem



Como havia alertado, não pretendo trazer um “receituário” para mobilidade, planejamento urbano, etc, pretensão esta que humildemente deixo de lado. Uma coisa é certa: se você analisar quais políticas públicas são propostas para um determinado setor, qualquer que seja, a conclusão mais provável que você chegará é de que, via de regra, elas não se lastreiam nos princípios ecológicos, quando não colidem frontalmente com eles.

Num cenário onde se pode, grosso modo, distinguir dois campos bem nítidos no movimento ecológico, de um lado os “verdes”, em essência reformadores capitalistas, exímios praticantes da “maquiagem verde”, propaladores do “desenvolvimento sustentável”, e de outro lado, os “ecossocialistas”, em essência anti-capitalistas, é fundamental distinguirmos até onde caminhamos juntos com os primeiros, já que os temos como companheiros de muitas lutas no movimento ecológico. Enquanto os primeiros dão

ênfase ao trabalho institucional, à segmentação da luta ecológica, à adesão fácil aos governos que lhes oferecem emprego e carregam um viés de comportamento elitista e individualista (a marca tão comum do “eco-super-homem”), nós ecossocialistas estamos muito mais voltados à organização popular, ao fortalecimento das organizações de base, à junção de forças com outros movimentos sociais que se colocam na transformação social, e, via de regra, carregamos menos as tintas no individualismo. Há, portanto, uma clara diferença de postura.

Mas, estilos e posturas a parte, quando nos confrontados com questões que colocam um claro embate diante dos governos e autoridades, nós normalmente percebemos a diferença nos posicionamentos: enquanto os “verdes” tratarão de minimizar os danos inevitáveis de alguma coisa a causar grande

impacto ecológico, nós estamos lá para denunciar que não se pode permitir a coisa acontecer, simples assim. Os primeiros se colocam facilmente na perspectiva do adversário, tomando sua iniciativa como válida e “inevitável”, enquanto nós NÃO a tomamos como dada, mas “evitável”, porque discordamos por princípio de sua implementação. É o caso, entre tantos exemplos, dos onipresentes empreendimentos imobiliários país afora, avançando por sobre as APP’s a revelia da legislação. Os “verdes” proporão algum TAC, em arranjar alguma compensação ambiental para o “inevitável”, nós em negar a efetivação do empreendimento, salvo em situações muito específicas. A adesão

ao status quo, ao franco colaboracionismo, é o caminho de rotina, seja nos fóruns e conselhos de direito, seja através de projetos patrocinados por empresas públicas ou privadas. Essa cooptação, paralela ao clientelismo lulo-petista, arreventou com o poder de



crítica e mobilização do movimento ecológico nos últimos anos, razão pela qual minguaram as entidades ecológicas, a maioria das quais hoje não passa de meras prestadoras de “serviços de marketing” para grandes empresas e governos. Não por acaso, fruto desse fenômeno de cooptação pessoal e institucional, nos deparamos com tantos escândalos de corrupção envolvendo “ong’s”, muitas das quais entidades ambientalistas.

O ponto de chegada

Vejam os setores de **mobilidade urbana**, um bom exemplo diante das próximas mega-festas – Copa e Olimpíadas. Todos os governos, indistintamente das esferas de domínio, estão patrocinando obras que supostamente melhorarão os padrões de qualidade hoje oferecidos à população. Os bilhões do PAC destinados aos enormes anéis viários, de expansão de metrô, de trens metropolitanos, e outras obras no setor, têm em comum a ampliação de espaço viário especialmente para automóveis, um tanto para o transporte de massas, mas passam solenemente ao largo do cálculo energético que esses sistemas de transporte acarretarão no futuro próximo. Sob um olhar ecológico, esse critério deveria estar presente, uma vez que ignorado, implica em enorme incremento no uso de energia. Isso, por sua vez, interessa aos setores econômicos envolvidos, inclusive nossa estatal maior - PETROBRÁS, cuja meta é crescer e se globalizar cada vez mais, e se transformar numa das gigantes petroleiras do mundo, fazendo jus ao 6º lugar que o país hoje ocupa no ranking dos PIB's. Se todos esses bilhões fossem gastos preferencialmente em transporte de massas com equipamentos que embarcam tecnologias de ponta, que economizam energia e que utilizam menos recursos naturais, já teríamos um ponto de encontro com nossa proposta. Mas não é isso que acontece, e tão pouco acontecerá, infelizmente, em futuro próximo.

Mercadante aplaude o novo Ecosport

O automóvel ainda governa as mentes dos governantes e da grande maioria da população, hipnotizada pelo seu fetiche, “o” sonho de



consumo. Ele rouba precioso espaço urbano da bicicleta, do pedestre, da paisagem, da tranquilidade na urbe. Se isso já é difícil, o que dirá aventar a tese da “mobilidade humana”, conceito que vai além da eficiência energética, do espaço urbano, mas propõe em complemento aos quesitos anteriores, um novo “design” dos equipamentos, com vistas a propiciar o maior conforto e segurança possível. Hoje a maior parte da frota de ônibus do país, pasme, roda com carrocerias montadas sobre chassis de



Mercadante aplaude o novo Ecosport

caminhão, uma aberração, menos sob o prisma financeiro, é óbvio, trazendo um sobre-lucro às concessionárias. O “ônibus de passageiro” porta outro sistema de suspensão, mais molejado do que este rodando na maioria das “carroças” hoje em operação nas cidades.

A proposta da **TARIFA ZERO**, por outro lado, também esbarra em políticas públicas

totalmente focadas no custo/benefício empresarial do “negócio transporte urbano de passageiros”, quando em realidade, deveríamos desconstruir o “negócio” e propor o “serviço público”, nesse caso, gratuito. Não por acaso, as empresas de ônibus, assim como as de coleta de lixo, são as maiores contribuintes das campanhas eleitorais dos partidos burgueses, aí incluídos PT, PCdoB e os demais da base aliada do governo federal. A “contribuição” amarra esses governos com a “concessão”, e esta se perpetua ad infinitum sob o princípio da “exploração dos serviços de transporte público”. Ainda que implementada de forma escalonada, já se provou taxativamente que a **TARIFA ZERO** é hoje viável orçamentária e legalmente, na grande maioria dos municípios brasileiros. Assim como o SUS da saúde, ela é perfeitamente assimilável pelo capitalismo brasileiro dado a imensa riqueza produzida nessa sexta economia mundial. Esbarra, por certo, muito mais em problemas políticos e culturais do que propriamente financeiros. Mereceria, isto sim, uma grande campanha nacional, assim como se deu com o SUS.

Se você olhar para o que hoje se implementa na **saúde**, setor intrinsecamente vinculado ao

de **saneamento básico - SB**, você chegará a óbvia conclusão de que sequer “saúde” é praticada. Basta partir da informação de que cada real investido em SB poupará quatro a serem gastos inevitavelmente em SP - saúde pública, hoje em franco declínio na qualidade dos seus serviços. Paralelamente, o setor privado “bomba” como nunca. No saneamento básico, primo pobre da saúde, o quadro que se apresenta

hoje no país é vergonhoso, é assustador, embora acolha inovações legais como a recente aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, leis que já se sabe, em grande parte ficarão no papel. Esse é um território no qual a “esquerda”, de modo geral, pouco transita, e sobre o qual alimenta imenso preconceito, talvez por imaginar que, ao

trabalhar em torno de políticas públicas nessa área, se distancia da clássica luta de classes aprendida no cânone marxista. Leitura equivocada, erro crasso. As obras voltadas a SB, assim como na mobilidade, injetarão bilhões do PAC em enormes complexos de coleta e tratamento de esgotos nas grandes cidades, obras estas que passam totalmente ao largo dos princípios ecológicos, que, acima de tudo, pregam respeito às bacias hidrográficas, como, inclusive, manda a lei. Como inúmeros exemplos atestam país afora, essas obras partem de um conceito tecnocrático arcaico e já descartado em muitos lugares no mundo: o modelo centralizado de tratamento de esgotos, na contramão do que preconiza o sistema descentralizado, este sim, calcado nos princípios ecológicos da conservação de energia, da preservação das fontes de água e do seu ciclo natural, da reinserção local dos efluentes gerados no tratamento, da utilização de mais mão-de-obra ao invés de equipamentos robóticos. A quem interessa grandes obras que movimentam muito dinheiro e dispensam mão-de-obra?

No setor de SB um grupo de militantes ecologistas em Florianópolis, procura com o MOSAL – Movimento Saneamento Alternativo, <http://mosal-movimentosaneamentoalternat.blogspot.com/>, aliar teoria e prática



numa fórmula totalmente inédita, ao organizar “oficinas populares” em torno de esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Provou-se, através destas oficinas que o leigo, cidadão que muitas vezes sequer imagina como é uma rede de esgoto, pode perfeitamente se encontrar com a sua realidade, formular a melhor política de SB em seu bairro ou cidade com base em princípios ecológicos, e, o que é ainda mais positivo, libertar-se dos grilhões acadêmicos e tecnocráticos dos burocratas de plantão que ditam as regras nesse setor, em sintonia com os interesses dos grupos empregados, como evidencia o escândalo da Delta.



<http://mosal-movimentosaneamentoalternat.blogspot.com/>

Comparativo entre dois modelos: o mapa na direita foi gerado numa oficina popular do MOSAL

Nesse cenário desponta a questão do **planejamento urbano**, setor este que no Brasil apresenta características muito peculiares, ou seja, acentuado déficit de planejamento urbano, aqui entendido como um conceito que combina participação popular e gestão integrada de todos os vetores que o compreendem, entre os quais, as questões de SB, como vista acima. O Estatuto da Cidade, segunda lei em importância no município, apenas superada pela Lei Orgânica Municipal – LOM, trouxe uma visível melhora no padrão da discussão desse tema e da transparência das ações e políticas públicas nessa área. Mas há muito que nele melhorar, como advogo desde quando surgiu. Hoje o EC já está totalmente assimilado pelos mecanismos de dominação política das elites locais, modus operandi no qual elas se mostram extremamente eficientes – “como aplicar a lei deixando de aplicá-la na prática”, perpetuando o jogo de faz-de-conta e esvaziando o

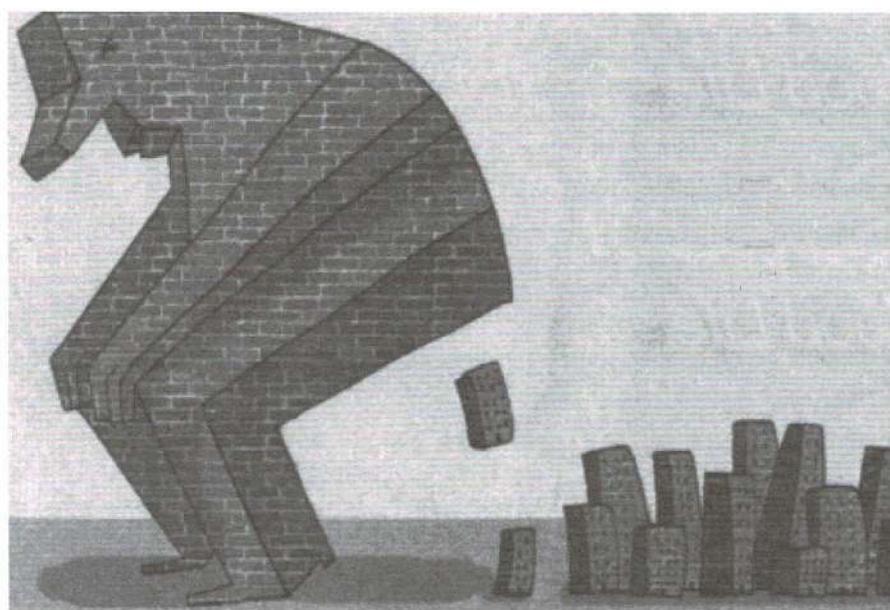
respeito pelas legislações existentes. Mais uma vez o “olhar ecossocialista” se distancia dos meros reformistas de plantão alinhados com a maquiagem verde, pois a estes não interessa a ampla participação popular que muitas vezes tenciona contra a especulação imobiliária, além de confiarem aos mecanismos de mercado



a tarefa de regular o espaço urbano, apostando que com eles o capitalismo possa “frear” a especulação imobiliária. A realidade evidencia o contrário.

Os Planos Diretores, instrumentos que dialogam com todos os setores da vida de uma cidade, oferecem uma oportunidade única para os ecossocialistas, pois eles colocam sobre a mesa a discussão em torno do modelo de cidade, o atual e o que se deseja no futuro, de que tipo de sociedade se almeja, dando lugar a atual forma de organização e ocupação do solo, ecologicamente insustentável. Assim como nos demais setores, colidimos com o olhar tecnocrático impregnado com cheiro de capital, com o olhar preconceituoso da academia carente de contato com o povo, com algum nariz torcido de certo tipo de militante de esquerda que não quer dialogar com sua comunidade, imaginando “perder tempo com uma discussão inútil de planejamento urbano”, supostamente inócua na luta de classes em seu entender. É na disputa pelo território, na apropriação do estoque do metro quadrado de terreno que o capital se reproduz na cidade tão bem quanto através da apropriação da mais valia, em meio a um ambiente diverso da clássica relação capital-trabalho que se apresenta numa fábrica. A apropriação de espaços urbanos e dos recursos naturais presente e próximos da urbe, através dos meios à disposição da especulação imobiliária, são um dos fenômenos do capitalismo atual que, assim como o capital financeiro, sustentam sua reprodução nos dias de hoje. E como ele, todo o sistema de dominação presente nas regiões onde esse fenômeno tem maior peso na economia, notadamente no litoral brasileiro e nos impenetráveis clusters interioranos reservados à burguesia.

Nesse contexto, a discussão em torno das ZEIS, por exemplo, aprofunda o abismo entre os “verdes” e os “ecossocialistas”, na medida em que os primeiros normalmente tomam



essas áreas como entraves às propostas ecológicas de ocupação do solo, enquanto para nós esse “zoneamento especial” é fundamental para tirar a pressão em cima de APP’s, minimizando as “ocupações necessárias” dos pobres, sem acesso a áreas habitáveis e sem dinheiro para adquirir terrenos regularizados. As políticas de “habitação de baixa renda” são, portanto, tão importantes quanto as políticas de “áreas verdes” nas cidades, pois fortemente interligadas, em suas causas e em suas consequências sócio-ambientais.

Aqui também não podemos nos esquecer do “esquecido” **orçamento municipal**, instrumento desprezado que fica a mercê das negociações entre o Prefeito e a Câmara de Vereadores, palco de todo tipo de maracutaia, ainda que disciplinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas esta não é o bastante para definir prioridades que interessam na disputa pela riqueza à disposição no município. Alega-se, por exemplo, que atualmente não se pode mais criar parques naturais sem que se tenha o dinheiro para indenizações de áreas privadas à disposição nos cofres do município. Ora, se nunca

há dinheiro à disposição, não se cria parque algum. Enquanto isso há dinheiro à disposição para contratar empreiteiras para fazer qualquer coisa imprestável, absolutamente inútil, por vezes para o Prefeito apenas deixar sua “marca” para a história. Uma falácia, portanto.

Haveria muitos outros exemplos a trazer para evidenciarmos como o “olhar ecossocialista” produz um olhar particular sobre as políticas públicas municipais num contexto que cruza olhares de “verdes” e de gente de

“esquerda” de diversos matizes e correntes políticas, via de regra, ainda muito impregnadas por dogmatismos que alimentam o desenvolvimentismo rapinador da natureza e apostam na evolução histórica determinista do capitalismo, sem se dar conta que não haverá luta de classes se não houver mais traço de vida no planeta. Ainda que brilhante, Marx não

conseguiu vislumbrar, como desfecho do capitalismo, um mundo no qual a própria vida estaria ameaçada, e, assim como Giordano Bruno e outros que morreram por combater dogmas, suas vidas não impediram que estes caíssem mais adiante. Vivemos hoje, pois numa encruzilhada histórica determinante para assegurar a perpetuação da vida no planeta, processo que se definirá nas próximas décadas, e que tem como salvaguarda no horizonte a utopia ecossocialista. Apostemos nela.



Gert Schinke, historiador, membro da Coordenação Nacional do Setorial Ecossocialista, Presidente do INMMAR, Coordenador Geral da FEEC-SC.

Um programa ecossocialista para as cidades

Pelo **Núcleo Ecossocialista do PSOL-SP**

Uma visão ecossocialista para mudar as cidades

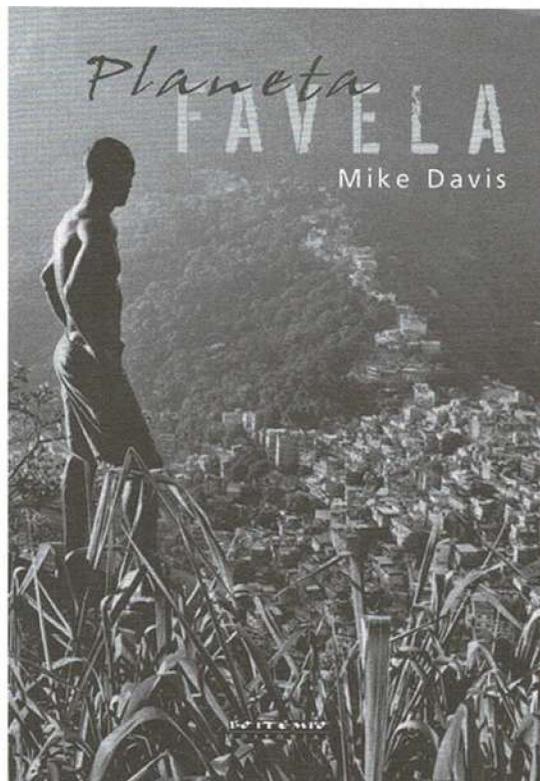
A cidade é uma expressão da vida. Seus serviços mal distribuídos, o abandono de suas praças, o descaso de suas ruas e os moradores deixados em suas calçadas contam a triste história de como a lógica do capital condicionou a vida urbana. Em lugar de construirmos espaços que favoreçam o encontro, a criação, o lazer e o trabalho coletivo, criamos áreas que servem apenas à multiplicação do lucro e à acumulação do capital. Para os seres humanos, restou a adaptação.

As pessoas se acostumaram à falta de espaços públicos para encontrar com os amigos ou levar as crianças para brincar, ao tempo perdido no trânsito, à escassez de transporte público, à falta de vagas em creche, à depredação das escolas, à precariedade do atendimento em hospitais públicos. De tão marcadas pelo sistemático desrespeito às suas necessidades e pelo descaso com a implementação de soluções que possam melhorar significativamente as suas condições de vida, as pessoas deixaram de sonhar com a possibilidade de outro mundo. A naturalização do caos urbano é também a descrença de que tudo pudesse ser diferente.

É preciso reacender na população das cidades a vontade de construir uma vida digna. E a dignidade passa por uma completa inversão da lógica que determina a organização do espaço urbano. Seres humanos e meio ambiente devem interagir num ciclo de reprodução e acumulação não do capital, mas da **vida**. Essa é a proposta do ecossocialismo para as cidades!

Soluções ecossocialistas para as cidades

Como dissemos, a **vida** é o centro de nossos esforços e entendemos que a cidade tem que ser viva, plural, dinâmica, promovendo uma boa integração entre as necessidades humanas e as condições ambientais.



Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração.

Mike Davis – Planeta Favela

Apresentamos a seguir algumas soluções ecossocialistas, possíveis e palpáveis, para as questões que vivenciamos cotidianamente.

Direito à cidade

Pode parecer um absurdo, mas, definitivamente, a cidade não é para todos. É para poucos. Esses poucos são, geralmente, os mais ricos. Os trabalhadores costumam morar em zonas periféricas e trabalhar no centro. Na periferia, não há escolas de qualidade, não há hospitais grandes, não há fácil acesso ao transporte; área de lazer então, é luxo! Ou seja, apesar desse trabalhador ir para as regiões centrais diariamente, ele não usufrui de seus benefícios. Assim, as coisas boas da cidade não são para todos, são para os poucos que no dia a dia podem pagar para morar em locais com boa infraestrutura.

Nós queremos uma cidade onde cada cidadão possa acessar esses equipamentos públicos. Existem dois caminhos possíveis: um é quebrar com a lógica da especulação imobiliária e tornar o centro um local mais barato e, assim, acessível. Um segundo caminho é levar os serviços públicos de qualidade para cada região urbana e/ou rural, ou seja, descentralizar o centro! Para isso, o Estatuto da Cidade precisa sair do papel e se tornar uma realidade.

O Estatuto, aprovado em julho de 2001, criou alguns instrumentos legais capazes de transformar os ambientes urbanos. O Plano Diretor é o principal deles. A elaboração e aplicação popular dos Planos Diretores pode servir para que a ocupação da cidade não seja ditada exclusivamente pelos interesses do capital especulativo, que é quem ganha com a remoção de favelas para a periferia, com a sobreposição de uma área verde por uma nova ponte e com a construção de edifícios cada vez mais altos. Um programa ecossocialista deve lutar pela elaboração e efetiva implementação dos planos diretores. E para que neles estejam incluídas as diretrizes que garantirão a arborização urbana. Ou a forma como lidaremos com o lixo que geramos.



Mobilidade

Quantas horas ficamos parados no trânsito todos os dias? Nas grandes cidades, esse tempo pode ser maior do que aquele dedicado à nossa família. O modelo atual de cidade – pensado para o automóvel e não para as pessoas – leva a essas situações absurdas. Além da grande quantidade de carros, o ar poluído tem um efeito drástico sobre a saúde da população, aumentando significativamente as internações por doenças respiratórias.

Precisamos de uma cidade que inverta esta lógica, dando prioridade aos transportes públicos de qualidade, com opções que reduzam poluentes ou não os emitam, como as bicicletas. O transporte é um dever do Estado e um direito do cidadão, e deve ser acessível a todos. Não há apropriação do espaço urbano e das opções que a cidade oferece sem a possibilidade de um deslocamento rápido, barato e de qualidade. Sem isso, a cidade fica socialmente segregada (o que, provavelmente, corresponde a vontade política de alguns setores e correntes políticas).

Recursos naturais

Ainda que muitos acreditem que o meio ambiente esteja somente nas florestas ou nas áreas rurais, nossa vida nas cidades depende que as condições ambientais sejam favoráveis. Assim como a poluição do ar, o despejo de grandes quantidades de esgotos das casas e indústrias nos rios prejudica a manutenção dessas condições em níveis adequados à nossa qualidade de vida, além de inviabilizar o seu uso como espaço de lazer.

A grande ineficiência e crônica carência nos serviços de saneamento ambiental, notadamente no que se refere à coleta e tratamento de esgotos, foi e continua sendo promovida pelo

Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), implantado em meados dos anos 70. Essa política de centralização do esgoto doméstico gera altos custos de implantação, operação e manutenção; e baixa eficiência. Entre as desvantagens, podemos destacar a carência de atendimento nas áreas periféricas, a elevada demanda energética e, principalmente, o “desperdício” de nutrientes como nitrogênio, fósforo e potássio, que, em quantidades abundantes nos esgotos domésticos, acabam sendo desidratados e encaminhados para aterros sanitários. Essas substâncias fazem muita falta na agricultura, visto que o solo brasileiro é pobre em nutrientes. Daí a necessidade constante de adicionar fertilizantes e adubos na terra.

Muitas tecnologias conhecidas como “sistemas naturais” podem ser usadas em pequenos municípios, impulsionando uma alternativa “tecnológica” sustentável sob a ótica da descentralização do tratamento, barateando o custo de implantação e operação, promovendo a devolução dos nutrientes ao solo com manejo adequado e baixa demanda energética.

Além dos problemas relacionados com a redução da qualidade das águas, outro aspecto importante é a drenagem urbana, ineficiente na maioria das vezes. Com o aumento da área impermeável dos solos urbanos, as grandes quantidades de água das chuvas provocam inundações e alagamentos, fazendo com que muitas pessoas percam suas moradias; e, até mesmo, suas vidas. Grandes obras, como os piscinões, além de consumirem muitos recursos, muitas vezes não conseguem solucionar o problema. É necessária uma política que garanta a manutenção e a ampliação das áreas permeáveis em nossas cidades.

Diariamente, todos nós geramos lixo. E cada vez em maiores quantidades. Mas o que muitos não sabem é que grande parte daquilo que chamamos de lixo, ainda apresenta grande potencial de utilização como matéria-prima. Após a redução das quantidades e a reutilização dos materiais, a implantação de programas de coleta seletiva em parceria com as cooperativas de catadores é fundamental para alterar o quadro atual de desperdício em nossas cidades. Essa categoria, cuja participação muitas vezes é abafada pelo lobby das grandes empresas de limpeza urbana, é a principal responsável pelos índices elevados que o Brasil apresenta na reciclagem de alguns materiais, como o alumínio.

Participação popular

Para que todas essas soluções sejam possíveis, é fundamental que a participação dos cidadãos nos processos de definição das políticas públicas municipais seja incentivada. Com a redemocratização do país, ganhou força o movimento de criação de conselhos em vários setores, e, dentre eles, um específico, para tratar das questões ambientais, normalmente chamado no âmbito municipal de Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA). É tarefa do PSOL, enquanto um novo partido contra a velha política, potencializar a atuação destes conselhos, trazendo a população para participar desses espaços, principalmente os que moram nas periferias de nossas cidades. Só com o apoio e com a parceria da sociedade poderemos concretizar nossas bandeiras e nossas propostas ecossocialistas, vencendo a resistência dos grandes interesses econômicos.

Núcleo Ecossocialista do PSOL-SP

Rio+20, Cúpula dos Povos e ideologia ambiental do capital:

Um tributo (urgente!) a Paulo Piramba

Por **Miguel Borba de Sá**

Falta pouco para o início da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. Como era de se esperar, a disputa pelo senso comum já está acirrada: de um lado, os variados propagandistas do capital e suas mirabolantes propostas rumo a um “capitalismo verde”; de outro, todos aqueles que não acreditam nessas falsas soluções e insistem em lutar por uma superação revolucionária do modelo econômico dominante.

Simples assim? Certamente esse quadro é mais complexo, pois existem inúmeras posições intermediárias – dirão rapidamente os críticos do dualismo acima apresentado. Ora, é claro que existem! São exatamente tais posições intermediárias, indefinidas e mescladas – por vezes confusas ou perdidas diante do atual bombardeio de informações vindas dos ‘especialistas’ em meio ambiente – que estão em disputa no momento.

Diante disso, a tarefa dos socialistas radicais é impedir a formação do consenso em torno do capitalismo verde, que visa apresentar suas “soluções” de mercado, soluções “criativas” ou meramente tecnológicas para conquistar o senso comum mediante aquilo que Paulo Piramba chamou de estratégia de “redução de danos”: manter o sistema de classes intocado e tentar mitigar seus piores efeitos¹.

Em outras palavras, se em tempos anteriores os socialistas radicais se opuseram às propostas social-democratas de um “capitalismo com rosto humano”, hoje temos a obrigação de nos insurgirmos contra as propostas de um “capitalismo com raiz verde”. Se for verdade que a história se repete duas vezes, conforme Marx ironicamente assinalou, então continuamos na mesmíssima luta; primeiro contra a *tragédia* reformista, depois contra a *farsa* do ambientalismo de mercado².

Não é preciso ser profundo conhecedor do debate ambiental para perceber que o antigo discurso capitalista de negação das mudanças climáticas já ficou para trás faz tempo. Não estamos mais na era em que as grandes corporações capitalistas encomendavam trabalhos “científicos” para mostrar que a crise ambiental era uma “invenção” ou “exagero” dos ambientalistas. Não estamos mais na época em que a preservação do meio ambiente causava pânico nos gerentes e detentores do capital.

Muito pelo contrario, hoje em dia são as próprias empresas, em especial aquelas mais poluidoras, que estão empenhadas em adotar uma imagem ambientalmente “sustentável”. O exemplo do visionário político-empresário Al Gore chama atenção: aclamado como porta-voz da “consciência ambiental”; ganhador de prêmio Nobel por revelar uma “verdade inconveniente” aos seus colegas burgueses; o ex-vice-presidente dos EUA continua sendo acionista em diversas empresas de petróleo. Contradição? Nem tanto. Caso isolado? Menos ainda. No Brasil, o caso emblemático da mineradora VALE fala por si só: uma das empresas mais destrutivas do país é precisamente aquela que publica os mais belos relatórios de sustentabilidade e mais investe em programas sócio-ambientais para mitigação dos danos causados por suas atividades predatórias.

Atualidade de Rosa Luxemburgo x Captura Corporativa

Fica claro, então, que a distinção entre *economia do carbono* e *economia verde* não engana mais a ninguém, pois os porta-vozes da própria burguesia, como o Banco Mundial, já nos informaram que ambas caminham juntas. Em 2010, cada dólar investido por esta instituição em energias renováveis teve como contraparte outro dólar investido em carvão ou petróleo. Não poderia ser diferente, pois são economias

capitalistas, antes de tudo: baseiam-se na exploração do trabalho, recursos naturais e apropriação privada das riquezas produzidas. Se abrirem mão disso, vão ter que abrir mão de seu poder de classe, algo que está fora de cogitação. Resultado: a ideologia (falsa consciência?) dominante no momento é aquela que jura ser viável à união entre preservação ambiental em harmonia com a interminável acumulação do capital.

Mas isso é possível? Evidentemente que não. Rosa Luxemburgo já nos avisava sobre essa impossibilidade há exatamente 100 anos atrás. Mesmo sendo ignorada pelo que chamava de ‘marxismo oficial’ dos homens da II Internacional, ou seja, pelo reformismo de seu tempo, Rosa mostrou que o capitalismo precisa *sempre* manter aquilo que Marx chamara de “acumulação primitiva”. Isso significa que a expansão do capitalismo para novas dimensões seria um processo necessário e contínuo, até que o planeta se esgotasse – ou que a revolução social interrompesse este movimento. Confiante na vitória da classe trabalhadora, Rosa acreditava que a revolução viria antes da barbárie socioambiental...

Às vésperas da Rio+20, o raciocínio de Rosa Luxemburgo – e do teimosamente luxemburguista Paulo Piramba – tornam-se mais atuais e urgentes do que nunca. A batalha ideológica sobre a possibilidade ou não de um “capitalismo verde”, reformado e sustentável, é o que está em jogo.

A questão é saber em qual arena este jogo será disputado. Pois engana-se quem pensa que esse será o tema do debate entre chefes de Estado e governo no Riocentro, sede do encontro da oficial da Rio+20. Lá, segundo aviso dado pela presidenta Dilma Rousseff em seu encontro com a “sociedade civil” no último Fórum Social, em Janeiro de 2012, na cidade Porto Alegre, uma discussão *sobre* o capitalismo “não duraria nem cinco minutos”³. A questão, para eles, é saber *como* implementar a

chamada **economia** [capitalista] **verde**: qual velocidade, sob quais métodos e a partir de quais estratégias culturais, midiáticas, jurídicas e políticas conseguir-se-á forjar o consenso sobre sua “necessidade”.

Assim, diante da já conhecida e anunciada captura corporativa dos espaços multilaterais que se repetirá na Rio+20, sobra para a Cúpula dos Povos – espaço paralelo de encontro e mobilização da sociedade civil – a tarefa de discutir se o capitalismo verde é de fato uma opção a ser levada a sério ou rechaçada em prol de uma saída revolucionária. Por isso a Cúpula dos Povos é tão importante e tem sido tão disputada, antes mesmo de começar.

Cúpula dos Povos: disputa por hegemonia para legitimar o capital

Como na Rio+20 oficial não haverá muita coisa em jogo em termos de embates políticos-ideológicos ou espaço para paradigmas distintos das conhecidas políticas privatizantes de cunho neoliberal, é na tentativa de confundir a opinião pública disputando mensagens e conteúdos da Cúpula dos Povos que o capital está jogando sua cartada hegemônica mais importante na conjuntura atual. Garantir que as mobilizações da sociedade civil não sejam muito radicais é tão importante para a classe dominante quanto será a abertura da Bolsa Verde Carioca, cuja inauguração “coincidentalmente” foi marcada para praticamente a mesma data de abertura da Cúpula dos Povos.

Desde o início do processo de construção da Cúpula dos Povos, tanto as grandes empresas quanto o próprio governo tentaram interferir no processo de inúmeras maneiras. Algumas ONGs apareciam nas reuniões de preparação da Cúpula com propostas “pragmáticas, que deviam evitar o “ideologismo, e ultrapassar as posturas “retrógradas e “ultrapassadas da esquerda tradicional. Quantas vezes os representantes dos movimentos sociais mais sérios do país tiveram que ouvir verdadeiras “aulas sobre como a organização política, o trabalho de base e a educação popular não eram mais

Às vésperas da Rio+20, o raciocínio de Rosa Luxemburgo – e do teimosamente luxemburguista Paulo Piramba – tornam-se mais atuais e urgentes do que nunca. A batalha ideológica sobre a possibilidade ou não de um “capitalismo verde”, reformado e sustentável, é o que está em jogo.

importantes hoje em dia, pois agora as “redes sociais” e a internet fariam o trabalho de conscientizar os “indivíduos e democratizar a informação...

Quantas vezes os representantes de comunidades agressivamente impactadas por mega empreendimentos industriais ou pela expansão do agro-negócio tiveram que escutar que não havia mais razão para a retórica belicosa da luta de classes, pois o meio ambiente seria um “problema de todos e a Cúpula dos Povos deveria simplesmente expressar “um mosaico de vozes, elevar a “pluralidade, à categoria de meta política máxima, acima até mesmo da transformação social. Quantos debates para saber se a Cúpula dos Povos poderia ter uma posição política firme, apontando culpados pelas crises atuais ou, pelo contrário, se ficaria para sempre como mero “comitê facilitador das diversas expressões fragmentadas da sociedade civil. Quantas vezes teve-se que ouvir que não podíamos fechar as portas para empresários “progressistas”, que não podíamos só criticar eternamente, sem considerar propostas “realistas como a “responsabilidade social corporativa, ou que a “economia verde” era uma oportunidade para a sociedade civil construir alternativas também...

Felizmente, conseguiu-se repelir a grande maioria destas tentativas de invasão capitalista do processo de preparação da Cúpula dos Povos. A autonomia do espaço, mesmo que a duras penas, foi mantida. Ao fim, a *economia verde* foi explicitamente rechaçada pela Cúpula. Mas o ataque do capital não parou, nem irá reduzir seu ímpeto.

O governo brasileiro, que atualmente faz do nosso país um dos Estados nacionais mais eficientes na tarefa de garantir a acumulação capitalista, percebe que não pode deixar a

Cúpula dos Povos obter grande projeção na sociedade ou na mídia. Assim, rapidamente preparou uma estratégia de esvaizar a Cúpula e confundir o senso comum através dos “Diálogos com a Sociedade Civil na Rio+20”. Mais uma vez, as organizações, movimentos, sindicatos e redes constituintes da Cúpula dos Povos foram sábios e eficazes na resistência a mais esta investida, e imediatamente lançaram nota pública rechaçando a participação naquilo que consideraram “monólogos. – e não diálogos! – com cartas marcadas com o único intuito de legitimar as ações de um governo já marcado pelo vergonhoso desmonte do Código Florestal e pelas atrocidades de Belo Monte, para ficarmos apenas com os casos mais gritantes.

É de se esperar que tais embates continuem até que a Cúpula dos Povos e a Rio+20 cheguem em junho próximo. Isso de certa forma é bom, pois uma democracia mais polarizada deixa mais explícito quais atores e posições estão envolvidas na luta de classes. A luta tampouco irá terminar no dia 23 de junho. Mas fato é que os embates até lá deixarão marcas profundas no senso comum e lançarão as bases sobre as quais o capital conseguirá, ou não, construir seu tão desejado consenso em torno das suas “soluções” de mercado. Temos muito trabalho até lá e por todos esses motivos a conjuntura atual é das mais decisivas.

Se a mensagem dominante na Cúpula dos Povos for apenas daquele tipo ambíguo e superficial ao estilo Marina Silva, a classe trabalhadora terá sofrido um enorme revés. O risco do “*marinismo*” – combinação de crítica ao desenvolvimentismo petista com toques pragmatismo mercadológico tucano, envoltos por uma figura messiânica dotada de compaixão e benevolência carismática – é real e pode colocar todos os esforços de construção da Cúpula dos Povos, como espaço realmente dos povos, em risco.

Precisamos ter o máximo de cuidado com as apropriações que diversos atores tentarão fazer da Cúpula e não nos deixar levar por estratégias de domesticação, individualização ou passividade em nossas mobilizações de resistência ao modelo dominante. Tais

Tive o privilégio de conviver com Paulo Piramba por aproximadamente vinte anos. Mais do que meramente conviver, tenho orgulho de poder afirmar, sem receio de exagerar, que fui de fato criado por Piramba, mais do que por qualquer outra pessoa neste mundo desde meus oito anos de idade, quando ele se tornou companheiro de minha mãe. Qualquer semelhança entre meu estilo polêmico de escrever e o dele, entre nossos estilos contundentes de atuar politicamente e, principalmente, em nossa intransigência contra a classe dominante não são, portanto, meras coincidências. Nossas diferenças também sempre foram muitas, não há dúvidas; nem eu tenho a pretensão de comparar minha errática militância com a biografia revolucionária que ele foi capaz de construir. A tristeza de não mais estarmos juntos envolvidos na expectativa e mobilização rumo à Rio+20 e à Cúpula dos Povos é quase diária e difícil de expressar... Assim, peço para que não considerem este texto como um tributo a Paulo Piramba. O único tributo digno que pode ser feito não virá de um texto, nem mesmo de um que seja de qualidade infinitamente superior ao apresentado acima: como todos que o conheciam minimamente devem concordar, a única homenagem possível a ele será uma poderosa e radical mobilização popular, contra-hegemônica e, por que não, socialista, no próximo mês de junho e nas lutas que virão em diante. É somente assim que Piramba estará de verdade "PRESENTE".



estratégias buscam apenas a "redução de danos", mas nem isso chegam a alcançar na prática. Servem, isso sim, para desviar nossas atenções sobre o sistema como um todo e desmerecer como "utópicas" quaisquer propostas revolucionárias.

Esse modelo tem nome: capitalista. Quem não estiver disposto a encará-lo de frente ou estiver ativamente empenhado em convencer os que mais sofrem de que é o aprofundamento deste regime que lhes trará alguma solução, deveria procurar seus pares em outros locais, como o forte de Copacabana e o RioCentro, onde as elites globais estarão reunidas para traçar seus planos de expansão para cima de mais e mais esferas da vida social e do mundo natural.

Mas isso não será tão simples, pois *elas* virão para disputar o *nosso* território também. O Aterro do Flamengo e suas adjacências serão espaços em disputa, e nessa disputa pela Cúpula dos Povos o embate de classes deixará sua marca na história: cabe a nós fazer com que esta seja uma marca de transformação e superação.

Notas

1 Para um exemplo emblemático – e honesto – de como essa estratégia é bem vinda pelos intelectuais orgânicos do capital, ver a reveladora entrevista de Delfim Neto n'O Globo, em 28/04/12, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio20/brasil-ganhou-mais-consciencia-ecologica-diz-delfim-netto-4766502?service=print>

2 Karl Marx. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (várias edições disponíveis online). <http://www.culturabrasil.pro.br/zip/18brumario.pdf>

3 Verena Glass *ONGs, movimentos sociais e governo debatem estratégias para a Rio + 20* <http://www.rls.org.br/texto/ongs-movimentos-sociais-e-governo-debatem-estrat%C3%A9gias-para-rio-20>

Miguel Borba de Sá é professor de Relações Internacionais das universidades Candido Mendes e PUC-Rio, além de assessor técnico do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, mas os argumentos contidos neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor e não refletem necessariamente as posições de nenhuma dessas instituições.

Fundação do Setorial Ecosocialista do PSOL

Os e as militantes ecosocialistas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), reunidos (as) em Curitiba nos dias 1, 2 e 3 de abril de 2011, se dirigem ao conjunto do partido, aos movimentos sociais, ecológicos, socioambientais e à sociedade, para, analisando a atual crise planetária, propor ao partido e aos movimentos uma reflexão e uma agenda de lutas comuns.

Não há dúvidas de que estamos imersos em uma crise ambiental planetária de proporções ainda não vividas pela sociedade humana. Sua face mais visível, mas não única, são o superaquecimento da Terra e as mudanças climáticas. Não há um só dia em que não se observe a ocorrência em qualquer parte do mundo de algum fenômeno climático-ambiental extremo. Fenômenos cada vez mais intensos e recorrentes a ponto de um termo do vocabulário de guerra ter sido adaptado para o repertório ecológico: o “refugiado climático” ou “refugiado ambiental”, que já se conta em dezenas de milhões no planeta.

No entanto, o aquecimento global e as mudanças climáticas são apenas a face mais visível de uma crise maior, que se relaciona à atual configuração do modo de produção capitalista, com seu modelo de desenvolvimento produtivista-consumista, baseado na matriz energética fóssil e um modo de vida das elites econômicas mundiais baseado no consumo ostensivo e perdulário, que são, a um só tempo e em todas as escalas, ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos.

Outros sinais dessa crise são a escassez da água, onde uma em cada quatro pessoas no mundo de hoje não tem acesso a água potável; a extinção das espécies, que é a mais elevada em 65 milhões de anos; e a ruptura da capacidade regenerativa da terra, que se deu em 1980 e faz

com que estejamos, anualmente, sacando 25 e 30% de nosso capital natural. A salubridade para crianças, idosos, mulheres e homens é permanentemente ameaçada e degradada por conta de vetores de doenças infecto-contagiosas, da contaminação da água, do ar e dos alimentos, mas, principalmente, pela irresponsabilidade do poder público e dos agentes capitalistas na gestão de programas e projetos ambientalmente degradantes, além do histórico sucateamento dos sistemas públicos de saúde.

A tudo isso se somam as últimas catástrofes ambientais, como a da região serrana do Rio de Janeiro e a do acidente nos reatores nucleares de Fukushima, cujas conseqüências trágicas ainda não temos como dimensionar o alcance.

Configurada a crise (“policrise”), que é social, ambiental e civilizacional, há uma disputa de natureza ideológica sobre o entendimento das suas causas e métodos de enfrentamento, que confronta, em matizes diferenciados, capitalistas “verdes” versus “ecosocialistas”, ou seja, a disputa sobre projetos de sociedade e, portanto, de civilização.

A compreensão dos que se reivindicam herdeiros da utopia igualitária do Século XIX, à qual se agrega o ecologismo da contemporaneidade, é a de que, nas precisas palavras do Manifesto Ecosocialista Internacional, “o atual sistema capitalista não pode regular, muito menos superar, as crises que deflagrou. Ele não pode resolver a crise ecológica porque fazê-lo implica



em colocar limites ao processo de acumulação – uma opção inaceitável para um sistema baseado na regra ‘cresça ou morra’”.

Trata-se, assim, não só de uma crise ambiental e social, mas uma crise da própria civilização do capital, de sua lógica econômica, de seu modelo de desenvolvimento, de seu modo de vida e de seus valores que engendram, a um só tempo, uma desigualdade social cada vez mais abissal entre uma oligarquia global e os mais de um bilhão de humanos que sobrevivem com menos de um dólar por dia. A renda das 500 pessoas mais ricas do mundo é maior do que a das 416 milhões mais pobres do planeta.

Em nosso país, cuja formação histórica, socioeconômica e cultural foi fundada na monocultura de exportação, na escravidão, na sistemática superexploração dos povos indígenas, afrodescendentes e na rapina de nossa natureza, o PAC – com seus megaprendimentos ecologicamente insustentáveis

e socialmente injustos – é, atualmente, a face mais visível de nosso “desenvolvimentismo”.

Hidrelétricas e grandes empreendimentos tais como Belo Monte, Jirau, TKCSA, CSU, a transposição no rio São Francisco, com seu repertório de agressões socioculturais, étnicas e ambientais; a ampliação do programa nuclear, mesmo após a contaminação em Caetités e a tragédia de Fukushima; o ataque à legislação ambiental, configurada na proposta Aldoruralista do Código Florestal, mas, também, na flexibilização do licenciamento ambiental – além da agenda excludente das obras da Copa do Mundo e Olimpíadas – demonstram até onde o capital, pelos seus governos e suas empresas, pretendem chegar em nosso país.

Denunciamos e combatemos as relações espúrias e corruptas dos agentes públicos com os grandes grupos financeiros, industriais, empreiteiros e do agronegócio que financiam suas campanhas eleitorais para depois cobrar o

preço amargo da destruição e da inviabilização de todas as formas de vida.

Denunciamos os discursos e as práticas supostamente voltadas para a preservação de ecossistemas, mas cuja retórica esconde nefastos interesses pela exploração acelerada dos recursos naturais e a conseqüente desagregação dos diversos biomas e modos de vida humana a eles associados. Esse conjunto de práticas ecocapitalistas baseiam-se em constatações genéricas e, muitas vezes, distorcidas a partir dos grandes processos ambientais e significam, no limite, uma estratégia global para conduzir a política ambiental em direção à segregação social e espacial e ao desarranjo das áreas ecologicamente mais importantes e preservadas.

Denunciamos, também, os traidores das grandes causas da esquerda que, entre a garantia dos direitos das classes trabalhadoras e a aliança com a burguesia internacional,



optaram por esta última e se transformaram nos principais fiadores da desgraça e da destruição ambiental. É preciso lembrar que a opção pelo crescimento econômico indiscriminado está diretamente ligada à adaptação da economia brasileira para pagamento dos juros da dívida pública, pois a maior parte da grande produção é voltada para a exportação. A exportação de commodities é também exportação de água, energia e vida do nosso povo e dos nossos ecossistemas. Numa conjuntura onde um governo construído a partir das lutas sociais passa a ser apoiado por forças marcadas pelo conservadorismo mais reacionário, a irresponsabilidade ambiental e a corrupção, vemos que o embate se dá contra dois campos que, apesar de eleitoralmente antagônicos, são cada vez mais próximos nos interesses e nos objetivos que perseguem.

Só um partido que se reivindique da tradição anticapitalista, mas que tenha rompido com as experiências autoritárias, burocráticas e predatórias do chamado “socialismo real” – um partido que dialogue e interaja com as comunidades tradicionais e os movimentos sociais, ecológicos e socioambientais – pode fazer face a esse processo de degradação e configurar alianças táticas e estratégicas para a luta ecossocialista.

É verdade que o Ecossocialismo ainda é uma promessa, uma aposta, mas é uma necessidade premente para garantir nossa sobrevivência enquanto espécie e sociedade, assim como todas as demais formas de vida. Esse ser em processo, em construção, tem como premissas a igualdade social, a sustentabilidade ecológica, a defesa da diversidade em seus aspectos biológico, social, étnico e cultural, além de um novo modo de vida, fundado na premissa do “ser” sobre o “ter”.

Os ecossocialistas propõem uma atuação transversal, pois a luta ambiental deve interagir com os diversos movimentos que compõem a luta pela emancipação social, incluindo as organizações que levantam as bandeiras da reforma agrária e da reforma urbana, a luta sindical e da juventude, bem como dos movimentos contrários ao racismo ambiental e

pela igualdade e equidade racial e de gênero. Nossas principais diretrizes de organização:

É urgente e necessária a construção do programa ecossocialista como forma de qualificar melhor o debate interno ao partido e a sua relação com a sociedade;

Nossa inserção institucional deve ocorrer em todos os espaços de discussão das políticas públicas, tanto nos conselhos e comissões oficiais como nos fóruns temáticos dos movimentos sociais;

Frentes de luta e propostas de ação:

Denúncia e combate permanente à tentativa de flexibilização da Política Ambiental, notadamente a revisão do Código Florestal, reforçando o ato nacional já convocado pelos movimentos sociais no dia 07/04/2011 em Brasília, os atos estaduais convocados para o dia 28/04 e a atuação do Deputado Federal Ivan Valente, com sua crítica constante e contundente a mais esse ataque do Capital ao meio ambiente;

Acompanhamento, denúncia e resistência às arbitrariedades e desvios dos projetos, das obras e impactos do PAC, inclusive na preparação para os megaeventos, principalmente no que tange à degradação das condições de trabalho, os despejos e remoções forçadas de comunidades pobres, o estímulo à prostituição e tráfico de mulheres e crianças, bem como à redução da biodiversidade;

As comunidades atendidas e atingidas pelos grandes empreendimentos, obras de infraestrutura, planos diretores urbanos, unidades de conservação e projetos agroindustriais devem ter garantida sua participação qualificada, continuada e legitimada em todas as suas fases, desde os diagnósticos até as medidas para tratamento dos impactos.

Ampla mobilização para enfrentar a questão nuclear e barrar o programa nuclear brasileiro através do parlamento e dos movimentos sociais! Pelo descomissionamento de Angra 1, 2 e 3! Pelo cancelamento de novos projetos de usinas nucleares e do uso militar de artefatos e reatores!

Ampliar as áreas protegidas por unidades de conservação nos diversos ecossistemas

brasileiros, com garantia da participação pública qualificada na gestão e integração aos modos de vida das comunidades locais.

Por uma reforma agrária ecológica e uma reforma urbana inclusiva e ambientalmente responsável! Contra o Deserto Verde, as monoculturas e a especulação imobiliária!

Mobilidade humana é uma condição fundamental para o futuro da sociedade e isso significa um apoio irrestrito a movimentos contra a carência dos transportes públicos (movimentos pelo passe livre e pela tarifa zero), além da luta por uma gestão mais transparente dos sistemas de transporte urbano, a integração entre os diversos modais e o fim da dependência do rodoviarismo.

Ainda no âmbito das cidades, o lixo e demais resíduos sólidos constituem um desafio inadiável. É preciso atacar com adequada didática os aspectos degradantes do sistema produtivo, tais como a irresponsabilidade das empresas com as embalagens de seus produtos e a ausência de políticas sérias de reciclagem, valorização e proteção aos profissionais da limpeza urbana e da catação.

As zonas costeiras devem ser geridas como bem público inalienável e como santuário da vida. Portanto, repudiamos toda e qualquer atividade que cause constrangimentos à pesca e à navegação artesanal; ao uso público das praias e demais bens naturais litorâneos; ou a ameaças aos patrimônios genéticos marinhos e estuarinos.

Pelo reconhecimento e demarcação de territórios quilombolas, terras indígenas e reservas extrativistas! Contra o Racismo Ambiental!

Contra a Criminalização dos movimentos sociais e as prisões políticas de lideranças e militantes!

Afinal o que se coloca para a humanidade é o desafio da constituição dessa nova sociedade que possa vir a ser, a um só tempo, politicamente democrática, socialmente justa e igualitária, cultural e etnicamente diversa e ambientalmente sustentável. Assim, na esteira de Löwy, poder-se-ia atualizar a consigna de Rosa Luxemburgo para “Ecossocialismo ou Barbárie”!

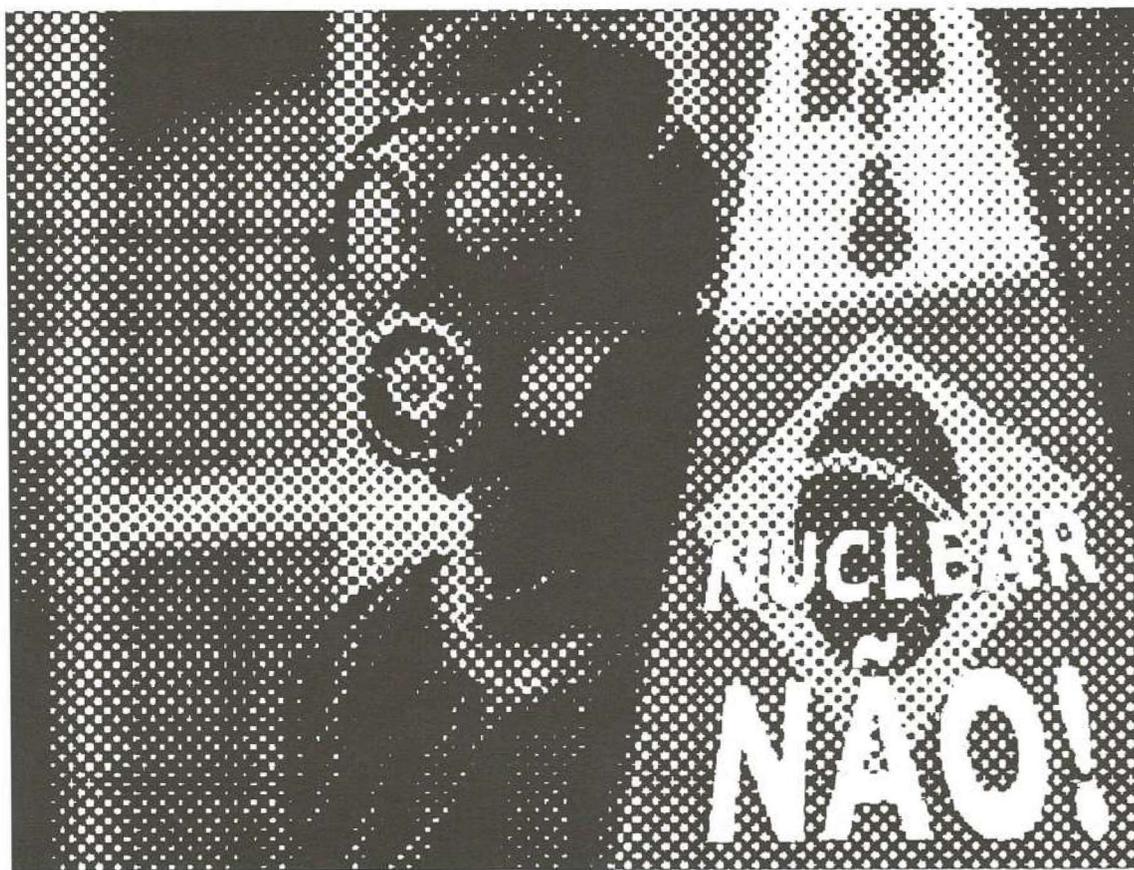
Em memória de Chico Mendes e Irmã Dorothy Stang

Não à energia nuclear no Brasil

1 É certo que necessitamos de energia para nossa sobrevivência e bem estar: produzir alimentos, produtos e equipamentos a serviço de mais qualidade de vida, nos proporcionar mobilidade para usufruir de liberdade, conhecer o mundo, abraçar a felicidade. Quando a energia que utilizamos, porém, compromete o bem estar das futuras gerações, estamos diante de um sério problema ético. Garantimos a nós o que não podemos garantir a elas. Pior, com o uso da energia nuclear assinamos uma fatura que elas inexoravelmente pagarão com enorme custo – cuidar de rejeitos tóxicos perigosíssimos os quais permanecerão nessa condição por uma eternidade. A equação do uso da energia nuclear começa pela ética, que, para nós, coloca *A VIDA SEMPRE EM PRIMEIRO LUGAR, *paradigma que deveria orientar todas as nossas decisões. Esse terrível “legado” que deixamos para as futuras gerações, é fazê-las cuidar de um passivo associado à morte - atitude anti-humana e antívida em todos os sentidos, injustificável sob todos os pontos de vista, mesmo sob o olhar de uma pretensiosa racionalidade científica.

2 Diante de outras alternativas energéticas, o custo/benefício da energia nuclear é altamente negativo. O ganho líquido de energia, estimado em apenas 25% do que total gerado é tão irrisório, que não compensa o enorme investimento aplicado, o qual inclui o tempo necessário para gerenciar o armazenamento final do lixo radioativo, assim como todas as peças da estrutura dos reatores. Investimento esse, no caso do Brasil, de origem exclusivamente pública. Deixa-se de investir em escolas, portanto, para investir em uma central nuclear. Diante dos avanços tecnológicos obtidos na geração de energia eólica, solar e de biomassa, atualmente a energia nuclear é a mais cara do ponto de vista financeiro, portanto, claramente antieconômica sob o prisma “estritamente capitalista”.

3 O argumento de que a energia nuclear não gera gases do efeito estufa, é claramente



falacioso. Ao se computar toda a produção de gases, notadamente o CO2 produzido ao longo da construção, operação e desmonte de uma usina nuclear, chega-se a conclusão de que a apregoada “energia limpa”, além de terrivelmente tóxica, é também suja quanto à produção de gases do efeito estufa. A falácia está em retratar apenas a energia gerada isoladamente do contexto da construção das instalações e complexa gestão para sua obtenção, além daquela posteriormente gasta em sua desmontagem e “eterna guarda” dos rejeitos finais.

4 A história da obtenção de energia através da fissão atômica compreende uma vasta e trágica coletânea de acidentes que deixaram milhares de pessoas mortas e deformadas e imensos territórios estéreis em várias partes do mundo, virtualmente impenetráveis e fortemente guarnecidas a *manu militari*, além de inúteis para utilização na agricultura, por exemplo. Um legado de desastres continuados, Three Mile Island, Chernobyl, Goiânia, estão entre os

eventos que mais ficaram em nossa lembrança, a par das vozes que defendiam sua incolumidade a acidentes operacionais e ocasionados por forças da natureza, como mais uma vez, se viu desmentir nos eventos trágicos em Fukushima.

5 A longevidade de uma central nuclear é curta (30 anos), e, considerando todas as suas fases, o tempo de geração é quase o mesmo que o tempo de planejamento da construção, sua construção propriamente dita, o plano de desmonte, o desmonte propriamente dito, a disposição dos rejeitos e seu guarnecimento seguro. Comparando-se nossa curta escala temporal civilizatória com o tempo de efetiva anulação da radioatividade produzida pelos rejeitos atômicos, pode-se afirmar com toda segurança, que os mesmos são de duração permanente, certamente para dezenas de gerações vindouras. O decaimento radioativo (meia vida) da maior parte dos materiais utilizados soma milhares de anos, um pesado legado transferido para quem sequer hoje está

presente para decidir sobre sua utilização. Estima-se em 6 bilhões de toneladas de resíduos radioativos produzidos até os dias atuais. A par da sua duração, soma-se o problema ainda não resolvido quanto à acomodação segura dos rejeitos com maior radioatividade, soluções que envolvem desde a construção de mega-bunkers em minas profundas e de silos em montanhas, a complexas acomodações em profundezas oceânicas, todas elas altamente custosas e questionáveis quando à sua suposta “absoluta segurança”.

6 A construção de centrais nucleares envolve um fator normalmente afastado da opinião pública – a vulnerabilidade militar, pois se tornam alvos privilegiados diante de qualquer conflito sério. Contra esse fator não há antídotos confiáveis, e a forma de mascará-los é propor investimentos correspondentes na área militar, sofisticando os sistemas defensivos e de ataque, incluindo aí, o emprego de armas nucleares, submarinos nucleares e sistemas de escudos de mísseis, nada que na prática afasta por completo as ameaças que sobre elas pairam. Em verdade, o antídoto só faz incrementar ainda mais a soma das vulnerabilidades de um país. Como alvos militares privilegiados que são, passam a ter um status de segurança ainda mais obscuro e elevado, tornando o controle social sobre esse sistema ainda mais difícil. Normalmente, o “pacote atômico” é legitimado com o rótulo patriótico de “orgulho nacional”, fator de projeção política do país no cenário internacional.

7 A proporção das energias renováveis na matriz energética brasileira é uma das maiores do mundo dentre as maiores economias da atualidade, sendo que a energia nuclear representa menos de 3% do total. Bastaria que investimentos há muito reivindicados fossem feitos em eficiência energética a fim de compensar essa pífia produção. Cálculos indicam que se obteria seguramente 10% de



acréscimo de energia somente na reforma de antigos geradores nas usinas hidrelétricas e mais um tanto em melhorias nas redes de distribuição, tecnologicamente ultrapassadas, e que tem gerado constantes apagões por todo país. Diante dos números e dos fatos, abrir mão de Angra III, além de desligar Angra I e Angra II, em nada comprometeria o desempenho e produção de energia no país que, aliás, está sobrando nos dias atuais, conforme atesta o próprio Ministério de Minas e Energia.

8 A forma como é gerenciado o sistema elétrico brasileiro está mais para uma impenetrável “caixa-preta” do que para uma gestão transparente em um país dito democrático, o que comprova a tese de que vivemos em uma democracia de fachada e salienta a importância que tem a bandeira de controle social sobre o Estado e as políticas públicas, no caso, na área energética. Um núcleo hermeticamente fechado de tecnocratas enclausurados em alguns poucos órgãos do Estado – Ministério de Minas e Energia - MME, Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE, Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decide arbitrariamente e unilateralmente sobre os modelos, o volume de produção e a gestão do sistema energético nacional. No caso da energia nuclear, ainda se valem do manto do sigilo em função do fator de “segurança nacional”, pelo fato de envolver a construção do submarino nuclear por parte da Marinha, assim como os reatores de pesquisa que lhes darão suporte.

9 Mundo afora, a energia nuclear está sendo abandonada por parte de países que importam grande parte de energia para seu consumo próprio. Recentemente foi o caso da Suíça e da Alemanha, que desativará seus nove reatores ainda em funcionamento, até 2022. A Itália seguiu essa histórica decisão, mediante o inquestionável resultado de um plebiscito que se posicionou

amplamente favorável ao abandono da energia nuclear naquele país, também carente de fontes externas para suprir sua demanda de energia. Os exemplos acima atestam que em países nos quais a democracia participativa alcança as decisões energéticas, os governantes não relutam em decidir pelo abandono de origem nuclear.

10 Recente pesquisa de opinião realizada pelo IBOPE, parte brasileira da pesquisa global sobre o assunto, divulgada em abril do corrente ano, constatou que 54% dos brasileiros são contra o uso da energia nuclear para geração de eletricidade, resultado que se alinha com a opinião no mundo todo depois dos recentes eventos no Japão. De outra parte, 57% afirmaram “estarem preocupados com um acidente nuclear no país”, o que reforça os indícios sobre o péssimo gerenciamento da questão nuclear em nosso meio, sob todos os pontos de vista – planejamento, financeiro, segurança, operacional, solução para os rejeitos radioativos. Cientistas de todo mundo também vêm se posicionando contra o uso da energia nuclear, como foi o caso dos ganhadores do Prêmio Nobel Alternativo, em manifesto conjunto feito em 29.04.11, a partir de Hamburgo e Estocolmo, assinado por 50 personalidades, exigindo o banimento da energia nuclear no planeta, seguidos de manifestações semelhantes, também aqui no Brasil.

Setorial Ecosocialista Paulo Piramba
Apresentado no 3º Congresso Nacional do PSOL em dezembro de 2011

Resolução do 3º Congresso do PSOL

Frente à crise capitalista e ambiental, afirmar a saída ecossocialista

Militantes ecossocialistas, reunid@s em São Paulo, em 3 e 4 de dezembro de 2011, por ocasião do 3º Congresso do do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), reafirmaram e atualizaram a Carta de Curitiba, que estabeleceu o Setorial Ecossocialista do partido. E apresentam aqui sua reflexão sobre a atual crise, as políticas destrutivas aplicadas pelo governo brasileiro e as lutas necessárias para enfrentar a crise ambiental criada pelo capitalismo globalizado e estabelecer uma sociedade justa e sustentável, social e ambientalmente.

Estamos imersos em uma crise planetária, de proporções inéditas. Sua face mais visível, mas não única, é o aquecimento global, decorrente das emissões de gases do efeito estufa, que gera enormes mudanças climáticas. Não há um só dia em que não se observe a ocorrência de fenômenos climáticos extremos, gerando dezenas de milhões de refugiados ambientais no planeta. As Conferências do Clima no âmbito das Nações Unidas sucedem-se sem nenhum acordo para reduzir as emissões de carbono. Enquanto estamos reunidos nesse Congresso, o 17ª encontro da Conferência do Clima esta instalado em Durban, na África do Sul, sem perspectivas de apresentar soluções concretas para a maior ameaça ambiental da história humana. Ao contrário, premido por uma grave crise estrutural, manifesta depois de 2008 e agravada em 2011, o capitalismo descarrega os custos de seu enfrentamento sobre populações trabalhadoras e ecossistemas.

Esta é, assim, apenas a face mais visível de uma crise maior, decorrente da atual configuração do modo de produção capitalista, com seu modelo de desenvolvimento produtivista-consumista, baseado na matriz energética fóssil e um modo de vida das elites econômicas baseado no consumo ostensivo e perdulário, na descartabilidade e na obsolescência

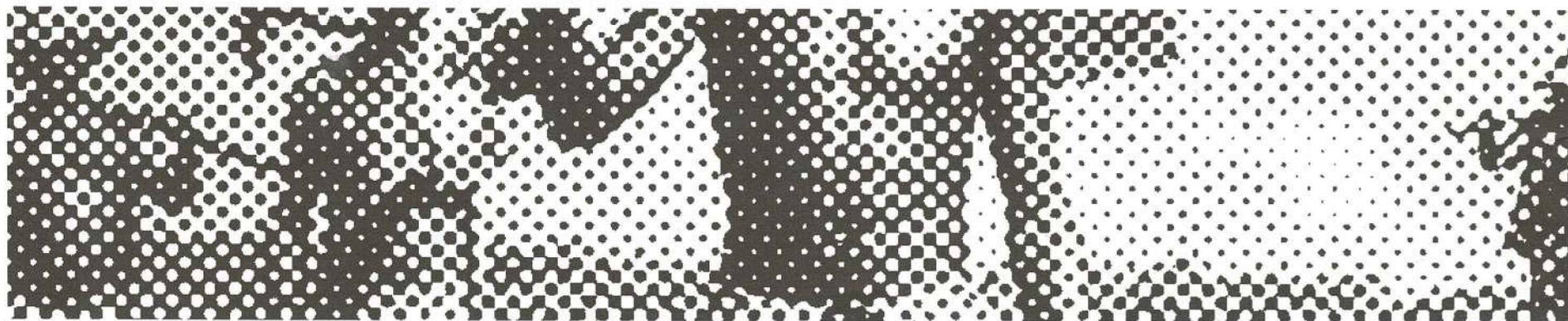
planejadas, que são, a um só tempo e em todas as escalas, ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos.

Outros sinais dessa crise são a escassez da água, onde uma em cada quatro pessoas no mundo de hoje não tem acesso a água potável; a redução da biodiversidade pela extinção das espécies, que é a mais elevada em 65 milhões de anos, já configurando uma sexta onda de extinção em massa na história da Terra; e a ruptura de vários ciclos vitais da biosfera planetária, que faz com que anualmente o impacto da atividade humana ultrapasse em 30% a capacidade de regeneração do conjunto dos ecossistemas. Catástrofes ambientais ocorrem cotidianamente, dos deslizamentos na região serrana do Rio de Janeiro ao acidente nuclear de Fukushima, do “acidente” na plataforma da British Petroleum no Golfo do México ao “acidente” da Chevron na Bacia de Campos.

Em nosso país – cuja formação histórica, socioeconômica e cultural foi fundada na monocultura de exportação, na escravidão, na sistemática superexploração e genocídio dos povos indígenas e afrodescendentes e na rapina e devastação de nossa natureza – o Programa de Aceleração do Crescimento dos governos Lula e Dilma é a última faceta do “desenvolvimentismo”. E

é este desenvolvimentismo, com seus mega-empresendimentos predatórios, que alavanca hoje o capitalismo brasileiro.

Assim, os compromissos do governo com o agronegócio cobram seu preço na reforma regressiva do Código Florestal, que ampliará o desmatamento e a emissão de carbono. Apesar da objeção de boa parte da sociedade brasileira, avança a construção da usina de Belo Monte, penalizando populações tradicionais e ameaçando a sobrevivência dos povos indígenas da região. Como avançam as obras da Transposição do São Francisco, desviando a água do rio para os empreendimentos capitalistas da região. Hidrelétricas e obras como Santo Antonio, Jirau, TKCSA, CSU, Porto Sul, Pólo Naval, com seu repertório de agressões socioculturais, étnicas e ambientais; a manutenção da política de genocídio do povo Kayowá-Guarani pelo agronegócio em Mato Grosso do Sul; a degradação dos ecossistemas e dos cursos d’água pelo uso dos agrotóxicos; a manutenção do programa nuclear; a expansão da opção pelo transporte privado nas grandes cidades; a atuação predatória frente às jazidas do pré-sal; o ataque à legislação ambiental, configurada não só no Código Florestal mas também na flexibilização do licenciamento ambiental – além da agenda excludente das



obras da Copa do Mundo e Olimpíadas –, tudo isso demonstra até onde o capital quer chegar em nosso país.

Vivemos, aqui como no resto do mundo, uma crise que é econômica, social, ambiental e civilizacional, uma crise que impõe uma disputa de natureza ideológica sobre o entendimento das suas causas e métodos de enfrentamento, que confronta, em matizes diferenciados, capitalistas “verdes” versus “ecossocialistas”. Estamos frente a uma disputa sobre projetos de sociedade e, portanto, de civilização.

A compreensão dos que se reivindicam herdeiros das utopias igualitárias, às quais se agrega em nossa época o ecologismo, é a de que, nas precisas palavras do Manifesto Ecossocialista Internacional, “o atual sistema capitalista não pode regular, muito menos superar, as crises que deflagrou. Ele não pode resolver a crise ecológica porque fazê-lo implica em colocar limites ao processo de acumulação – uma opção inaceitável para um sistema baseado na regra ‘cresça ou morra’”. Trata-se, assim, não só de uma crise ambiental e social, mas uma crise da própria civilização do capital, de sua lógica econômica, de seu modelo de desenvolvimento, de seu modo de vida e dos seus valores.

Denunciamos e combatemos as relações espúrias e corruptas dos agentes públicos com os grandes grupos financeiros, industriais, empreiteiros e do agronegócio que financiam suas campanhas eleitorais para depois cobrar o preço amargo da destruição e da inviabilização de todas as formas de vida.

Denunciamos os discursos e as práticas supostamente voltadas para a preservação de ecossistemas, mas cuja retórica esconde nefastos interesses pela exploração acelerada dos

recursos naturais e a conseqüente desagregação dos diversos biomas e modos de vida humana a eles associados.

Denunciamos aqueles originários da esquerda que, entre a garantia dos direitos das classes trabalhadoras e a aliança com a burguesia internacional, optaram por esta última e se transformaram nos fiadores da desgraça e da destruição ambiental. A opção pelo crescimento econômico indiscriminado está diretamente ligada à adaptação da economia brasileira ao capitalismo global, que exige a reorientação de boa parte da economia para a exportação. A exportação de *commodities* é também exportação de água, energia e vida do nosso povo e dos nossos ecossistemas.

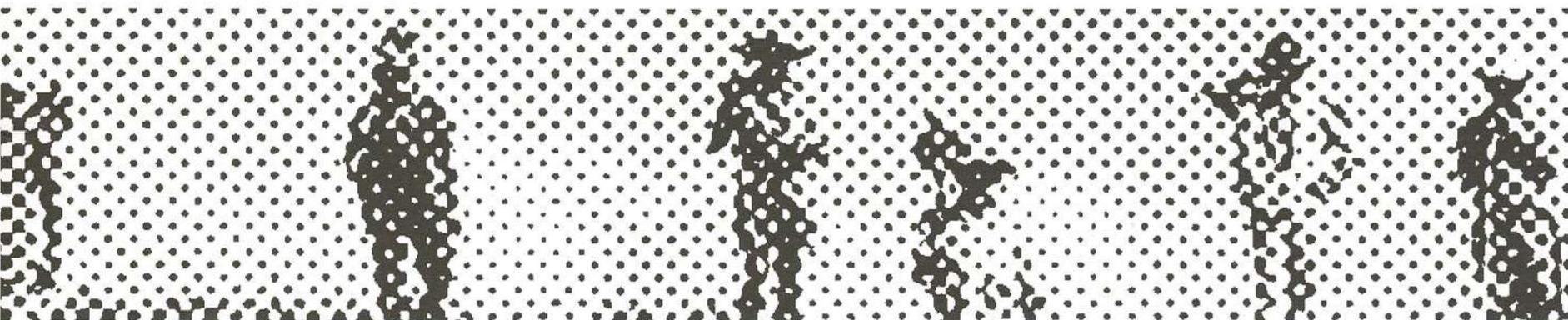
Só um partido que se reivindique da tradição anti-capitalista, mas que tenha rompido com as experiências autoritárias, burocráticas e predatórias do chamado “socialismo real” – um partido que dialogue e interaja com as comunidades tradicionais e os movimentos sociais, ecológicos e socioambientais – pode enfrentar esse processo de degradação e estabelecer as alianças táticas e estratégicas para a luta ecossocialista.

Assim, o PSOL e o conjunto dos seus militantes assumem os seguintes compromissos:

- Denúncia e combate permanente à tentativa de flexibilização da Política Ambiental, notadamente a revisão do Código Florestal, reforçando os atos já convocado pelos movimentos sociais para 10 de dezembro de 2011;
- Denúncia e combate permanente à construção da Usina de Belo Monte, reforçando os atos já convocados para 17 de dezembro de 2011;
- Luta pela redução drástica da emissão de gases do efeito estufa em escala mundial, a fim de retorná-los ao nível seguro de 350

partes por milhão de concentração de dióxido de carbono (CO₂) e seus equivalentes. Defesa, no Brasil, do aprofundamento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, estabelecendo metas de redução de 50% das emissões brasileiras em 10 anos.

- Acompanhamento, denúncia e resistência às arbitrariedades e desvios dos projetos, das obras e impactos do PAC, inclusive na preparação para os megaeventos da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, principalmente no que tange à degradação das condições de trabalho, os despejos e remoções forçadas de comunidades pobres, o estímulo à prostituição e tráfico de mulheres e crianças, bem como à redução da biodiversidade;
- As comunidades atendidas e atingidas pelos grandes empreendimentos, obras de infraestrutura, planos diretores urbanos, unidades de conservação, projetos de geração de energia (inclusive renovável) e projetos agroindustriais devem ter garantida sua participação qualificada, continuada e legitimada em todas as suas fases, desde os diagnósticos até as medidas para tratamento dos impactos.
- Diversificação da matriz energética brasileira, bloqueando a instalação de usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis, denunciando seus impactos nas escalas local a global e defendendo formas alternativas e renováveis de geração de energia, com o mínimo impacto ambiental e sob controle social (“energia certa, do jeito certo”). Apoio às políticas de eficácia energética e discussão da utilização da energia gerada, suas tarifas, concessões e prioridades (“energia para que e para quem?”).



- Ampla mobilização para enfrentar a questão nuclear e barrar o programa nuclear brasileiro através do parlamento e dos movimentos sociais! Pelo descomissionamento de Angra 1, 2 e 3! Pelo cancelamento de novos projetos de usinas nucleares e do uso militar de artefatos e reatores!
- Ampliação das áreas protegidas por unidades de conservação nos diversos ecossistemas brasileiros, com garantia da participação pública qualificada na gestão e integração aos modos de vida das comunidades locais.
- Por uma reforma agrária ecológica. Contra os Desertos Verdes e as monoculturas. Apoio à campanha de denúncia do uso dos agrotóxicos e dos organismos geneticamente modificados. Pelo fim imediato da isenção de impostos para substâncias agrotóxicas. Defesa da agroecologia familiar como alternativa para a produção de alimentos. Implantação do desmatamento negativo via recuperação de áreas desmatadas, com reflorestamento que respeite a biodiversidade original.
- Por uma reforma urbana inclusiva e ambientalmente responsável, com o fim da especulação imobiliária! Adoção de um programa de cidades verdes, com geração local de energia, eficiência energética e arquitetônica, ampliação da cobertura vegetal, etc, via mecanismos de incentivo e proibições.
- Adoção de uma política de transporte e mobilidade que privilegie o transporte público e penalize o individual, incidindo especialmente sobre o mercado de carros de luxo e de alta cilindrada. Apoio irrestrito a movimentos contra a carestia dos transportes públicos (movimentos pelo passe livre e pela tarifa zero), além da luta por uma gestão mais transparente dos sistemas de transporte urbano, grande expansão das ciclovias, a integração entre os diversos modais e o fim da dependência do rodoviarismo.
- Ainda no âmbito das cidades, o lixo e demais resíduos sólidos constituem um desafio inadiável. É preciso atacar os aspectos degradantes do sistema produtivo, tais como a irresponsabilidade das empresas com as embalagens de seus produtos e reciclagem de seus produtos, a ausência de políticas públicas de reciclagem, valorização e proteção aos profissionais da limpeza urbana e da catação.
- As zonas costeiras devem ser geridas como bem público inalienável e como santuário da vida. Portanto, repudiamos toda e qualquer atividade que cause constrangimentos à pesca e à navegação artesanal; ao uso público das praias e demais bens naturais litorâneos; ou a ameaças aos patrimônios genéticos marinhos e estuarinos.
- Pelo reconhecimento e demarcação de territórios quilombolas, terras indígenas e reservas extrativistas! Contra o Racismo Ambiental!
- Vinte anos depois da Eco92 e após dez anos de governos desenvolvimentistas do PT, utilizaremos o momento da Rio+20, de 13 a 20 de junho de 2012, como uma oportunidade para questionarmos de forma sistemática os descaminhos sócio-ambientais do Brasil e do mundo e apresentarmos nossas alternativas. Dessa forma, impulsionaremos ativamente o evento paralelo ao oficial, a “Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental”, reforçando seu caráter de crítica do sistema capitalista e do modelo sócio-econômico vigente no Brasil.
- E participaremos ativamente do Fórum Social Temático “Crise capitalista, justiça social e ambiental”, programado para Porto Alegre, de 24 a 29 de janeiro de 2012. Estimularemos nossa militância nos movimentos sociais a dialogarem com os grupos temáticos formados para este Fórum e organizaremos, pela Fundação Lauro Campos, uma agenda de debate e intervenção nas lutas sócio-ambientais que nele se articularão, inclusive no caminho da Cúpula dos Povos da Rio+20.
O que se coloca para a humanidade é o desafio da constituição dessa nova sociedade que possa vir a ser, a um só tempo, politicamente democrática, socialmente justa e igualitária, cultural e etnicamente diversa e ambientalmente sustentável. Assim, na esteira de Michael Löwy, pode-se atualizar a consigna de Rosa Luxemburgo para “Ecosocialismo ou Barbárie”!

Resoluções organizativas internas

1) Realizaremos um novo Encontro Ecosocialista, chamado pelo Setorial do PSOL, mas aberto aos ativistas sintonizados com nosso programa, em Porto Alegre, no dia 29 de janeiro de 2012, último dia do Fórum Social Temático.

A agenda deste encontro, a ser preparada pelo setorial, deve incorporar pelo menos os pontos de: 1) programa para as eleições municipais; 2) caminhos de mobilização para a Cúpula dos Povos da Rio+20; e 3) uma política de formação ecosocialista para o conjunto do PSOL.

2) Solicitamos que a revista Socialismo e Liberdade anterior à Rio+20 seja dedicada ao tema do ecosocialismo e produzida em diálogo com o setorial.



CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

A Flor e a Náusea

Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cizenta.

Melancolias, mercadorias, espreitam-me.

Devo seguir até o enjôo?

Posso, sem armas, revoltar-me?

Olhos sujos no relógio da torre:

Não, o tempo não chegou de completa justiça.

O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.

O tempo pobre, o poeta pobre

fundem-se no mesmo impasse.

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.

Sob a pele das palavras há cifras e códigos.

O sol consola os doentes e não os renova.

As coisas. Que triste são as coisas, consideradas em ênfase.

Vomitam este tédio sobre a cidade.

Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.

Nenhuma carta escrita nem recebida.

Todos os homens voltam pra casa.

Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?

Tomei parte em muitos, outros escondi.

Alguns achei belos, foram publicados.

Crimes suaves, que ajudam a viver.

Ração diária de erro, distribuída em casa.

Os ferozes padeiros do mal.

Os ferozes leiteiros do mal.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens macias avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

R E V I S T A
ECOSSOCIALISTA
SOCIALISMO @ LIBERDADE
EDIÇÃO ESPECIAL

Organizadores

Luciene Lacerda
João Alfredo Telles Melo

Assistente editorial

Sérgio Granja
Bruno Mattos

**Coordenação Nacional
do Setorial Ecosocialista**

Paulo Piramba • PSOL

Beto Bannwart • SP
Gert Schinke • SC
João Alfredo Telles Melo • CE
José Romari Dutra da Fonseca • RS
Luiz Felipe Bergmann • PR
Ricardo Nespoli • ES
Ronaldo Freitas Oliveira • BA
Jorge Borges • RJ

Suplentes

Israel Dutra • RS
Ivanildo Claro da Silva • PR
Georgia Mocelin • SP
Arnaldo Fernandes • CE

**Projeto gráfico, editoração
e direção de arte**

Fernando Braga
(21) 8893 7235

Jornalista responsável

Marco Antônio Pelaes Costa
RG nº 335421RS

Revisão

Silvia Mundstock

Produção Executiva

Silvia Mundstock

Endereço

Av. Rio Branco, 185 – Sala 1525
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP 20.040-007
Fone (21) 2215 2491

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS

DIRETORIA

Presidente de honra

Oraida Policena de Andrade Campos

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Carlos Roberto de Souza Robaina

Diretor Técnico

Luiz Arnaldo Dias Campos

Diretor Financeiro

Rodrigo da Silva Pereira

CONSELHO DE CURADORES

Presidente

Mário Agra Junior

Vice-presidente

José Enrique Morales Bicca

Membros titulares

Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho
Ewerson Claudio de Azevedo
Ema Regina Greber Carneiro
Breno de Souza Rocha
Antonio Jacinto Filho

Membros suplentes

Israel Pinto Dornelles Dutra
Juliano Medeiros
Honório Luiz de Oliveira Rego

CONSELHO FISCAL

Presidente

Antonio Carlos de Andrade

Membros titulares

Alexandre Varela
Luciana Gomes de Araújo

Membros suplentes

Jaqueline Teresa Aguiar
Leandro Tavares Fontes Coutinho



#VETA, DILMA

O novo código florestal já aprovado pelo Congresso só favorece os latifundiários desmatadores e vai contra a reforma agrária!

LAUOFF 2011+
ANUAL SEM-TERRA

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS

www.socialismo.org.br